

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E  
FORMAÇÃO HUMANA**

**Deolindo Nunes de Barros**

**A Política Africana do Brasil e o seu Conseqüente Acordo de Cooperação Cultural com os Países Africanos: o Caso do Intercâmbio Educacional com Cabo Verde.**

**Rio de Janeiro  
Outubro de 2007**

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E  
FORMAÇÃO HUMANA**

**Deolindo Nunes de Barros**

**A Política Africana do Brasil e o seu Conseqüente Acordo de Cooperação Cultural com os Países Africanos: o Caso do Intercâmbio Educacional com Cabo Verde.**

*Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Políticas Públicas e Formação Humana.*

*Orientador: Pablo Antonio Amadeo Gentili*

**Rio de Janeiro  
Outubro de 2007**

**DEOLINDO NUNES DE BARROS**

**A POLÍTICA AFRICANA DO BRASIL E O SEU CONSEQÜENTE ACORDO DE  
COOPERAÇÃO CULTURAL COM OS PAÍSES AFRICANOS: O CASO DO  
INTERCÂMBIO EDUCACIONAL COM CABO VERDE**

Dissertação submetida a julgamento e aprovação para a obtenção do grau de *Mestre em Políticas Públicas e Formação Humana* no *Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana* da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Pablo Antonio Amadeo Gentili, Doutor  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
***Orientador***

---

Prof. Gaudêncio Frigotto, Doutor  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
***Examinador***

---

Prof. Jacques D'Adesky, Doutor  
Universidade Cândido Mendes  
***Examinador***

**DATA DE APROVAÇÃO:** \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2007.

Dedico este trabalho aos meus  
pais, meus irmãos, minha avó e  
meus padrinhos pelo apoio  
incondicional de sempre.

## **AGRADECIMENTOS**

A minha vinda e permanência no Brasil para a realização de estudos tanto ao nível de graduação como de pós-graduação decerto me proporcionaram experiências e vivências inesquecíveis na minha vida. Foram momentos de muitas descobertas, aprendizagens, formações, realizações, alegrias, dificuldades, perplexidades, contratempos etc., o que servirá grandemente na minha vida futura, tanto acadêmico-profissional, como pessoal.

Neste momento são muitas as pessoas que quero agradecer. Apesar de não poder apontar o nome de todo mundo, espero não cometer muitas injustiças. Agradeço primeiramente a Deus que me iluminou e me deu muita força durante toda essa empreitada. Também agradeço particularmente e em especial a minha família: minha mãe, Rosalina Nunes Tavares, meu pai, Benvindo Landim de Barros, todos os meus irmãos sem distinção e exceção, minha avó, meus padrinhos, enfim, todos os meus familiares que apesar de estarem distantes durante todo esse tempo representam sem dúvida alguma a pessoa que sou e a minha origem, jamais podendo esquecer a semente que semearam em mim.

Ao meu orientador Prof. Doutor Pablo Antonio Amadeu Gentili, não só pela sua orientação durante esse período de mestrado, como também por todo apoio material, intelectual e acadêmico que tem me proporcionado nestes últimos seis anos em que nos conhecemos.

Ao Laboratório de Políticas Públicas (LPP), pela oportunidade de estágio e trabalho acumulando conhecimentos e experiências imprescindíveis, como igualmente pelo

apoio financeiro para a realização do meu curso de mestrado. Também não poderia deixar de agradecer aos seus funcionários com quem trabalhei durante todo esse tempo.

À secretaria do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, à sua funcionária Cida pelo atendimento sempre gentil e cordial, e a todos os demais funcionários.

Aos professores do curso de mestrado, em especial o Prof. Doutor Gaudêncio Frigotto, pela contribuição e excelentes sugestões.

Aos meus queridos amigos, Ido Antônio, Julían José, Rogério José, Márcio André pelo apoio, atenção e colaboração.

A todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para a concretização deste trabalho.

## MÃOS ESCULTURAIIS ♦

...

Além África dos atrasos seculares  
em corações tristes

Eu vejo  
as mãos esculturais  
dum povo eternizado nos mitos  
inventados nas terras áridas da dominação

as mãos esculturais dum povo que constrói  
sob o peso do que fabrica para se destruir

Eu vejo além África  
amor brotando virgem em cada boca  
em lianas invencíveis da vida espontânea

E as mãos esculturais entre si ligadas  
contra as catadupas demolidoras do antigo

Além deste cansaço em outros continentes  
a África viva

Sinto-a as mãos esculturais dos fortes  
que são povo  
e rosas e pão  
e futuro.

♦ Agostinho Neto (1922-1979). Sagrada Família (1974) apud Desidério (2006).

## RESUMO

BARROS, Deolindo Nunes de. A Política Africana do Brasil e o seu Conseqüente Acordo de Cooperação Cultural com os Países Africanos: o Caso do Intercâmbio Educacional com Cabo Verde. Rio de Janeiro, 2007, 186 pp. Dissertação (Mestrado) em Políticas Públicas e Formação Humana, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

A finalidade precípua deste estudo consiste em analisar e compreender a estratégia da política africana do Brasil, suas tensões, limites, configurações, dinâmicas e propósitos em relação à África, com ênfase nas suas políticas de cooperação cultural com os países do continente africano e, nesse particular, o intercâmbio educacional com a República de Cabo Verde. No primeiro momento, apresentamos os elementos analíticos de Cabo Verde. Seguidamente, o Programa Estudante Convênio de Graduação – PEC-G e sua relevância para os países aos quais se destina. No caso particular de Cabo Verde, onde se nota ainda o estado incipiente das instituições de ensino superior (IES), apresentaremos essas instituições existentes, bem como a discussão da educação como capital humano e fator de desenvolvimento sócio-econômico do país. Descreveremos os Atos assinados no plano cultural-educacional, desde o início da iniciativa política brasileira até hoje, referentes ao continente africano, apresentando essa série de Acordos existentes. Termina-se indagando, refletindo e analisando as estratégias, tensões e limites dessa política do Brasil em relação à África, examinando seus resultados e implicações para ambos os lados do Atlântico.

***Palavras-chave: Política Africana do Brasil, Acordo de Cooperação, Intercâmbio Educacional, Relações Brasil-África.***

## RESUMEN

BARROS, Deolindo Nunes de. La Política Africana de Brasil y su Consecuente Acuerdo de Cooperación Cultural con los Países Africanos: el Caso del Intercambio Educativo con Cabo Verde. Rio de Janeiro, 2007, 186 pp. Dissertação (Mestrado) em Políticas Públicas e Formação Humana, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

La principal finalidad de este estudio consiste en analizar y comprender la estrategia política africana de Brasil, sus tensiones, límites, configuraciones, dinámicas y propósitos en relación a África, con énfasis en sus políticas de cooperación cultural con los países del continente africano, y en particular, el intercambio educativo con la República de Cabo Verde. En un primer momento, presentamos los elementos analíticos de Cabo Verde. Seguidamente el Programa Estudante Convênio de Graduação – PEC-G, y su relevancia para los países a los cuales se destina. En el caso particular de Cabo Verde, donde se nota todavía el estado incipiente de las instituciones de educación superior (IES), presentaremos esas instituciones existentes, así como la discusión de la educación como capital humano y factor de desarrollo socioeconómico del país. Describiremos los Acuerdos firmados en el plano cultural-educacional desde el inicio de la iniciativa política brasileña hasta ahora, referente al continente africano, presentando esa serie de Acuerdos existentes. Se termina indagando, reflexionando y analizando las estrategias, tensiones y límites de esa política de Brasil en relación a África, examinando sus resultados e consecuencias para ambos lados del Atlántico.

***Palabras claves: Política Africana de Brasil, Acuerdo de Cooperación, Intercambio Educativo, Relaciones Brasil-África.***

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACP	= África, Caraíbas e Pacífico
BAD	= Banco Africano para o Desenvolvimento
BIRD	= Banco Interamericano para Reconstrução e Desenvolvimento
CEA	= Centro de Estudos Africanos
CEAA	= Centro de Estudos Afro-asiáticos
CEAO	= Centro de Estudos Afro-orientais
CEDEAO	= Comunidade Económica e de Desenvolvimento dos Estados da África Ocidental
CENFA	= Centro de Formação e Aperfeiçoamento Administrativo
CPLP	= Comunidade dos Países da Língua Portuguesa
FAO	= Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FMI	= Fundo Monetário Internacional
IBEAA	= Instituto Brasileiro de Estudos Afro-asiáticos
IES	= Instituições de Ensino Superior
IESIG	= Instituto de Ensino Superior Isidoro da Graça
INAG	= Instituto Nacional de Administração e Gestão
INE	= Instituto Nacional de Estatística
INIDA	= Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário
ISCEE	= Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais
ISE	= Instituto Superior de Educação
ISECMAR	= Instituto Superior de Engenharia e Ciências do Mar
MEC	= Ministério da Educação e Cultura
MNA	= Movimento dos Não-Alinhados
MPD	= Movimento para Democracia
MRE	= Ministério das Relações Exteriores
NOEI	= Nova Ordem Económica Internacional
OIT	= Organização Internacional do Trabalho
OMS	= Organização Mundial da Saúde
ONU	= Organização das Nações Unidas
OPEP	= Organização dos Países Exportadores do Petróleo

PAICV	= Partido Africano para Independência de Cabo Verde
PAIGC	= Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde
PALOP	= Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PCD	= Partido da Convergência Democrática
PEC-G	= Programa Estudante Convênio de Graduação
PIB	= Produto Interno Bruto
PMDs	= Países Menos Desenvolvidos
PNB	= Produto Nacional Bruto
PNUD	= Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRD	= Partido da Renovação Democrática
PSD	= Partido Social Democrata
PTS	= Partido do Trabalho e da Solidariedade
UNIPIAGET	= Universidade Jean Piaget de Cabo Verde
UNCTAD	= Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento
UNESCO	= Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
URSS	= União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>14</b>
<b>PRIMEIRA PARTE CABO VERDE E SEUS ELEMENTOS ANALÍTICOS</b>	
<b>Capítulo 1 - Contextualização Histórica, Geográfico-ambiental, Político-governamental, Sócio-econômica e Sociocultural do Arquipélago de Cabo Verde.</b>	<b>16</b>
1.1 Cabo Verde	16
1.2 Contexto Histórico	16
1.3 Contexto Geográfico-ambiental	18
1.4 Contexto Político e Governamental	20
1.5 Contexto Sócio-econômico	25
1.6 Contexto Sociocultural	28
1.7 O Jugo Colonial Português e o Processo de Luta Anticolonial para a Libertação da Guiné-Bissau e Cabo Verde	30
1.8 Movimento de Libertação Nacional da Guiné-Bissau e Cabo Verde	39
1.9 Amílcar Cabral: Filho de Guiné-Bissau e Cabo Verde	46
1.10 O Papel de Alguns Países do Movimento dos Não-Alinhados nessa Luta	68
1.11 Considerações sobre o Capítulo	78
<b>Capítulo 2 - Programa Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e a Questão da Educação (Superior) em Cabo Verde</b>	<b>80</b>
2.1 Introdução	81
2.2 Histórico	86
2.3 As Instituições de Ensino Superior Existentes no País – a Educação como Capital Humano em Cabo Verde	90
2.4 Considerações sobre o Capítulo	96
<b>SEGUNDA PARTE</b>	<b>RELAÇÕES BRASIL-ÁFRICA NO ÂMBITO DE SUAS INICIATIVAS POLÍTICAS</b>
<b>Capítulo 3 - Histórico de Acordos Culturais Bilaterais entre o Brasil e os Países Africanos</b>	<b>97</b>
3.1 Considerações sobre o Capítulo	109

<b>Capítulo 4 - “O Estado das Artes” e o(s) Desafio(s) da Política Africana do Brasil</b>	<b>111</b>
4.1 Estratégias da Política Africana do Brasil	116
4.2 Tensões e Limites da Política Africana do Brasil	122
4.3 Considerações sobre o Capítulo	137
<b>CONCLUSÃO E REFLEXÕES FINAIS</b>	<b>139</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>143</b>
<b>BIBLIOGRAFIAS CONSULTADAS</b>	<b>147</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>150</b>
<b>ANEXO A</b>	<b>151</b>
<b>ANEXO B</b>	<b>152</b>
<b>ANEXO C</b>	<b>154</b>
<b>ANEXO D</b>	<b>161</b>
<b>ANEXO E</b>	<b>165</b>
<b>ANEXO F</b>	<b>169</b>
<b>ANEXO G</b>	<b>170</b>
<b>ANEXO H</b>	<b>171</b>
<b>ANEXO I</b>	<b>175</b>
<b>ANEXO J</b>	<b>176</b>
<b>ANEXO K</b>	<b>177</b>
<b>ANEXO L</b>	<b>178</b>
<b>ANEXO M</b>	<b>180</b>
<b>ANEXO N</b>	<b>181</b>
<b>ANEXO O</b>	<b>184</b>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho analisa a política africana do Brasil, examinando suas estratégias e propósitos ao implementar cooperação com os países africanos.

No caso concreto de Cabo Verde, realçaremos o intercâmbio educacional que teve seu início no final da década de 1970 (1979), sem contar que com outros países da região, dependendo de cada caso, essa cooperação teve lugar muitas vezes anteriormente, como por exemplo, no caso de Senegal (1964), o que veremos adiante.

Entretanto, numa primeira aproximação, podemos notar que se trata de uma estratégia política de cooperação implementada pelo Brasil em relação aos países do terceiro mundo, especialmente os países africanos - desde a década de 60/70 do século passado aos dias atuais - o que teve como resultado político-prático essa cooperação no campo educacional.

Não vamos poder, no entanto, analisar o intercâmbio educacional Brasil/Cabo Verde, sem indagar sobre essa política africana do Brasil no contexto da bipolarização mundial, da Guerra Fria e do conflito Leste/Oeste, até chegarmos à conjuntura política atual. Teremos, igualmente, de indagar sobre a estratégia, a intenção, o propósito, bem como a posição que queria assumir o Brasil nesse cenário, ao aproximar-se dos países africanos implementando diversas políticas de cooperação.

Abriremos o primeiro capítulo com uma breve apresentação do nosso país (Cabo Verde), fazendo o que seria a sua contextualização histórica, geográfico-ambiental, político-governamental, sócio-econômica e sociocultural. Trataremos também do processo de luta anticolonial para a libertação de Cabo Verde e Guiné-Bissau do jugo

colonial português, tendo necessariamente que mencionar o grande herói dessa luta – Amílcar Cabral, filho dessas duas nações.

No segundo capítulo abordaremos o Programa Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G), propriamente dito, seu histórico e suas referências, e a questão educacional – educação superior – em Cabo Verde.

No terceiro capítulo descreveremos o histórico desses Acordos culturais bilaterais entre o Brasil e os países africanos, desde seus primórdios até os dias atuais, o que acontece com a esmagadora maioria dos países do continente.

No último capítulo, analisaremos as estratégias, desafios e tensões dessa política africana brasileira e seus possíveis impactos e implicações para ambos os lados.

# **Capítulo I - Contextualização Histórica, Geográfico-ambiental, Político-governamental, Sócio-econômica e Sociocultural do Arquipélago de Cabo Verde.**

## **1.1 Cabo Verde**

Pequeno país insular (4033 km<sup>2</sup>) situado na costa ocidental africana, a mais ou menos 500 km da África, o arquipélago de Cabo Verde constitui ao lado de Angola, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, o grupo dos cinco países hoje ex-colônias portuguesas na África.

O propósito deste capítulo é exatamente mostrar um pouco sobre a história, geografia, política, sociedade, economia e cultura deste país. Para informações mais detalhadas passamos doravante a desenvolver cada um dos itens supracitados.

## **1.2 Contexto Histórico**

Cabo Verde que pertenceu a Portugal desde a sua descoberta, como atualmente pertencem os arquipélagos de Açores e Madeira, tomou a sua independência em 5 de julho de 1975, libertando-se da ocupação e colonização portuguesa. Portanto, hoje é uma república parlamentarista.

Descoberto pelos portugueses em 1460, que encontraram as ilhas desabitadas, tendo sido a ilha de Santiago a primeira a ser povoada: Antônio de Noli chega a Santiago em 1462 acompanhado por alguns membros da sua família e por portugueses do Alentejo e do Algarve (cf. ANDRADE, 1995, p. 37 apud GRASSI, 2003: 103). Também foram trazidos

escravos da costa africana para o cultivo de algodão, índigo, árvores de fruta e cana-de-açúcar (cana sacarina). Com a prosperidade, vieram os corsários que saquearam as ilhas diversas vezes no decorrer dos séculos seguintes.

Na verdade, o objetivo dos portugueses era fazer um povoamento branco, como nos Açores e na Madeira. Contudo, o clima rigoroso e a escassez de cereais que constituíam o alimento essencial dos portugueses na época, não favoreciam em nada o povoamento. Somente por intermédio da concessão de uma carta de privilégios na qual D. Afonso V dava ao infante D. Fernando um tipo de jurisdição em matéria civil e criminal sobre todos os mouros, brancos ou negros, livres ou escravos que fossem cristãos, é que se tornou possível o povoamento do arquipélago. Concedia-se ainda aos habitantes de Cabo Verde o direito perpétuo de fazerem o comércio e o tráfico de escravos em todas as regiões da Guiné, exceto na feitoria de Arguim, cuja exploração estava reservada à coroa (id. p. 35 apud GRASSI, p: 103). Portanto, o que se encontra na origem de decisão para o povoamento destas ilhas, foi a concessão atribuída aos senhores portugueses para o tráfico de escravos. Deste modo, escravos e negros livres que acompanhavam os homens de negócios, os mercenários e capitães de navios tiveram participação no povoamento de Cabo Verde. Isto é, na formação do povo cabo-verdiano, embora em proporções diferentes, todas as etnias existentes na costa da Guiné tomaram partido. A mestiçagem do povo cabo-verdiano derivou fundamentalmente das relações senhor branco/negra escrava ou dos membros do clero e suas concubinas negras (cf. AMARAL, 1964: 195 apud GRASSI, 2003: 104).

Vale salientar que a situação geográfica do arquipélago de Cabo Verde foi de muita utilidade para o comércio e tráfico de escravos entre os três continentes: África/Europa/América, ou seja, o chamado comércio triangular.

Com a abolição do tráfico de escravos em 1876, o interesse comercial do arquipélago para a Metrópole decaiu, só voltando a ter relevância a partir da segunda metade do século XX.

### 1.3 Contexto Geográfico-ambiental

Arquipélago situado em pleno Oceano Atlântico, na costa noroeste africana entre 16° Norte e 24° Oeste. Com uma superfície de 4033 km<sup>2</sup>, este arquipélago da África Ocidental localizado a 500 km da costa ocidental africana em direção ao Senegal e à saliência africana donde origina seu nome, dispõe de fronteiras marítimas a oeste com o Senegal, Mauritânia, Gâmbia e a Guiné Bissau, isto é, todos na faixa costeira ocidental da África que vai do Cabo Branco às ilhas Bijagós. Apresenta uma das maiores Zonas Econômicas Exclusivas Marítimas da África.

Cabo Verde é um arquipélago composto por dez ilhas (Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia (não habitada), São Nicolau, Sal, Boa Vista, Maio, Santiago, Fogo e Brava), originalmente desabitadas descobertas pelos portugueses no séc. XV (1460). A ilha de Santiago com uma superfície de 930 km<sup>2</sup>, é a maior ilha, sendo a de menor dimensão a ilha Brava (67 km<sup>2</sup>). Vale salientar que o arquipélago se encontra dividido em duas regiões denominadas por nomes que lembram a sua posição no que tange aos ventos alíseos ali dominantes: Sotavento e Barlavento. No Barlavento localizam-se as ilhas de Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal, Boavista e os ilhéus desabitados de Branco e Raso, ilhéu dos Pássaros, ilhéu Rabo de Junco e os ilhéus de Sal Rei e do Baluarte; no Sotavento as ilhas de Maio, Santiago, Fogo, Brava e o ilhéu de Santa Maria, os ilhéus Grande, Rombo, Baixo, de Cima, do Rei, Luiz Carneiro, Sapado e da Areia.

De origem vulcânica, as ilhas mostram em geral topografias muito irregulares, com vales de encostas íngremes, profundas e subdivididas. Ainda assim, as ilhas mais orientais (Sal, Boavista e Maio) apresentam topografias muito suaves, com predominância de áreas planas de onde se levantam isolados cones vulcânicos corrosivos. Dada a sua situação geográfica, Cabo Verde encontra-se sujeito ora às influências climáticas da faixa de baixas pressões equatoriais, ora às altas pressões subtropicais, ao largo da zona desértica da África do Norte, de onde sopram ventos quentes e secos, particularmente em janeiro e fevereiro. O período das “águas”, em alguns escassos meses do ano, de agosto a fins de outubro, momento em que as ilhas são alcançadas pelas massas de ar pluviogénicas da convergência intertropical, que é a mais quente e com brisas irregulares. Em compensação, o ciclo das brisas, seco e de tempo fresco, é mais longo, acontecendo de novembro a julho.

O clima é de tipo quente, tropical seco, com chuvas inconstantes, que podem tornar-se muito poucas por longos períodos de tempo. A vegetação natural não é típica, sobretudo nas zonas pouco elevadas e secas, no entanto durante o ciclo das chuvas, o ambiente muda totalmente com o surgimento de plantas herbáceas que encobrem as regiões de altitude, condizendo-se com o arquipélago de Macaronésia.♦

No que tange à fauna, verifica-se aproximadamente uma centena de espécies de aves terrestres e marinhas, das quais umas quarenta e duas se reproduzem no local; neste universo, vinte e quatro tipos e diversidades são endêmicos.

À semelhança de diversos países tropicais, em Cabo Verde as águas marinhas são repletas de grandes multiplicidades de espécies, em que a maior concentração se dá na região oriental do arquipélago (Sal, Boavista e Maio).

---

♦ É um nome moderno para denominar os diversos grupos de ilhas no Oceano Atlântico Norte perto da Europa e do Norte de África. Compreende cinco arquipélagos: Açores – Portugal, Canárias – Espanha, Cabo Verde – República de Cabo Verde, Madeira – Portugal, Ilhas Selvagens – Portugal.

Falando da hidrografia, nota-se que a rede hidrográfica é praticamente irrelevante, na medida em que há pouca pluviosidade. As chuvas são raras e irregulares. Somente alguns pequenos rios, chamados ribeiras, existem. Enfim, estas ilhas são pouco contempladas pela natureza. A irregularidade das chuvas se traduz no grande mal das ilhas. Quando elas escasseiam, as populações enfrentam inúmeras dificuldades.

Excetuando-se as ilhas do Sal, Boavista e Maio que são planas, Cabo Verde é montanhoso, íngreme e sulcado pelo desgaste e atividade vulcânica. É na ilha do Fogo que se encontra a maior altitude de Cabo Verde – Vulcão do Fogo com 2.819m de altitude; outros pontos mais altos são o Pico de Antônia – 1.819m -, e Serra Malagueta – 1.063m -, em Santiago e o Topo da Coroa – 1600m - em Santo Antão.

Seca, “bruma seca”, tremores de terra e erupções vulcânicas na ilha do Fogo, fazem parte das catástrofes naturais existentes. E quanto aos problemas ambientais, podemos apontar a erosão, a deflorestação e a desertificação.

Cabe salientar que Cabo Verde participa dos seguintes Acordos Internacionais Ambientais: Tratado da Biodiversidade, Tratado para a Proteção das Mudanças Climáticas, Protocolo de Kyoto para as Mudanças Climáticas, Tratado para sustentar a Desertificação e Tratado do Mar.

#### 1.4 Contexto Político-governamental

O nome oficial é República de Cabo Verde e a capital é Praia (Ilha de Santiago).

Cabo Verde se constitui numa república democrática parlamentarista, com regime multipartidário. O governo é fundamentado na Constituição de 1980, que estabelece o regime monopartidário, posteriormente revista em 1981, 1988 e em 1990 para introduzir o

multipartidarismo; em 1992 foi aprovada uma nova Lei Constitucional para conformá-la na íntegra com os valores da democracia multipartidária, tentando prover o país de um conjunto de normas que corporizasse as profundas transformações políticas operadas no país e possibilitasse o exercício de poder político e de cidadania num cenário próprio de um Estado de Direito Democrático. Fazendo uma caracterização generalista do sistema legal, verifica-se que se baseia na lei civil europeia e no sistema comum de direito europeu continental, com forte influência do sistema legal Português.

A República de Cabo Verde é composta por 22 concelhos: Boavista, Brava, Fogo, Maio, Mosteiros, Paúl, Praia, Porto Novo, Ribeira Grande, Ribeira Grande de Santiago, Sal, Santa Catarina, Santa Catarina no Fogo, Santa Cruz, São Domingos, São Lourenço dos Órgãos, São Miguel, São Nicolau, São Salvador do Mundo, São Vicente, Tarrafal e Tarrafal em São Nicolau.

Existem os seguintes feriados nacionais: 1 de Janeiro – Dia do Ano Novo; 20 de Janeiro - Dia do Herói Nacional; 1 de Maio – Dia do Trabalho; 5 de Julho - Dia da Independência; 15 de Agosto – dia da Assunção; 1 de Novembro – Dia de Todos os Santos e 25 de Dezembro que é o dia de Natal.

Como República Parlamentar, há equilíbrio louvável entre o Primeiro-Ministro e o Presidente da República e com alguma descentralização interna ao nível das autarquias.

O poder executivo é constituído por um Primeiro-Ministro eleito de cinco em cinco anos. O presidente do partido com maioria na Assembleia Nacional (Parlamento) toma posse como Primeiro-Ministro e designa o restante do gabinete que tem uma missão de cinco anos. Apesar de não ter acontecido, existe a possibilidade de o Presidente da República ser de um partido e o Primeiro-Ministro de outro.

Quanto ao poder legislativo, a Assembléia Nacional Unicameral é formada por 72 deputados, sendo eleitos os seus membros nacionalmente de modo proporcional por um mandato de cinco anos.

No que concerne ao poder judicial, a justiça é administrada em nome do povo pelos Tribunais. Na administração da Justiça cabe aos Órgãos Judiciais resolver as contendas públicas e privadas e garantir a defesa dos direitos e dos interesses legalmente protegidos dos cidadãos. Os tribunais são autônomos e agem de acordo com a Lei, havendo as seguintes categorias: Supremo Tribunal de Justiça, Tribunais Judiciais de Primeira Instância, Tribunal de Contas, Tribunais Militares, Tribunais Fiscais e Aduaneiros e Tribunal de Família e do Trabalho.

O sufrágio é universal, podendo qualquer cidadão ter direito ao voto a partir dos dezoito anos.

As eleições são presidenciais – para eleger o Presidente da República – e legislativas – para eleger os deputados nacionais -, que são eleitos para mandatos de cinco anos.

O Presidente da República, a Assembléia Nacional e o Conselho Superior da Magistratura Judiciária – esses eleitos igualmente pela Assembléia Nacional – tomam parte na escolha dos membros do Supremo Tribunal da Justiça.

Verifica-se a existência dos seguintes Partidos Políticos: P.A.I.C.V. – Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (Centro-Esquerda), M.p/D. – Movimento para a Democracia (Centrista), Coligação Aliança Democrática para a Mudança (Centro-Esquerda) que engloba P.C.D. – Partido da Convergência Democrática (Centrista) e P.T.S. – Partido do Trabalho e da Solidariedade (Centro-Esquerda), P.R.D. – Partido de

Renovação Democrática (Renovador e Progressista de Centro), P.S.D. – Partido Social-Democrata (Centro-Esquerda).

A União Nacional dos Trabalhadores de Cabo Verde, Confederação Cabo-verdiana dos Sindicatos Livres e Mulheres Negras (do Umbigo para o Mundo) fazem parte das Organizações Sociais existentes.

Das Organizações Internacionais das quais a República de Cabo Verde participa podemos apontar: África, Caraíbas e Pacífico – ACP, Agência de Cooperação Cultural e Técnica (Movimento Francófono), Comunidade Económica e de Desenvolvimento dos Estados da África Ocidental – CEDEAO, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura – FAO, Grupo dos 77 da O.N.U., Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), Organização da Aviação Civil Internacional, Organização Mundial da Saúde, Intelsat, Organização Internacional de Polícia Criminal – Interpol, Organização Internacional do Trabalho – OIT, Fundo Monetário Internacional – FMI, Organização Marítima Internacional, Fundo Internacional do Desenvolvimento Agrícola, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, Conselho de Cooperação das Alfândegas, Comitê Olímpico Internacional, Associação Internacional de Desenvolvimento, Sociedade Financeira Internacional, Organização Mundial da Propriedade Intelectual, Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, Confederação Internacional de Livre Comércio de África, Comissão Económica para África, Movimento dos Não Alinhados, União Postal Universal, União Internacional das Telecomunicações, Missão das Nações Unidas para Timor-Leste, Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento – UNCTAD, Organização para a Proibição de Armas Químicas, Organização Meteorológica Internacional, Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente

Vermelho, Banco Africano para o Desenvolvimento – BAD, Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa – CPLP. E é o observador da Organização Mundial do Turismo e da Organização Mundial das Migrações.

Verifica-se que desde a independência nacional (1975) até hoje, as políticas educacionais traçam ações de importância destinadas a melhorar e transformar o sistema educativo, tentando dar resposta à grande demanda em relação à educação e como requisito cada vez mais crescente da melhoria da qualidade do ensino e do seu ajustamento às reais necessidades de desenvolvimento de Cabo Verde.

O ponto de vista subjacente à intervenção de diversos governos que vieram após a independência se baseia no princípio de que a educação e a formação se traduzem num direito do cidadão e que o homem e a mulher são a força produtiva fundamental de um desenvolvimento sustentável do país.

As grandes orientações políticas do governo MPD (Movimento para Democracia) inseridas no Plano Nacional de Desenvolvimento, 1997-2000, estabelecem as políticas do setor educativo, que se delimitam, entre outras, nas seguintes linhas de força, a saber:

“(i) Promoção da qualidade e generalização da educação pré-escolar; (ii) universalização do ensino de base; (iii) reforma do ensino secundário; (iv) promoção do ensino superior; (v) alargamento, beneficiação e remodelação da rede de estabelecimentos escolares; (vi) garantia da estabilidade do corpo técnico e docente em todos os níveis de ensino; (vii) promoção da articulação do sistema educativo com o mundo do trabalho”.<sup>1</sup>

Com isso pode-se perceber a dimensão da política educacional do governo cabo-verdiano, bem como a importância que o mesmo a atribui. Como país detentor de recursos praticamente humanos, podemos dizer que a política educacional é traçada no interior da lógica da educação como capital humano, isto é, de que investindo no mesmo teríamos o retorno futuro, no caso, na formação de profissionais qualificados, elevação do nível sócio-

---

<sup>1</sup> Instituto Nacional de Educação, análise da educação, 2001, p. 3.

econômico das pessoas, desenvolvimento econômico do país etc. Como estabelece Schultz (1973), o capital humano se traduz na soma de investimentos que um país ou indivíduos efetuam na esperança de retornos futuros, levando em consideração a pressuposição de que o componente da produção que resulta da educação constitui um investimento em aptidões e conhecimentos que elevam os rendimentos futuros análogos a qualquer outra aplicação em bens de produção.

Portanto, como país portador de escassos recursos naturais e a condição climática pouco favorável, indubitavelmente o governo acerta ao traçar uma política educacional efetiva, progressista e de longo termo.

### 1.5 Contexto Sócio-econômico

As ilhas de Cabo Verde não dispõem de muitos recursos e são afetadas pela seca. As chuvas irregulares prejudicam a agricultura que se encontra limitada a apenas quatro ilhas (Santo Antão, São Nicolau, Santiago e Fogo). Dos produtos agrícolas fundamentais de que dispõe o arquipélago, podemos apontar o amendoim, banana, batata doce, café, cana-de-açúcar, feijão, milho.

Como mostram as estimativas de 1993 sobre o uso da terra, aproximadamente 11% da terra é considerada arável, e dessa, 6% tem pastos constantes. A terra irrigada é avaliada em torno de 1500 a 2000 hectares.

O PIB (Produto Interno Bruto) é gerado, na maior parte das vezes, pelo setor terciário, ou seja, pelos serviços. Segundo estimativa do Staff FMI (Fundo Monetário Internacional) e do INE (Instituto Nacional de Estatística) de Cabo Verde, o PIB do país situa-se na faixa dos 600 milhões de dólares, tendo em conta que a participação do setor

primário é de 11,6%, setor secundário 19,0% e setor terciário com 69,4%. A taxa de crescimento do PIB em 2000 foi de 6,8% e com um PIB per capita de 1472\$US.

As dívidas externa e interna de Cabo Verde representaram, 53,7% e 24,89% do PIB, em 2000, o que significa que a dívida interna junto com a externa atingem 78,6% do PIB.

Ao observar a balança comercial do país podemos ver que ela é desfavorável, uma vez que as importações superam as exportações, isto é, a importação é de longe maior que a exportação, uma vez que Cabo Verde é um país que importa praticamente quase tudo que consome. Segundo dados de 1999, o total das importações era de 26.915.000 CVE (Escudos cabo-verdianos) <sup>2</sup> enquanto que o total das exportações correspondia a 1.170.000 CVE. No período que vai de 1990 a 1997, o crescimento anual das importações foi de 12,1% ao passo que o crescimento anual das exportações equivalia a 3,7%. Dos principais produtos importados temos produtos agrícolas e alimentares, metais e produtos de metal, máquinas e material de transporte, outros produtos manufaturados. Produtos agrícolas e alimentares (18,1%) e produtos manufaturados (74,1%) são os principais produtos exportados. <sup>3</sup>

Para um país que importa bastante, seria conveniente mostrar por ordem de importância os seus parceiros ibero-fonos fundamentais: nas importações – Portugal, Brasil, Espanha, E.U.A. e Guiné-Bissau (dados 1999). Nas exportações – Portugal, E.U.A., Espanha e Guiné-Bissau (dados 2000).<sup>4</sup>

Em 1997, o grau de abertura econômica do arquipélago de Cabo Verde era de 89,3%.

---

<sup>2</sup> A moeda é o Escudo cabo-verdiano (CVE). A cotação em relação ao Euro: 110 ECV – 1 Euro.

<sup>3</sup> Dados de 2000.

<sup>4</sup> Cf. Documento eletrônico: <http://www.governo.cv/> Acessado em 20/09/2006.

No que se refere à população ativa, os dados de 1997 mostram que se estimava por volta de 417.000 habitantes, e a taxa de atividade da população ativa para o mesmo ano era de 40%. Ainda para o ano de 1997, a distribuição do emprego se dava da seguinte maneira: agricultura – 30%, indústria – 30%, serviços – 40%. A taxa de desemprego para o 4º trimestre de 1999 era de 22% para os homens e 27% para as mulheres.

As receitas públicas em relação ao P.N.B. (Produto Nacional Bruto) eram de 24% em 1996, enquanto que as despesas públicas em relação ao P.N.B. eram equivalentes a 26,1%. A despesa pública com a saúde em 1997 era de 3,3% do P.I.B. (Produto Interno Bruto). Em 1999, a despesa pública com o setor educacional era correspondente a 5,6%. A última taxa média anual da inflação disponível em 1999 era de 4,3%.

Vale salientar que o desenvolvimento econômico de Cabo Verde se caracteriza por uma forte dependência do exterior: transferências privadas de divisas e não só, originadas na esmagadora maioria das vezes das remessas dos familiares residentes sobretudo em Portugal, Estados Unidos, Holanda e França,<sup>5</sup> ajuda externa ao desenvolvimento, importação de mercadorias.

Portanto, constata-se a necessidade de uma organização em termos institucionais do setor da educação e formação, com o intuito de melhor responder aos desafios do progresso e desenvolvimento em Cabo Verde. Um número cada vez maior de técnicos superiores especializados quer de nível universitário (técnicos de concepção) quer de nível politécnico e de técnicos médios de execução, é exigido pelo ritmo de desenvolvimento econômico do país e pelas exigências do mundo moderno globalizado.

---

<sup>5</sup> Cabo Verde figura no elenco dos quatro países com maior taxa de emigração. Dois em cada três cabo-verdianos vivem no estrangeiro, designadamente na Europa e nas Américas (Tolentino, A Semana On-line, 26/11/2007, Actualidade).

A economia moderna requer que tais técnicos tenham uma formação de forma sintonizada com o mundo empresarial, pelo que é conveniente manterem-se em contacto e proximidade com as empresas do setor.

## 1.6 Contexto Sociocultural

A língua oficial do arquipélago é o português. Existe, no entanto, a língua materna ou corrente, o crioulo cabo-verdiano, que na verdade baseia no português arcaico, com vocábulos e estruturas africanas.

A taxa de *literacia* mostra que 71,6% da população com idade de 15 anos ou mais sabe ler e escrever. De acordo com os cálculos do PNUD e da ONU para 2002, a população do país é composta por 446.000 habitantes.<sup>6</sup> A densidade populacional é de 100 habitantes por km<sup>2</sup>.

Cabo Verde, pequeno país insular, caracteriza-se demograficamente pela extrema juventude da sua população (62,0% com menos de 25 anos em 2000), uma taxa média de crescimento anual relativamente alta (2,4% no período 1990-2000) e uma divisão do espaço cada vez mais desarmonioso – mais de metade da população vivendo neste momento na ilha de Santiago, a maioria na capital, Praia.

É a forte migração interna que caracteriza o país o que provoca esse desequilíbrio espacial, com os centros urbanos como pólos fundamentais de atração, designadamente as cidades da Praia (que aumentou de cerca de 3.500 pessoas/ano entre 1990 e 2000), tendo neste último ano uma população de 106.052 habitantes, e do Mindelo (ilha de São Vicente)

---

<sup>6</sup> No entanto, os cabo-verdianos que vivem na diáspora representam um número bem maior. Estima-se que 800 mil cabo-verdianos ou seus descendentes vivem pelo mundo (Jornal A Semana On-line, 26/11/2007, Actualidade).

com 67.844 habitantes e a ilha do Sal – em que a população quase duplicou em 10 anos, tendo registrado uma população de 14.792 habitantes. Santa Cruz, na ilha de Santiago, com 32.822 habitantes, a cidade de São Felipe na ilha do Fogo com 7.894 habitantes e a cidade de Assomada em Santa Catarina, na ilha de Santiago, com 7.095 habitantes, sobressaem entre outras cidades mais populosas.<sup>7</sup> Com isso resulta um sistema de urbanização cada vez mais agudo (53,3% da população residindo na zona urbana em 2000 contra 45,9% em 1990) com todas as suas conseqüências no que tange à habitação, saneamento, acesso à água potável e a outros serviços sociais básicos.

Analisando a estrutura etária e *rácio* de comparação sexual, cerca de 41,9% da população tem menos de 14 anos de idade, havendo 1.02 homens por cada mulher; aproximadamente 51,5% da população apresenta idade compreendida entre os 15 e 64 anos de idade, constando 0.92 homem por cada mulher; acima dos 65 anos cerca de 6.6% da população, havendo 0.63 homens por cada mulher e no total da população há 0.94 homens para cada mulher, isso de acordo com estimativa de 2002.<sup>8</sup>

Ainda segundo estimativa de 2002, o crescimento natural anual da população é de 0.85%. A taxa de natalidade é de 27.81 nascimentos por 1.000 habitantes, a taxa de mortalidade 7 mortes por 1.000 habitantes e a taxa de mortalidade infantil de 51 mortes por mil nados vivos. A taxa de expectativa de vida para os homens é de 70 anos enquanto que para as mulheres 72 anos.

Quanto à religião, 95% da população cabo-verdiana professa o catolicismo, sendo que a população restante é protestante.

---

<sup>7</sup> Cf Documento eletrônico: <http://www.governo.cv/> Acesso em 20/09/2006.

<sup>8</sup> Cf. Dados do governo caboverdiano: <http://www.governo.cv/> Acessado em 20/09/2006.

O progresso do sistema educacional cabo-verdiano em todos os âmbitos aparece como estratégia motora de desenvolvimento geral do país e a verdadeira “escola” de formação das populações para uma melhor inserção sócio-econômica, para sua autopromoção e autonomização econômica. Verifica-se, no nível do sistema educativo um aumento em termos de efetivos escolares em todos os níveis de ensino, bem como no nível do corpo docente e das infra-estruturas escolares.

“Pressuposto e determinante da qualidade dos recursos humanos, a cultura engloba os valores, as atitudes, os costumes, as crenças, mas também as atividades levadas a cabo no seio da sociedade. Essas atividades exprimem o enriquecimento de cada um desses fatores e agem sobre eles e levam a sua transformação. Há que ter em conta que a cultura e o contexto sociocultural em que evoluímos são condições indispensáveis para o sucesso de qualquer projeto de sociedade”.<sup>9</sup>

Mais uma vez fica clara a percepção do governo quanto ao papel da educação e cultura numa sociedade. É do entendimento de que somente a educação torna viável qualquer projeto de sociedade, promovendo o progresso nacional, capacitando seus indivíduos, desenvolvendo sua economia e, conseqüentemente, fortalecendo a sua democracia.

## 1.7 O Jugo Colonial Português e o Processo de Luta Anticolonial para a Libertação da Guiné-Bissau e Cabo Verde: Elementos

[P]ara alguns de nós o princípio de indeterminação é que torna sondável a liberdade consciente do homem.  
Jacques Derrida, “My chances” / “Mes chances” apud Bhabha (2001).

Portugal, por ser o primeiro país colonialista (tomada de Ceuta em 1415 e entrega de Macau à República Popular da China em 1999), logo o mais antigo, em que a economia

---

<sup>9</sup> Instituto Nacional de Educação, análise da educação, 2001, p. 4.

se encontra amplamente subalternizada à dominação dos monopólios de outros países imperialistas mais poderosos, e por ser um país que vive sob um domínio político-fascista, isto se traduz nas características básicas do sistema colonial português.

Como evidencia Lênin (2005: 86), Portugal chegou a ser subalternizado pelo monopólio inglês, onde, ainda que conservando a independência política, o caso português mostra-nos uma forma um pouco diferente de dependência financeira e diplomática. Portugal constitui um Estado autônomo, soberano, mas, na verdade, há mais de dois séculos, desde a Guerra da Sucessão da Espanha (1701-1714), encontra-se sob o protetorado da Inglaterra. A Inglaterra protegeu-o e protegeu as possessões coloniais de Portugal, para fortalecer as suas próprias posições na batalha contra os seus rivais – a Espanha e a França. A Inglaterra recebeu em contrapartida benefícios comerciais, melhores condições para a exportação de mercadorias e, especialmente, para a exportação de capitais para Portugal e suas possessões, pôde usar os portos e as ilhas de Portugal, os seus cabos telegráficos etc.etc. (...).

Aliás, como dizia Boaventura numa de suas entrevistas, Portugal, como país semiperiférico, sempre foi assim, colonizador e colônia, simultaneamente. Sendo sul do Norte, talvez sejamos também norte do Sul.<sup>10</sup>

Ainda de acordo com Boaventura (2006: 230),

“A perifericidade do colonialismo português é dupla, porque ocorre tanto no domínio das práticas coloniais, como no dos discursos coloniais. No domínio das práticas, a perifericidade está no facto de Portugal, enquanto país semiperiférico no sistema mundial, ter sido ele próprio, durante um longo período, um país dependente de Inglaterra, e, em certos momentos, quase uma “colônia informal” da Inglaterra. Tal como aconteceu com o colonialismo espanhol, a conjunção do colonialismo português com o capitalismo foi muito menos direta do que a que caracterizou o colonialismo britânico. Em muitos casos, essa conjunção ocorreu por delegação, ou seja, pelo impacto da pressão da Inglaterra sobre Portugal através de mecanismos como condições de crédito e tratados internacionais desiguais. Assim, enquanto o Império Britânico assentou num equilíbrio dinâmico entre colonialismo

---

<sup>10</sup> Cito de memória.

e capitalismo, o Império Português assentou num desequilíbrio, igualmente dinâmico, entre excesso de colonialismo e um défice de capitalismo.”

A partir do estabelecimento de um regime fascista em Portugal, em 1926, os desequilíbrios seculares do sistema colonial português pioraram, quer em nível político, quer em nível econômico. Isso gerou a intensificação e barbarização da dominação política e da exploração econômica dos povos coloniais.

Cabe ressaltar que dos finais do séc. XIX até mais ou menos metade do século XX, além dos povoados de colonos portugueses (arquipélago dos Açores e da ilha da Madeira), no Oceano Atlântico, as seguintes possessões na África pertenciam ao império colonial português: Angola, Guiné, as ilhas de Cabo Verde, as ilhas de São Tomé e Príncipe e Moçambique; na Ásia, temos as colônias de Goa,<sup>11</sup> Damão e Diu (na Índia) em que se emanciparam em 1961, a metade oriental da ilha de Timor (na Indonésia) e a colônia de Macau (na China).

A finalidade precípua do colonialismo é a exploração econômica das colônias. Para isso, o colonizador usa todo o aparelho político e militar disponível. É por isso que Fanon mostra aos seus irmãos africanos, asiáticos e latino-americanos que ou efetuaremos juntos e em todos os lugares o socialismo revolucionário ou cairemos um a um frente aos nossos tradicionais usurpadores.

Para Portugal, país pobre e dos menos desenvolvidos da Europa, usar as colônias como fornecedoras de matérias primas para a sua escassa indústria (tecidos e oleaginosas) bem como consumidores de seus produtos (vinhos, tecidos), e ainda mais como geradoras

---

<sup>11</sup> Goa se traduz na região do mundo que mais tempo passou sob o regime colonial efetivo, entre 1510 e 1962, e é igualmente a única em que a libertação do colonialismo português não deu lugar à independência, mesmo que esta não seja uma opinião compartilhada pela Índia (Boaventura, 2004).

de divisas, uma vez que Portugal exportava essas matérias-primas para outros países estrangeiros, constituía um negócio lucrativo.

Como Mani e Frankenberg asseveram, o “colonialismo”, como o “pós-colonialismo”, se alude às formas diferenciadas de “encenar os encontros” entre as sociedades colonizadoras e seus “outros” – “embora nem sempre do mesmo modo ou no mesmo nível” (MANI e FRANKENBERG, 1993: 301 apud HALL, 2003: 109).

O colonialismo português, particularmente a partir do estabelecimento do regime fascista, tentou habitualmente prejudicar o desenvolvimento econômico das “colônias”. Primeiro porque temia que tal desenvolvimento econômico favorecesse a constituição de uma burguesia local forte – ainda que de colonos – e que isso impulsionasse a geração de um movimento de libertação. Em seguida, a escassez de recursos não permitia a aplicação de grandes somas nesse investimento, por conta do definhamento das forças produtivas de Portugal e consequência da própria política econômica geral do regime fascista (P.A.I.G.C., 1974: 115).

Uma instituição típica do sistema de exploração econômica do império colonial português se traduz no trabalho forçado (o contratado) utilizado nas empresas de grande porte e nas culturas obrigatórias. Outra forma de lesar ainda mais o colonizado era obrigar as populações rurais a aceitarem preços baixíssimos por sua produção agrícola, tendo em atenção os impostos elevados determinados pelo colonialismo português.

Por ser o mais antigo e um dos mais bárbaros, cruéis e desumanos que a história já conheceu, convém analisar o impacto desse colonialismo nas suas colônias africanas, mais especificamente na Guiné-Bissau e em Cabo Verde (colônias que tiveram um processo conjunto de luta anticolonial), no que concerne à opressão política e administrativa, à exploração econômica e à opressão sociocultural.

No primeiro caso, prescindir os povos coloniais de toda a soberania, retirar-lhes o direito de optar pelo seu próprio destino e de decidir eles mesmos os seus assuntos, constitui o ponto fundamental do sistema político e administrativo colonial. Dependendo dos caprichos e inclinações dos funcionários provenientes da metrópole e designados pelas autoridades do país colonizador, no sistema de colonização os indígenas são abstraídos de todos os direitos.

Nesta perspectiva, o sistema político e administrativo de Portugal é peculiar: todo o poder se concentra nas mãos do Governador, indicado pelo Ministro das Colônias (ou do Ultramar) e dos administradores designados pelo Governador, todos europeus, exceto nalguns casos, tanto nas ilhas de Cabo Verde como na Guiné (P.A.I.G.C., 1974, p.117).

Constituído por uma esmagadora maioria de funcionários indicados, o Conselho do Governo, que assessora o Governador, detém somente uma função de consultoria.

Para se dizer, não se constata a autonomia da justiça em relação ao poder político e administrativo. Tanto é que, aos indígenas, os administradores fazem diretamente a justiça – justiça municipal, justiça de paz garantida pelos chefes de posto.

A despeito de Portugal alterar as designações de colônia – 1927 [sic] – para Província do Ultramar – 1961 [sic] -, isso de fato não muda praticamente nada na natureza do colonialismo português, apenas nas formas de repressão colonial. Na verdade, era somente uma estratégia, uma saída jurídica e moral perante a censura mundial do colonialismo. Essa repressão ficou ainda mais sanguinária, visto que tanto o aparelho repressivo quanto a sua perversidade aumentaram.

Como argumenta Boaventura (2006),

“A grande assimetria entre o colonialismo inglês e o português foi o facto de o primeiro não ter de romper com um passado descoincidente do seu presente. O colonialismo inglês foi sempre o colonialismo-norma desde a sua origem porque

protagonizado pelo país que impunha a normatividade do sistema mundial. No caso do colonialismo português, uma vez criada a possibilidade de um colonialismo retroactivo, enquanto discurso de dessincronia e ruptura, este pôde ser manipulado ao sabor das exigências e conjunturas políticas. Tanto se ofereceu a leituras inquietantes – por exemplo, a ideia de que o subdesenvolvimento do colonizador produziu o subdesenvolvimento do colonizado, uma dupla condição que só poderia ser superada por uma política colonialista desenvolvida – como a leituras reconfortantes, por exemplo, o luso-tropicalismo, “Portugal, do Minho a Timor”, colonialismo cordial. Mas quase todas as leituras tiveram elementos inquietantes e reconfortantes. A negatividade relativa do colonialismo português foi sempre o subtexto da sua positividade relativa, e vice-versa”, (op. Cit. pp. 232-233).

Quanto à função das eleições, que não são livres nem mesmo em Portugal, porque ali impera um regime fascista, e das Assembléias eleitas, isso se traduz num mero ato cerimonioso.

Tanto nas ilhas de Cabo Verde quanto na Guiné, o direito de voto era coisa de poucos, ou seja, contemplava uma ínfima parcela da população, para não dizer nenhuma. No caso do primeiro, mesmo os habitantes vistos teoricamente como “cidadãos”, esse direito dependia das condições de fortuna, o que boa parte não dispunha porque era muito pobre. Já no caso particular da Guiné, a situação reinante era bem pior, na medida em que nem sequer dispunham formalmente desse direito, uma vez tratada a sua população de “não-civilizada”, pelo menos até 1961.

No que concerne à exploração e opressão econômica, apesar de já ter sido apresentado alguns de seus propósitos básicos, cabe aqui acrescentar outros aspectos ou reforçá-los.

Nessa vertente, a questão dos impostos é o *leitmotiv*, uma das armas mais utilizadas pelos colonialistas portugueses para lesar as suas vítimas. No caso da Guiné, existiam dois tipos de impostos a que o indígena estava submetido: o imposto de palhota e os impostos de consumo, ambos evidentemente injustos e incoerentes. Tão desigual que cabia aos ricos e

pobres, elevando o preço dos produtos importados, produtos esses absolutamente necessários.

A questão do trabalho forçado era outra modalidade de expropriação do indígena, tendo até mesmo as suas penas de prisão transformadas nessa desumanidade. Existindo legalmente no estatuto do indigenato ainda em 1954, a ONU (Organização das Nações Unidas) teve que reprová-lo, levando Portugal a renunciá-lo em 1961, pelo menos formalmente. Contudo, melhor sorte não tiveram os cabo-verdianos que obrigados pela fome e violência policial não tiveram alternativa senão contratar para trabalhar como autênticos escravos nas plantações são-tomenses e angolanas, durante quatro anos.

Sistema pior que o regime escravocrata, o trabalho forçado foi desenvolvido até as últimas conseqüências pelo império colonial português. Como entende Sartre, estabelece-se que o colonizado não é de natureza humana, dado que sem crime ninguém o priva, escraviza-o ou extermina-o.

Portanto, Guiné-Bissau e Cabo Verde foram amplamente subordinados a essa crueldade. No primeiro, mais que trabalho forçado, existia a cultura obrigatória, sobretudo do amendoim, mesmo que isso trouxesse graves prejuízos ao camponês em detrimento de outros cultivos (do arroz, por exemplo). O que interessava era a rentabilidade do comércio monopolista. No segundo, terça parte ou até mesmo metade da safra, em produtos de exportação, eram entregues pelo camponês aos proprietários de terras. Como a terra trabalhada era diminuta (0,25 hectares por habitante) e a percentagem da população que dependia dela não era baixa (80%), é claramente insuficiente o que sobra para a alimentação. São coisas dessa ordem as grandes responsáveis pela fome, e não as estiagens, como fazem crer as autoridades colonialistas.

Da análise da opressão sociocultural, podemos concluir que as obras sociais em benefício das populações nunca foram preocupação do colonialismo português, na medida em que se preocupavam só e unicamente com a obtenção do maior lucro possível sem nenhum investimento em prol da população local.

Como destaca (P.A.I.G.C., 1974: 119), praticamente não existia a ação sanitária. Nos meados do séc. XX havia apenas um hospital em Bissau e três hospitais com trezentos e oitenta camas nas ilhas de Cabo Verde. Os “hospitais regionais”, três na Guiné e cinco nas ilhas de Cabo Verde eram, e é o melhor que se pode dizer, meras enfermarias.

Dizer que todos os habitantes do império português (até mesmo os das províncias do Ultramar) são portugueses, como sublinha a tese oficial da “assimilação” não é verdade. Tanto é que o estatuto do indigenato extinguido muito tardiamente contrariou esse fato.

O colonialismo português opõe-se inteiramente ao uso oficial das línguas nacionais ou do crioulo, sobretudo no ensino ou na escrita, com o intuito de rejeitar a singularidade nacional e cultural dos povos colonizados. Porém, aos indígenas ficou vedado até mesmo o ensino oficial em língua portuguesa.

Antes de 1961, somente um quarto das crianças em idade escolar freqüentava a escola em 1960-61 nas ilhas de Cabo Verde, onde oficialmente a população não recebia o tratamento de indígena. E mais, somente 1% da população representava o efetivo dos dois liceus existentes na Praia e São Vicente.

Na Guiné, o ensino era praticamente nulo até os últimos anos. Atribuído às Missões Católicas em 1940, ele dispunha em 1950-51, de 55 escolas com 1.979 alunos, das quais 45 escolas com 1.044 alunos de “nível rudimentar”. Em 1961, o número dos alunos chegou a 11.000, o que ainda não era suficiente, e em 1965 não passava ainda dos 12.000 (P.A.I.G.C., 1974: 119).

O primeiro liceu surgiu em Bissau (capital guineense) apenas em 1958, e em 1966 o seu número de alunos de maioria europeia (60%) não atingia 400.

Em 1961, guineenses titulares de um diploma superior eram apenas quatorze, dos quais três já haviam falecido.

O colonialismo português só muito tardiamente, com o incremento da luta da libertação nacional, se viu forçado a construir alguns postos escolares e sanitários, encaminhar alguns alunos para formação nas universidades portuguesas etc. É bom saber que isso muitas vezes era mais por interesse do colonizador do que do colonizado. Vendo que à medida que partes do território eram libertadas com o desenvolvimento e vitórias da luta de libertação nacional, com sua conseqüente vantagem ao povo doravante livre, o colonialismo português tinha que atribuir alguns privilégios àqueles que ainda encontravam-se sob seu domínio, na intenção de manter e perpetrar ainda mais a sua dominação.

Em todo caso, o que se pode concluir, e que de certo modo já havíamos verificado, é que se trata de um regime colonial dos mais desumanizantes, não deixando aos povos coloniais qualquer tipo de liberdade e dignidade. Ou seja, o direito dos colonizados era nulo, visto que nem de si mesmos, seus haveres, suas necessidades e cultura podiam dispor.

Assinala Sartre que a violência colonial não tem apenas o propósito de assegurar o respeito desses homens subjugados; tenta desumanizá-los. Tudo deve ser feito para acabar com as suas tradições, para substituir a língua deles pela nossa, para extinguir a sua cultura sem lhes proporcionar a nossa; é necessário torná-los estúpidos e insensíveis pela fadiga. Debilitados, enfermos, se ainda resistem, o temor concluirá o trabalho: miram-se os fuzis em direção aos camponeses; procuram civis que se instalam na terra e o obrigam a trabalhá-la para eles. Se resiste, os soldados disparam, é um homem extinto; se cede, humilha-se,

não é mais um homem; a desonra e o medo vão fender-lhe a índole, decompor-lhe a personalidade (FANON, 1968: 9).

Para Bhabha, a ambigüidade das representações colonizador/colonizado patenteia-se bem no estereótipo. A construção das diferenças, particularmente da diferença racial e sexual, localiza no estereótipo a estratégia discursiva colonialista mais expressiva, um modo intensamente ambivalente de conhecimento e representação que inclui elementos de terror, medo e anseio (BHABHA, 1994: 67 apud BOAVENTURA, 2006: 236). A ambigüidade mais reconhecida do estereótipo é o fato de os reversos dos seus elementos negativos serem igualmente seus elementos formativos: o preto é ao mesmo tempo o bárbaro e o servo mais honrado e dócil; é a encarnação da sexualidade sem controle, mas é também ingênuo como uma criança; é um místico, inculto e pobre de espírito, e simultaneamente engenhoso, falso e perversor de forças sociais (BHABHA, 1994: 82 apud BOAVENTURA, 2006: 236).

Deste modo, o regime colonial português atribuía mais importância às coisas e objetos que ao homem colonizado. Este não tinha custo de substituição, enquanto aqueles podiam muitas vezes custar caro.

Enfim, a humanidade conheceu as barbaridades e imoralidades do colonialismo português, que é a variante mais retrógrada das colonizações pretensamente “civilizadoras”.

## 1.8 Movimento de Libertação Nacional da Guiné-Bissau e Cabo Verde

Tendo em vista todas as sevícias e exploração do retrógrado colonialismo português acima exposto, é evidente e absolutamente necessário o aparecimento do movimento de libertação nacional, ainda mais nestas duas colônias que não registraram desenvolvimento

algum na produção, ou seja, ficaram numa situação de retardamento econômico excepcional, uma vez que eram duplamente exploradas pelo império colonial português e as potências imperialistas que dominavam Portugal.

Como sabemos o processo de descolonização sempre apresenta as suas complexidades e irascibilidades. Como argumenta Fanon (1968),

“LIBERTAÇÃO NACIONAL, renascimento nacional, restituição da nação ao povo, Commonwealth, quaisquer que sejam as rubricas utilizadas ou as novas fórmulas introduzidas, a descolonização é sempre um fenômeno violento. Em qualquer nível que a estudemos – encontros interindividuais, denominações novas dos clubes esportivos, composição humana das cocktails-parties, da polícia, dos conselhos administrativos dos bancos nacionais ou privados – a descolonização é simplesmente a substituição de uma “espécie” de homens por outra “espécie” de homens. Sem transição, há substituição total, completa, absoluta. Sem dúvida poder-se-ia igualmente mostrar o aparecimento de uma nova nação, a instalação de novo Estado, suas relações diplomáticas, sua orientação política, econômica. Mas nós preferimos falar precisamente desse tipo de tábula rasa que caracteriza de saída toda descolonização. Sua importância invulgar decorre do fato de que ela constitui, desde o primeiro dia, a reivindicação mínima do colonizado. Para dizer a verdade, a prova do êxito reside num panorama social transformado de alto a baixo. A extraordinária importância de tal transformação é ser ela querida, reclamada, exigida. A necessidade da transformação existe em estado bruto, impetuoso e coativo, na consciência e na vida dos homens e mulheres colonizados. Mas a eventualidade dessa mudança é igualmente vivida sob a forma de um futuro terrificante na consciência de uma outra “espécie” de homens e mulheres: os colonos” (op. cit. pp. 25-26).

A administração portuguesa, pelo atraso econômico e inexistência de qualquer sistema de educação desenvolvido infligido às colônias, acreditou que o movimento de libertação nacional originado noutros países africanos não contagiaria suas possessões. No entanto, essa administração equivocou-se. O perigo da revolução a atingiu sem que o atraso econômico e cultural vinculado à opressão administrativa e ao sistema policial fascista lhe pudesse salvar. Mas é evidente que as condições peculiares do colonialismo português lhe ajudaram a retardar o surgimento do movimento anticolonial.

Podemos dizer que este retardamento foi tanto, de modo que as colônias portuguesas foram das últimas a serem libertadas. Contudo, impulsos e antecedentes do

movimento de libertação desde “cedo” existiram. Destarte, podemos citar como uma das reveladoras do movimento de libertação nacional, a Liga Guineense, estabelecida desde 1911. Essa liga chegou a ser decomposta por ser apontada como a responsável pela revolta de 1915.

A Associação Desportiva e Recreativa dos Africanos, primeiro centro do ideal nacional surgiu em 1953, fundada pelos estudantes recém-formados em Portugal e habitantes de Bissau. Logo no ano seguinte a administração portuguesa encerrou-a.

Posteriormente, a despeito de mostrar-se pouco consistente, o M.I.N.G. – Movimento para a Independência Nacional da Guiné – possibilitou a primeira aproximação entre os intelectuais e os artesãos e operários de Bissau.

Como mostra (P.A.I.G.C., 1974: 129), no mundo todo, o movimento de libertação nacional desenvolvia-se intensamente. Em 1955, a Conferência de Bandung (na Indonésia) onde participaram os principais países independentes da Ásia e da África (entre eles a China, a Índia, a U.R.S.S.) colocou na pauta de discussão a unidade dos povos da Ásia e da África para a extinção completa do sistema colonial.

Um movimento internacional deste porte não deixaria de ecoar na Guiné e em Cabo Verde, mesmo querendo a administração portuguesa isolar as suas possessões. Como mostra Sartre, o que Fanon faz para os seus irmãos é desestruturar as estratégias do colonialismo, o complicado jogo das relações que ligam e contrastam colonos e “metropolitanos”; mostrá-los como desmontá-las é o seu propósito (FANON, 1968, p. 6).

Bhabha (2001 [1998]), pontua que, segundo escreve Fanon, o sujeito colonial é sempre “sobredeterminado de fora”. É por intermédio da imagem e da fantasia (aquelas ordens que figuram transgressivamente nas bordas da história e do inconsciente) que Fanon relembra a condição colonial de modo mais profundo (op. cit. p. 74).

O que finalmente ia proporcionar ao movimento nacional africano destes territórios o mecanismo de expressão tão almejado e esperado e o dispositivo eficaz necessário para a sua emancipação é a fundação do *Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde*, em setembro de 1956.

Como destaca (P.A.I.G.C., 1974),

“A 19 de Setembro de 1956, Amílcar Cabral que desde muitos anos atrás estudara os problemas respeitantes ao colonialismo português, os discutira com outros Africanos e participara ativamente em diversas atividades na defesa dos interesses dos povos das colônias portuguesas, cria, em Bissau, com outros cinco companheiros, o P.A.I.G.C. (Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde). Esta data marca o começo duma nova situação histórica na vida do povo da Guiné e Cabo Verde. Não se trata de um acontecimento vulgar, de mais um fato a acrescentar à longa lista de realidades que traduzem a heróica e tenaz resistência do povo guineense e caboverdiano à presença portuguesa e à dominação e exploração coloniais, com todo o seu cortejo de abusos, arbitrariedades, brutalidades e crimes. Mas sim de um acontecimento decisivo na vida e na história do povo da Guiné e Cabo Verde que, assim, encontrava o instrumento fundamental capaz de o libertar do jugo estrangeiro e retomar o curso da sua história, interrompido pela conquista e dominação colonial portuguesa” (op. Cit. p. 140).

Unificar esses dois povos contra o colonialismo português, bem como juntá-los numa mesma orientação e íntima ligação, como se tratasse dum só corpo e duma única alma, é o papel do P.A.I.G.C., esse organismo de luta que surge pela primeira vez na história do povo guineense e cabo-verdiano.

A partir das marcas históricas básicas da nossa época e da realidade concreta na Guiné e em Cabo Verde, o P.A.I.G.C. define os seguintes objetivos: em primeiro lugar, o extermínio do domínio colonial português; subsidiariamente, a geração de bases imprescindíveis para a construção de uma vida nova para o povo guineense e cabo-verdiano; por último, e que seria a sua finalidade máxima e sua razão de ser, construir a paz, o conforto, e o êxito constante do povo da Guiné e Cabo Verde (Id., p. 141).

O P.A.I.G.C. faz movimentar as massas populares de todos os níveis sociais, sem considerar a classe a que pertencem, a fim de realizar o seu propósito. O interesse de todo o

povo *versus* colonialismo, se traduz na principal contradição existente na Guiné e em Cabo Verde. Deste modo, os interesses não de uma classe específica, mas de todo o povo guineense e caboverdiano vitimado pela opressão e repressão coloniais, é o que preconiza o P.A.I.G.C.

Neste sentido, cabe assinalar Fanon (1968: 26), de acordo com o qual, a descolonização, que se sugere transformar o ordenamento do mundo, é, está visto, um programa de desordem total. Contudo não pode derivar de uma operação mágica, de um abalo natural ou de um pacto amistoso. A descolonização, sabemo-lo, é um processo histórico, ou seja, não cabe entendê-la, não encontraremos a sua compreensão, não se torna evidente para si mesmo senão na exata medida em que se torna compreensível o movimento historicizante que lhe proporciona forma e conteúdo. A descolonização se traduz na junção de duas forças congenitamente incompatíveis que tiram sua originalidade exatamente desse tipo de substantificação que separa e alimenta o colonialismo. Seu primeiro choque teve lugar perante a marca da violência e sua coabitação (ou melhor, a opressão do colonizado pelo colono) foi concretizada com grande reforço de baionetas e canhões. O colono e o colonizado são antigos conhecidos. E, realmente, o colono tem razão quando diz que “os” conhece. É o colono que fez e continua fazendo o colonizado. O colono extrai a sua verdade, ou seja, os seus bens, do colonialismo.

Como argumenta ainda Fanon,

“Por vezes este maniqueísmo leva a sua lógica até ao ponto de desumanizar o colonizado. Mais propriamente, desumaniza-o. Com efeito, quando se refere ao colonizado, a linguagem do colonizador recorre à zoologia. Faz-se alusão ao rastejar do Amarelo, às emanções da aldeia indígena, às hordas, aos cheiros fétidos, às pululações, aos alaridos, às gesticulações. Quando pretende a palavra adequada para bem descrever, o colonizador socorre-se constantemente do bestário” (FANON, 1961: 54 apud BOAVENTURA, 2006: 236).

Anticolonialista e antiimperialista, o P.A.I.G.C. é igualmente um Partido democrático e progressista. Desde a sua origem, princípios democráticos de vida têm sido a prática desse Partido. Em todos os seus escalões, a crítica e autocrítica construtivas constituem as armas no trabalho político da sua atividade revolucionária e o princípio do centralismo democrático também se aplica na vida do Partido. Enfim, o P.A.I.G.C. operou desde a sua gênese no âmbito da democracia revolucionária.

Podemos salientar que por serem Cabo Verde e Guiné Bissau territórios africanos, o P.A.I.G.C. não excluía os outros países da África também, sem considerar a forma de governo por estes adotados, defendendo assim a necessidade da emancipação total deste continente. Ou seja, a política do P.A.I.G.C. era de natureza aberta, não direcionada unicamente para os problemas do povo guineense e cabo-verdiano.

É de latitude universal o pensamento político do P.A.I.G.C., na medida em que o Partido não luta sozinho. Dispõe de diversos aliados no seu combate contra o império colonial português. Na África, de acordo com o Partido, todos os que se opõem sem dissimulação ao colonialismo português, tanto nas palavras, como nas ações e auxiliam de fato a luta do Partido em prol do povo da Guiné e Cabo Verde, são considerados aliados concretos e imediatos.

No mundo, os países socialistas aparecem como os primeiros aliados do P.A.I.G.C. Também organismos de apoio e solidariedade localizados no interior dos países capitalistas figuram nesta lista, bem como movimentos operários de diferentes países europeus, americanos e asiáticos, particularmente dos dois primeiros.

Entretanto, nessa luta de libertação nacional na Guiné e em Cabo Verde, apesar de inúmeras diligências visando o diálogo, chegou-se a um momento em que a luta armada como forma peremptória de ação política era inevitável perante o colonialismo fascista

português. Isso veio na seqüência de algumas atrocidades emblemáticas e enfáticas desse colonialismo, como por exemplo, o massacre dos marinheiros do cais de Pidjiguiti (Guiné Bissau) a 3 de agosto de 1959. Desse doloroso episódio o Partido tirou uma lição, a de que a única via possível de libertação nacional era a luta armada.

Todas as tentativas efetuadas pelo P.A.I.G.C. para dialogar construtivamente com o governo colonial português não surtiram efeito. Depois da repressão colonial à ação dos nacionalistas angolanos em 4 de fevereiro de 1961, o P.A.I.G.C. resolve elevar o nível da luta, levando-a a uma nova etapa. Deste modo, a partir de 3 de agosto de 1961, passa-se na Guiné à ação direta – sabotagens, cortes de vias de comunicação, danificação de instalações, etc. Tal fato assinala a transição do ciclo de luta política à da sublevação nacional, à ação direta opondo-se as forças colonialistas. A fase entre 1961 e 1963 se traduz num indício ao próprio desencadeamento da luta armada, no verdadeiro sentido da palavra (P.A.I.G.C., 1974: 149).

É assim que em janeiro de 1963 começa a luta armada. Armados com um material eficiente e organizados em diversas frentes de guerrilha, os combatentes do Partido conseguem neutralizar a opressão econômica dos colonialistas na sua essência, gerando no inimigo uma impressão de medo contínuo. Todas as zonas ao sul do Geba e do Corubal se emanciparam depois de seis meses de luta armada. A ocupação e controle de uma parte do território era notável (cerca de 15%), fato que o Ministro da Defesa Nacional de Portugal se viu obrigado a admitir.

Como aponta Fanon (1968), mostrada em sua nudez, a colonização deixa entrever, por intermédio de todos os seus orifícios, granadas incendiárias e facas ensanguentadas. Porque se os últimos serão os primeiros isto só acontece em decorrência de um confronto crucial e mortal entre dois protagonistas. Este anseio de colocar os últimos no início da fila,

de os elevar com cadência – muito rápida, alegam alguns – aos notáveis escalões que determinam uma sociedade organizada, apenas pode ter êxito se se lançam na balança todos os instrumentos, até mesmo a violência, evidentemente (op. Cit., p. 27).

Simultaneamente a uma impulsão da luta na Guiné, o P.A.I.G.C. provia uma observação intensa da situação em Cabo Verde. Nesse âmbito, com o intuito de alcançar a ação direta e sair da fase política, o que pode ser entendida como uma espécie de luta armada, uma Conferência de Quadros do Partido em julho de 1963 implementou iniciativas para fortalecer a luta em Cabo Verde.

O P.A.I.G.C. segue aumentando as áreas emancipadas e estabilizando as frentes de combate. Uma vida nova e um Estado novo aparece nas áreas libertadas. Uma inversão crescente da situação concernente às duas forças acontece entre 1965 e 1966, em virtude da luta que cresce e se desenvolve sem trégua. As forças coloniais se vêem cada vez mais reduzidas à defesa. É o momento de guerra partidária de movimento. Com aproximadamente metade da população, 60% do território guineense se vê livre no final do ano de 1966.

### 1.9 Amílcar Cabral: Filho de Guiné-Bissau e Cabo Verde

Sem apontar os textos escritos pelo próprio Amílcar e todo o aprendizado e legado intelectual que ele nos deixou, também são inúmeros os autores - inclusive alguns ex-companheiros desse que foi o grande herói, não só dos povos da África, mas também de todo o Terceiro Mundo de uma maneira geral - que se dedicaram a pesquisar e escrever sobre a sua vida e luta política. Para tanto, podemos tomar como suporte P.A.I.G.C. (1974), Oramas (1998) etc, que nos contam um pouco do que foi a origem familiar, infância,

adolescência, os estudos universitários, engajamento sócio-político e vida de uma maneira geral de Amílcar em Guiné Bissau e Cabo Verde, como em Portugal.

Amílcar Cabral nasceu em 12 de setembro de 1924 em Bafatá, segunda maior cidade da Guiné-Bissau. Iva Pinhel Évora, sua mãe e neta de portugueses, nascida na ilha de Santiago, Cabo Verde, trabalha inicialmente como empregada doméstica e posteriormente abre um pequeno comércio, um dos maiores desejos de um africano nessa altura.

Juvenal Cabral, seu pai, igualmente oriundo das ilhas de Cabo Verde, é um homem sábio; maestro de profissão, escreve em 1947, o livro “Memórias e Reflexões”, em que trata diversos aspectos decepcionantes da situação colonial em que se encontra. Transmite essas idéias para Cabral que desde cedo vai fortalecendo o seu espírito no sentimento de dispor de uma identidade própria que não é a portuguesa.

Nesse sentido, Amílcar dá continuidade aos seus estudos na cidade da Praia (capital caboverdiana), na medida em que com a idade de 12 anos seu pai é transferido para o arquipélago de Cabo Verde, datando desse período os seus primeiros contatos com esta região. Passou a juventude num território que nos séculos anteriores era marcado pelos seus enormes bosques e o verde da floresta; mas que a destruição e a decomposição dos solos subsequente transformaram num concorrente do deserto de Sahara.

Realizou os estudos secundários (fundamental e médio) no Liceu Gil Eanes, na ilha de São Vicente (Cabo Verde), que com a sua paisagem desértica desperta nele, à semelhança dos poetas, sensações fortes, um misto de ansiedade e mistérios. Esses momentos que deixam marcas na sua personalidade, conhecemos posteriormente, quando Amílcar fala da vida difícil dos cabo-verdianos, habituados a uma faina para obter água e a árduos esforços para fazer a terra produzir.

Em Cabo Verde teve a vantagem da situação peculiar existente, uma vez que a colônia considera os mestiços, filhos de portugueses, como assimilados, ou seja, igualmente cidadãos portugueses, o que lhes proporciona a obtenção de uma educação estatal. Como resultado desse fato, são muitos os cabo-verdianos cultos, mais do que nas outras colônias e isso mostra porque muitos deles trabalham para o Estado, ali e noutros territórios.

Em 1941, acontece nas ilhas de Cabo Verde uma seca terrível que faz sucumbir a vegetação e as pessoas e acaba praticamente com quase todo o gado. Num único ano perecem aproximadamente 20 mil habitantes. O pai de Amílcar, Juvenal, acha necessário enviar uma missiva a Francisco Vieira Machado, Ministro das Colônias Portuguesas, a quem conta a triste e complicada situação das ilhas e solicita a sua intervenção no sentido de encontrar uma solução para a deplorável desgraça que assola as suas terras. A prepotência e a indiferença colonial dão prova de fé; essa missiva nunca teve resposta; contudo, Juvenal é identificado como um homem a ser observado atentamente.

Conseqüentemente, tudo leva a crer que Juvenal Lopes Cabral tem uma função importante na formação de Amílcar. Ele que enquanto cresce num Cabo Verde destituído de história oficial, sem passado e sem cultura específica, chega a conceber, de acordo com os especialistas portugueses, com a sua vontade e firmeza, um estilo literário requintado e pletórico de contornos líricos, como o que prevalece na metrópole. Juvenal – um obscuro maestro sem diploma – como se costuma dizer, na sua estadia na Guiné-Bissau adquiriu todo o tipo de informações de conteúdo etnográfico, algumas das quais passa a seu filho Amílcar. Se bem que Juvenal tenha de herança uma pequena fortuna em Cabo Verde, mas rapidamente se vê privado desses bens durante a II Grande Guerra e a família enfrenta muitas dificuldades. Tudo isto e as suas ações políticas marcam a índole do seu filho.

A fome continua abatendo as ilhas de Cabo Verde e Portugal mostra-se insensível quando um quarto da população desaparece. É nesse período que Amílcar resolve cursar Engenharia Agrônômica, preparando-se o melhor que pode para combater a situação gerada com o empobrecimento dos solos.

De 1940 a 1943 o adolescente Amílcar, mostrando a sua riqueza espiritual deixa um legado de dois pequenos cadernos de poesia, nos quais expõe os acontecimentos que durante a II Grande Guerra estremeceram o mundo, bem como a sua terra natal. Não tinha ainda feito os 20 anos e já demonstrava a propriedade de um pensamento enraizado no sofrimento do seu povo.

Em 1943, redige um relato a respeito de um jovem adolescente de 16 anos, denominado Fidemar, isto é filho do mar, que se destaca do seu círculo pela repugnância que sente a tudo o que seja oposto ao sonho de liberdade para todos. Este se traduz, indubitavelmente, num acontecimento singular do dirigente em formação. Evidente está, já é o jovem que leia livros de todos os tipos e se provê de toda a obra histórica ou religiosa que consegue obter, num meio que reina a dura repreensão colonial, disposta a impedir que o contato com outras idéias surta um efeito germinador num autóctone.

Em outubro de 1944, já dotado de um estilo mais afinado, resultado de um exercício que não deixa de praticar, escreve um ensaio cujo título é “Hoje e Amanhã”, no qual reporta que a insensibilidade do Mundo não detém os sonhos de milhões de pessoas que têm o direito de existir, na medida em que estes sonhos correspondem ao progresso; e termina o prefácio com uma frase para o futuro: *‘que o teu filho viva amanhã no mundo dos teus sonhos’* (ORAMAS, 1998: 17).

Durante vários anos Portugal consegue que se faça silêncio no que toca às suas possessões, é uma venda colocada nos olhos da comunidade internacional para impedir que

tenham conhecimento dos abusos e exageros colonialistas e dos protestos dos povos que querem ser donos do seu próprio destino.

Por conta das excelentes qualificações nos estudos liceais, consegue em 1945 uma bolsa para a universidade em Portugal, momento propício para se matricular em Engenharia Agrônoma no Instituto Superior de Agronomia de Lisboa. É um sonho para Amílcar poder conhecer o território metropolitano; tudo é para ele um mundo fantástico, desde o rio Tejo aos fados, porém logo descobre, de acordo com o que contam os seus amigos da época, que ele não existe ali, mas sim lá, no seu torrão, e ao invés de ser adaptado, o contato com Lisboa e as suas supostas magias fortalecem-lhe o espírito de revolta e o desejo e a vontade de lutar pela independência da sua Pátria.

Na sua chegada a Lisboa apenas conhece uns vinte a trinta cabo-verdianos e alguns africanos, sobretudo moçambicanos, angolanos e são-tomenses, parte dos quais serão mais tarde dirigentes dos movimentos de libertação, como Agostinho Neto, Mário de Andrade, Viriato da Cruz, Eduardo Mondlane e Marcelino dos Santos.

Eles habitavam principalmente no bairro de Ajuda, em Lisboa, onde o que caracteriza mais este grupo de estudantes africanos é, não somente a pobreza, mas igualmente a insipiência política que os circunda, bem como a relação com a metrópole onde gozam de determinadas liberdades e acumulam com maior facilidade novos conhecimentos a respeito de História e Sociologia Política. Mesmo sendo a capital lusa não um centro das idéias mais desenvolvidas do período, a vizinhança com outros países da região possibilita-lhes ter conhecimento das inquietações e dos zelos que outros africanos efetuam pela independência sócio-econômica e política dos seus povos. O que alimenta o espírito deste grupo são as aulas e o meio social.

Nos seus contatos com os comunistas portugueses, que a partir da clandestinidade trabalhavam arduamente com as organizações da juventude e com o Movimento Universitário Democrático, esta pequena comunidade também é rapidamente influenciada pelas idéias revolucionárias.

O núcleo dos seus amigos, estudantes africanos, programa uma permanente atividade em dois planos complementares: a instrução político-ideológica e a dedicação em cultivar-se intelectualmente. O resultado evidente dessas ocupações é a participação intensa nas organizações democráticas portuguesas, entre as quais o movimento para a Paz. Amílcar Cabral, no entanto, freqüentador assíduo dessas atividades, dedica, outrossim, o seu tempo à luta pelo que chama “a africanização do espírito” e influencia com a sua oratória o grupo de amigos que o circunda.

Outro aspecto relevante na sua formação política é o acesso a diversos textos em português e francês, à literatura revolucionária brasileira, a Jorge Amado (Os Caminhos da Paz), a Paul Nizau, Nicolas Guillén, Pablo Neruda, Paul Eluard, Aragon e outros poetas revolucionários.

Também é importante a influência recebida dos lutadores revolucionários ianques, como Langston Hughes, da coleção de poesia afro-americana de Senghor e da Revista Presença Africana. Na sua obra “Amílcar Cabral”, Mário de Andrade fala do Amílcar poeta, idealizador, homem que em suas palavras vislumbra o futuro, quando elogia o seu estilo de busca, repleto de vãos líricos, quando canta o Mindelo e a Praia em Cabo Verde.

Amílcar admira o poeta Leopold Sedar Senghor e a sua obra, que considera infinitamente humana e esplêndida.

O seu amor pela poesia vai aumentando e, se bem que não tenha sido possível ter acesso a todos os seus trabalhos, sabemos que envia, em 1946, um poema para a revista

“Seara Nova”: “A minha poesia sou eu”, no qual aparecem uma vez mais as suas preocupações literárias; contudo é conveniente mostrar que os seus versos estão penetrados de espírito libertador, da visão da sua terra como algo por si e para si, isto é, para o seu povo. A sua poesia tem uma obrigação assumida, é um canto à alma guineense, à alma cabo-verdiana, à alma africana.

Como assinala Oramas (1998), na sua correspondência de 1949, Amílcar escreve: *‘vivo intensamente a vida e dela recebo experiências que me dão uma determinada direção, uma vida que devo seguir, não importa as perdas pessoais que isso exija de mim. Eis a minha razão de ser na vida’* (apud ORAMAS, 1998: 19).

Estas linhas, escritas aos 24 anos, mostram que o jovem Amílcar entende a missão que ele tem a cumprir na vida, isto é, que tomou ciência do seu destino e que está disposto a enfrentar todos os riscos que ele comporta. Transparece uma sagaz consciência, forjada no calor do meio nada propício, na humilhação contínua do colonialista, na raiva reprimida do oprimido, no ódio dos que não esquecem a dominação. Neste momento, já se encontra formada a sua obsessão pela volta à África: *‘como saberei quais as forças que me dizem para voltar à África, forças às quais não resistirei porque me atraiçoiaria a mim e à minha vida’* (Idem, Ibidem).

Alguns anos antes da II Grande Guerra, em Lisboa, tinha sido criada a Casa dos Estudantes do Império Português, com o consentimento das autoridades salazaristas, situação cuja explicação está na própria estreiteza e austeridade no campo da cultura ao qual submeteram a metrópole os dirigentes fascistóides que a governam.

A partir da segunda metade da década de 1940 eis que as portas do ensino superior se abrem a alguns africanos, filhos de colonos ricos, vindos da metrópole, os quais são igualmente aceites na “Casa”.

Tanto na universidade, como na “Casa” vão seletivamente entrando outros africanos, especialmente mulatos e assimilados, a quem Portugal espera converter em súditos fiéis, restringindo com isto o ingresso em massa, nestes estabelecimentos de ensino, daqueles africanos que poderiam usar os conhecimentos adquiridos no progresso da luta pela emancipação dos seus países.

Na “Casa” havia distintas seções e os seus membros juntavam-se nelas segundo países de origem, tais como Angola, Moçambique, Macau, Timor. Quando Amílcar se relaciona nela, entra como único elemento da seção cabo-verdiana. Aí faz contato com outros intelectuais revolucionários africanos com os quais realiza atividades opondo-se à dominação em todas as colônias.

As autoridades portuguesas parecem estar irritadas com os debates que estão acontecendo na “Casa” entre os estudantes a respeito do jugo colonial nos seus territórios. Raul de Castro, proveniente de São Tomé e vinculado aos portugueses, dirige a instituição; contudo não consegue manter sob controle o desenvolvimento progressivo do sentimento nacionalista dos estudantes africanos e, ainda que desafiado numa assembléia em que estes determinam a sua substituição, nega-se a fazê-lo. Amílcar Cabral, com uma atitude de honra, levanta-se e solicita que todos os homens honestos e africanos deixem a sala, o que provocará, posteriormente, o fechamento da “Casa” a mando das autoridades policiais. Este é geralmente o recurso mais usado, não obstante, a história, infalivelmente mostra que é completamente ineficaz.

Durante os sete anos que viveu em Lisboa como estudante (1945-52), Amílcar viaja frequentemente para a África. Já cômico do seu rumo, começa a fazer contatos no continente com outros revolucionários, que igual a ele, estão determinados a lutar finalmente pela independência nacional dos seus povos.

Apesar de enfrentar a forte repressão salazarista, em Lisboa Amílcar intensifica as suas relações com os africanos residentes em Portugal e com o Partido Comunista Português. Igualmente, se liga, junto com outros estudantes africanos, ao “Clube Marítimo”, onde se encontram reunidos marinheiros das companhias de navegação. Esses marinheiros servem como mensageiros para Amílcar e seus colegas durante as escalas em portos africanos, ou para recolher informações no que concerne à situação dos territórios ou para buscar nos Estados Unidos e no Brasil livros que as autoridades lusas classificam de perturbadoras e revolucionárias.

Como segue pontuando Oramas (1998),

O seu pensamento sofre uma profunda alteração e as suas idéias nacionalistas alcançam plena maturação, assimilando a história, a cultura e o modo de vida da metrópole, firmando-se para mais vastos horizontes. Não é demais sublinhar que poucos na época, tinham tal visão de mundo de conjunto do processo de libertação e por isso encontramos posteriormente Amílcar, também fundador do Movimento Popular para a Libertação de Angola (op. Cit., p. 21).

A casa dos Estudantes do Império Português, por não apresentar mais perspectivas, Amílcar organiza e cria juntamente com Agostinho Neto, Vasco Cabral, e Mário de Andrade, o Centro de Estudos Africanos, que tem como intuito prosseguir mais além na análise e revelação da situação existente. O objetivo é aprofundar o estudo das especificidades dos territórios colonizados e descobrir os caminhos e as condições que facilitam a execução de ações reais que ponham término ao colonialismo português. Na cotidianidade demonstrava já uma contrariedade a tudo o que fosse assimilação ou alienação.

Oramas (1998) mostra ainda que o plano de trabalho do Centro de Estudos Africanos abarca diversas secções: *“a terra e o homem, a sócio-economia africana, o pensamento negro, os problemas do ultramar português, o negro no mundo, os pensamentos fundamentais para o progresso do mundo negro”* (Id., *ibid.*).

Na primeira discussão do conclave intervém o estudante Amílcar Cabral com o mote “o uso da terra: sistemas de cultivos característicos do negro africano”. Os dons pedagógicos e didáticos de Amílcar vão progredindo e transformam-se, com o tempo, no fator fundamental da sua projeção na luta. A partir de 1951, o Centro vira um espaço de encontro e mobilização do nacionalismo africano no coração da metrópole.

Já nessa época, Amílcar vê a luta armada como uma ação legal, que explica ética, histórica e politicamente o uso da violência, como reação à que praticam barbaramente, como forma de subordinação, os colonialistas. Evidentemente que só comunga tais pensamentos, por motivos óbvios, com alguns, como Marcelino dos Santos ou Agostinho Neto.

No Centro de Estudos Africanos prepara um programa de seminários relacionados estritamente às finalidades que visa: “‘*A economia social africana*’. ‘*A consciência negra*’. ‘*Os problemas dos territórios ultramarinos portugueses*’. ‘*O homem africano no mundo*’. ‘*Os problemas fundamentais do progresso no mundo africano*’” (ORAMAS, 1998: 21).

Apenas a leitura destes títulos clarifica um interesse profundo em buscar que o africano se autoconheça, grau essencial para poder concretizar o trabalho maior, o da emancipação dos territórios coloniais. O Centro é doravante, indubitavelmente, forja de espíritos.

Amílcar participa ele mesmo no encontro sobre “os sistemas de cultivo utilizados nas zonas de África negra, vantagens e desvantagens do sistema vigente”. Agrônomo, abalado pela situação da terra em Cabo Verde, ele compromete-se ativamente no estudo da situação rural buscando saídas e respostas para a miséria. Uma constante que estará presente nos instantes mais complexos da luta, seria a utilidade que atribui à terra, por um

lado, logrando tirar dela os sustentos necessários à população e por outro lado para solucionar a questão do desemprego.

Entre 1951-53, o Centro de Estudos Africanos transforma-se no preparador ideológico dos essenciais problemas que atingem as populações das colônias portuguesas. Ali, escrevem para a revista “Presença Africana”, Francisco José Tenreiro e Alda do Espírito Santo de São Tomé e Príncipe, Agostinho Neto e Mário de Andrade de Angola, diversos artigos que fazem a denúncia da situação em que se encontram seus países e os resultados negativos gerados pelo colonialismo português.

Um dos títulos mais importantes escritos por Amílcar neste âmbito é “O homem e a terra”, onde mostra o sofrimento vivido pelas famílias rurais africanas, tratando para além disso, da situação real que vive cada etnia do seu país.

“A re-africanização das mentes é um pensamento de muitos africanos que vivem na metrópole, é um sinônimo de ‘negritude’, teoria que Amílcar não abraça, porque o seu universo é mais amplo, porque defende a todo o custo os valores da sua terra, e se bem que a elite de ‘assimilados’ cabo-verdianos se dissociem tradicionalmente da África, ele pelo contrário, fortalece a idéia da união do arquipélago com o resto do continente” (ORAMAS, p. 22).

As correntes do ideário pana-africanista de Du Bois, de Nkrumah, influem no pensamento dos que começam a luta de independência africana, mas igualmente, é verdade, que naquele mundo, em que os portugueses tratam de recusar o homem africano com a sua teoria de “assimilados”, a negritude defendida por Aimé Césaire (antilhano e homem ilustre), pelo poeta e geógrafo proveniente de São Tomé e Príncipe – Francisco José Tenreiro, e por Leopold Sedar Senghor, de densa cultura francesa e polêmico sociólogo e político senegalês, joga um importante papel ocasional quando os jovens africanos que se encontram na metrópole querem reafirmar a sua identidade nacional.

A escravatura fez com que mais de 30 milhões de pessoas fossem tiradas à força do seu meio ambiente, extinguindo famílias, drenando um continente do seu melhor: seus

jovens, conhecimentos e talentos. Os danos para a África fizeram-se sentir por séculos, na medida em que dezenas de gerações sofreram esta prática. Amílcar toma partido intensamente em conferências fechadas a respeito deste tema, que conhece muito bem, e reclama-se do silêncio cúmplice com que se cercou uma das páginas mais sombrias da História Humana: o tráfico negreiro e os seus danos.

A solução não exige fórmulas paternalistas, e sim o entendimento de um fenômeno que explica o fato de que nesses momentos, a generosidade familiar e tribal se encontra acima dos Estados. Reafirmar a identidade nacional dos Estados, cujas fronteiras impostas fragmentaram comunidades absolutas, é um longo processo. No outono de 1949 Amílcar viaja para a cidade da Praia, repleto de idéias e projetos reivindicativos, e lá comanda um programa cultural para a emissora Rádio Cabo Verde que é imediatamente fechado pelas autoridades portuguesas, que acham nocivas para os seus interesses as idéias veiculadas por este, que não passam de um experimento de fazer nascer da terra os sentimentos dos que nela originaram. Entre outras coisas, esta viagem possibilita-lhe tomar conhecimento do estado de ânimo da população e dos seus amigos, para, a partir daí, planejar a criação de uma futura organização política.

Ao analisar um artigo publicado no diário “O Comércio do Porto”, Amílcar escreve que já há um homem cabo-verdiano, como fruto da mistura dos primevos grupos de habitantes do arquipélago. Mostra que, ainda que a natureza não tenha realizado a unidade do ponto de vista antropomórfico, cada vez mais se destaca essa tendência, a qual já se apresenta no último censo da população.

“Nesse mesmo ano, em 15 de abril, escreve que não é a mera presença de uma ou outra raça, de uma ou outra etnia, que define o comportamento de um grupo humano, mas sim o meio social e as reações que esses homens têm perante o meio, a forma como enfrentam problemas comuns e lutam por aspirações comuns”, (Oramas, 1998: 23).

O pensamento de Amílcar voa, e pelos seus escritos, pela sua poesia, pelas suas leituras, pelas coisas que admira, ele vai-se conhecendo. Está no 5º ano do curso de Agronomia e quer que os cabo-verdianos saibam o que são as suas ilhas. Mostrar-lhes que Cabo Verde serviu a Portugal como lugar de escala para os seus barcos e como ponto de partida para o comércio de escravos até as Américas. Levar-lhes a ter o conhecimento de que anteriormente à chegada dos colonizadores, as ilhas eram completamente arborizadas e agora o seu desmatamento desordenado transformou-as em terras improdutivas, como se fossem mero apêndice do deserto do Saara.

Com grande amor e vitalidade, nos meses de setembro e outubro de 1949, Amílcar destina-se a proferir palestras a respeito das chuvas e da condição dos solos. Está certo de que é sua obrigação passar aos homens simples das ilhas os conhecimentos que podem auxiliá-los na solução dos seus problemas, em particular o de tirar da terra os recursos necessários para a sua subsistência.

As autoridades políticas e coloniais portuguesas não tardam em perceber o perigo que representa os sermões de Amílcar e proibem-no de ministrar cursos aos adultos na Escola Central da Praia.

De volta a Lisboa, publica um conjunto de estudos sobre o desgaste dos solos, onde apresenta um diagnóstico da situação, estuda as causas e as conseqüências e propõe soluções. “Defender a terra é defender o homem”, salienta. Ficou evidente para ele o pensamento social e a necessidade de encontrar uma resposta radical para a problemática da sua terra.

No começo da década de 50 do século passado, com 27 anos de idade, conclui sua licenciatura em Engenharia Agrônômica, com excelentes qualificações, começando a trabalhar como investigador, na Estação Agrônômica de Lisboa, e casa com Maria Helena

Rodrigues, revolucionária lusitana, que tinha sido sua verdadeira colaboradora dos anos de estudante.

De regresso ao seu torrão natal coloca em prática o seu conhecimento tecnológico de engenharia agrônoma a serviço do estudo das realidades vivas do povo da Guiné. Efetua o recenseamento agrícola da Guiné e cria o Clube Desportivo (associação recreativa) que é imediatamente fechada pelo governo local (1954). A conjuntura política opressiva lhe leva a abandonar a Guiné, onde só pode visitar uma vez ao ano. Esse fato amplia a sua experiência real de confronto à dominação colonial, na medida em que toma parte designadamente no surgimento dos movimentos nacionalistas de Angola, ao mesmo tempo em que faz trabalhos agrônomos concernentes à cultura do algodão e da cana de açúcar.

Amílcar Cabral e cinco dos seus primeiros colegas fundam em Bissau o PAIGC, em 19 de setembro de 1956. Um ano após, é o próprio Amílcar quem convoca uma “Reunião de consulta e estudo para o desenvolvimento da luta nas colônias portuguesas”, efetuada em Paris. Disso surge ocultamente em Lisboa o MAC – Movimento Anticolonialista.

Em nome dos povos em combate contra o sistema colonial português, Amílcar participa em janeiro de 1960 na Conferência dos Povos Africanos em Túnis, e em junho do mesmo ano profere uma conferência de imprensa em Londres.

Ainda no ano de 1960, ele publica em inglês, em Londres, de sua autoria, o folheto, sob o nome de Abel Djassi: “*Factos acerca das colônias africanas de Portugal*” que foi o texto da primeira conferência de imprensa no plano internacional, delatando o colonialismo português – fevereiro de 1960, Londres (PAIGC, 1974: 172).

Igualmente, neste mesmo ano, começa a funcionar o Secretariado Geral do Partido em Conakry sob a chefia de Amílcar.

Já em abril de 1961, aconteceu a CONCP (Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas), surgida em Casablanca (Marrocos), onde um dos fundamentais impulsionadores seria Amílcar e na qual assume durante um certo período de tempo os papéis de Presidente, representando todos os movimentos das possessões do império colonial de Portugal.

Com o nome de “Rapport Général” – Relatório Geral, Amílcar redige em julho desse mesmo ano um excelente Relatório - análise geral do movimento da nossa luta e dos aspectos e taras do colonialismo português.

Com um trabalho denso, analítico e criticamente do colonialismo português e de proteção dos interesses do nosso povo na Guiné e Cabo Verde de autoria de Amílcar Cabral, e intitulado “*O povo da Guiné perante as Nações Unidas*”, o nosso Partido apresenta-se pela primeira vez frente às Nações Unidas em junho de 1962.

De 13 a 17 de fevereiro de 1964, o primeiro Congresso do PAIGC, em Cassacá, nas zonas emancipadas do sul da Guiné-Bissau, é comandado pelo próprio Amílcar, que produziu uma mudança peremptória no progresso da luta.

Como assinala PAIGC (1974: 173), ele toma parte em maio, em Treviglio (Itália), num Seminário organizado pelo Centro Frantz Fanon de Milão, em que a temática a ser discutida é “a luta das classes exploradas pela sua emancipação nos países subdesenvolvidos dominados pelo imperialismo”. A sua intervenção desperta um grande interesse em todo o mundo, é largamente difundida em vários países sendo o primeiro texto de análise profunda da estrutura social da Guiné.

O mais magnífico e fundamental documento do Partido em que se mostram os regimentos a cumprir na atividade da revolução a se concretizar no nosso país, em todos os âmbitos da nossa prática, se intitula as “*Palavras de Ordem*”, escrita por Amílcar em 1965.

Em janeiro de 1966, comanda a delegação do Partido ao encontro em Havana (Cuba), que originou a “Organização de Solidariedade dos Povos da Ásia, África e América Latina” (Tricontinental), na qual fez uma intervenção que foi bastante debatida no mundo e muitíssimo apreciada. Essa interferência é tida, geralmente, como um auxílio teórico genuíno no plano histórico-filosófico, no que tange à análise do progresso da luta dos movimentos de emancipação nacional no continente africano e das bases e finalidades da luta (PAIGC, 1974: 137).

É perante a Comissão dos Direitos Humanos do Homem na ONU, em 1968, que Amílcar propala, numa intervenção cheia de apreço, os delitos dos colonialistas portugueses.

Servindo de apoio à preparação da Conferência de Roma, a Conferência de Cartum (Sudão), de Solidariedade para com os povos das possessões portuguesas, é realizada em janeiro de 1969. Nesse encontro o Secretário Geral tem uma função importante e categórica.

Em abril, os crimes cruéis dos colonialistas portugueses contra o povo são uma vez mais delatados por Amílcar perante a Comissão dos Direitos do Homem, nas Nações Unidas.

Em novembro, as questões principais da vida e da luta são debatidas num Seminário de Quadros, em Conakry, no qual muitas dezenas de quadros políticos e militares participam. A colaboração deliberativa de Amílcar que não apenas possibilita discutir com intensidade as temáticas em pauta, mas do mesmo modo proporcionar novas noções e possibilitar novas expectativas na análise dos problemas da luta contra o colonialismo português, é de uma utilidade crucial para o bom desempenho da luta. Fecundos de teor revolucionário, tanto no âmbito militar, como político e no da reconstrução nacional, os

textos, englobando as explicações do Secretário Geral, atingem aproximadamente 500 páginas. Deste modo, o panorama mais íntegro efetuado até hoje das questões básicas do povo guineense e cabo-verdiano é nos dado por Amílcar.

Ainda em dezembro de 1969, uma compilação de seus textos e discursos aparece em Londres, organizada por Richard Handyside e publicada pelas Edições Stage 1.

Em janeiro de 1970, o livro de Amílcar Cabral “Le Pouvoir des armes” (O poder das armas), é publicado pelo editorial “François Maspero” de Paris, na sua coleção “Cahiers Libres” nº 162.

Em fevereiro, convidado pela Universidade de Siracusa (Estados Unidos da América), o camarada Amílcar Cabral profere uma excelente conferência numa sessão peculiar organizada em homenagem à memória do Dr. Eduardo Mondlane, Presidente da FRELIMO, covarde e traiçoeiramente morto pelos colonialistas portugueses, em fevereiro de 1969. Nesta conferência - em que o assunto era “Libertação Nacional e Cultura” - ilustres personalidades universitárias, oriundas de diferentes lugares dos Estados Unidos e Canadá e um elevado número de representantes das organizações americanas que se interessavam por temáticas africanas, tomaram parte. Nesta data, o Secretário Geral do Partido pronunciou igualmente uma conferência a respeito da batalha em Nova Iorque, na sede das Nações Unidas e em Washington, perante a Comissão dos Negócios Estrangeiros do Congresso Americano, o que deu lugar a um acalorado debate (PAIGC, 1974, p. 174).

Uma brochura com a exposição de Amílcar e a discussão que ela gerou foi posteriormente editada pelo Congresso Americano.

Como estabelece ainda (PAIGC, 1974: 174), em abril, em Moscovo, o nosso povo e os nossos combatentes tomam parte ao lado da humanidade progressista no grande festejo comemorativo do centenário de Lenine, através do nosso Secretário Geral que define

polidamente a personalidade de Lenine como homem e como revolucionário nas seguintes palavras: ‘Como um ser humano integral, Lenine soube amar e odiar. Amar a causa da libertação do homem de todas as espécies de opressão, a aventura maravilhosa que é a vida humana, tudo o que há de belo e de construtivo sobre o planeta. Odiar os inimigos do progresso e da felicidade do homem, o inimigo de classe, os oportunistas, a cobardia, a mentira, todos os factores de aviltamento da consciência social e moral do homem. Porque ele sempre considerou o homem como o valor supremo do Universo’.

Cento e setenta e uma organizações nacionais e internacionais, representando 64 países do mundo estudaram e assinalaram as vias de implementação da solidariedade política, moral e material à luta dos povos contra o colonialismo português, na Conferência de Roma de Solidariedade para com os povos das colônias portuguesas, igualmente em junho de 1970. Foi a conferência mais essencial do ano, representando na esfera internacional uma derrota enorme para os colonialistas portugueses, ainda mais pelo fato de os dirigentes máximos dos três Movimentos de Libertação das possessões portuguesas (MPLA, FRELIMO, PAIGC), serem recebidos pelo Papa Paulo VI. Nessa audiência e em nome dos dirigentes dos três Movimentos, Amílcar respondeu ao Sumo Pontífice numa breve alocução.

Em abril de 1971, o nosso Partido revela em Estocolmo, numa Conferência de Imprensa e pela voz do camarada Amílcar Cabral, a fome existente no arquipélago de Cabo Verde. Amílcar Cabral redige então: ‘Tendo submetido o povo e a terra a uma exploração desenfreada, os colonialistas portugueses utilizam a fome para, por um lado, reforçar a sua dominação e, por outro lado, para dispor de uma mão de obra barata a até mesmo escrava. Mão de obra que eles exportam debaixo da etiqueta de trabalhadores ‘contratados’ para as

grandes roças dos colonos brancos e das companhias coloniais de Angola e de S. Tomé' (PAIGC, 1974: 175).

Um apelo à solidariedade internacional é lançado pelo Partido, na voz do seu dirigente máximo, para um auxílio real e de caráter emergencial aos cabo-verdianos, pedindo às Nações Unidas e ao seu Secretário Geral (U Thant), que providências requeridas pela situação sejam tomadas.

Em junho do mesmo ano, na sessão de encerramento da 8ª Conferência dos Chefes de Estado e de Governos da África, em Addis-Abeba (Etiópia), o Secretário Geral, camarada Amílcar Cabral, discursa em nome dos Movimentos de Libertação africanos. Na cimeira da OUA (Organização da Unidade Africana), hoje UA (União Africana), o camarada Amílcar Cabral declara: ' Há pessoas ou combatentes que desesperam, mas os povos nunca desesperam. É necessário confiar nos povos e nós, combatentes da liberdade africana, nós que estamos prontos para morrer e vimos camaradas tombar ao nosso lado, nós não temos qualquer razão para não acreditar no destino da África, na capacidade de qualquer que seja o povo africano de se libertar totalmente do jugo colonial e racista e de tomar nas suas mãos o seu destino, como vós próprios o fizestes' (Id. Ibid.).

Aproveitando sua estada em Addis-Abeba, Amílcar encontra-se com diferentes Líderes de Estado, entre eles o Imperador Hailé Sélassié (Etiópia), Moktar Ould Daddah (Mauritânia), Léopold Sédar Senghor (Senegal), David Diawara (Gâmbia) e Keneth Kaunda (Zâmbia) e trata pessoalmente das questões da luta e da África.

Também em agosto de 1971, sob a presidência de Amílcar, teve lugar a reunião do Conselho Superior da Luta, órgão supremo do Partido entre dois Congressos.

Deliberações essenciais no intuito de reforçar e melhorar o trabalho político e militar e fortalecer as bases do Estado em crescimento são tomadas.

Ainda em outubro daquele ano, Amílcar percorre em missão do Partido diversas capitais da Europa (Helsínquia, Londres e Dublin) onde o Partido obteve novas conquistas fundamentais no âmbito internacional. Em contato com importantes personalidades dos países pelos quais passou, o Secretário Geral é recebido na Finlândia pelo Presidente da República (era a primeira vez que isso acontecia com um representante de um movimento de libertação) e pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, encontra na Inglaterra os líderes sindicais britânicos e o Secretário Geral do Partido Trabalhista, toma parte neste país numa gama de reuniões de massas e profere uma Conferência de Imprensa na Câmara dos Comuns que foi um êxito. A imprensa britânica e a BBC de Londres disponibilizam a maior cobertura à visita do Secretário Geral. A BBC de Londres, na sua emissão de 25 de outubro para Portugal pronuncia: ‘A sua viagem à Grã-Bretanha para divulgar a luta e esclarecer o povo e os meios de informação sobre a política e os objetivos do P.A.I.G.C., atinge uma proporção que não tem qualquer paralelo com a pequena dimensão geográfica da Guiné ‘portuguesa’. A estatura política de Amílcar Cabral e a importância crescente atribuída ao movimento de libertação nacional da Guiné e Cabo Verde reforça-se’ (PAIGC, 1974, p. 176).

No ano de 1972 (fevereiro), teve lugar pela primeira vez na África, em Addis-Abeba (capital etíope), a 163ª sessão do Conselho de Segurança da ONU, onde Amílcar discursa e aproveita a oportunidade para renovar o convite realizado anteriormente à Assembléia Geral das Nações Unidas para que mande ao país uma delegação, com o propósito de tomar conhecimento da situação. Isto de se apresentar frente a uma tão importante instância internacional, era a primeira vez que os movimentos de emancipação das possessões portuguesas estavam autorizados.

Como segue pontuando (PAIGC, 1974: 126), em abril nota-se um importante sucesso do nosso povo, na esfera internacional, na batalha sem descanso contra o império colonial português: perante os membros do Comitê de Descolonização das Nações Unidas, o camarada Amílcar Cabral é o representante e o intérprete dos interesses superiores do nosso povo enquanto que, nas áreas emancipadas do sul do nosso país uma Comissão Especial das Nações Unidas efetua a missão que lhe foi atribuída pela Assembléia Geral desta organização internacional e reúne todas as informações de prova de que já somos realmente um povo soberano numa parte importante do nosso país. Como corolário destas circunstâncias reais, o nosso partido é reconhecido por conformidade geral como o único e autêntico representante do nosso povo na Guiné e em Cabo Verde.

Em junho, acontece em Rabat (capital marroquina) mais uma reunião cimeira da Organização da Unidade Africana. Em nome dos movimentos de libertação africanos, Amílcar mais uma vez é convidado a falar diante dos mais altos Magistrados da África. Durante a sua estadia, é recebido por diversos Chefes de Estado e discute com eles as questões do esforço de emancipação e de África.

Em julho, numa reunião de *experts* a respeito das noções de raça, identidade e dignidade, efetuada em Paris pela UNESCO e para o qual o Secretário Geral foi uma das 20 personalidades convidadas, ele apresenta um trabalho cujo título é “Sobre o papel da cultura na luta pela independência”.

Amílcar dirige em setembro a delegação do Partido à China, Japão e Coréia. Na Ásia, encontra com diversos líderes de Partidos e organizações anticolonialistas e, especialmente, é recebido pelo Príncipe Sihanouk (Chefe de Estado do Camboja) e pelo Presidente Kim II Sung (República da Coréia), com os quais trata de questões de interesse África-Ásia e dos vínculos que ligam os dois povos.

Em outubro, Amílcar, em nome do povo guineense e cabo-verdiano, e perante a 4ª Comissão da Assembléia Geral das Nações Unidas, se torna o primeiro representante de um povo em luta a usar a palavra na posição de observador ante as Nações Unidas. Que a Assembléia Nacional Popular deverá anunciar a existência do nosso Estado e dotá-lo de um executivo, é o que o Secretário Geral declara à 4ª Comissão.

A Comissão atribui um enorme apreço à sua notável intervenção, reproduzindo-a integralmente nos relatórios da sessão. Do mesmo modo, as mais ilustres personalidades, Kurt Waldheim (Secretário Geral das Nações Unidas), S. Trepzinsky (Presidente da Assembléia Geral), o Secretário Geral Adjunto da Comissão de Tutela e o Presidente do Comitê de Descolonização recebem Amílcar.

Como vimos anteriormente e ao longo da exposição concernente a esse grande líder, herói e combatente na nação africana, Amílcar decerto gerava muita ira nos colonizadores portugueses, que desde muito cedo, já na sua vida estudantil na metrópole, a viam como uma figura que incomodava, bem como um homem a ser vigiado atentamente. Evidentemente que ele tinha consciência disso, até pelo acontecido com diversos dos seus companheiros de luta que tomaram gloriosamente frente aos colonialistas. Amílcar não teve um destino diferente e nem a menor “sorte”. É assim que, a 20 de janeiro de 1973, aos 49 anos de idade, ele é assassinado traiçoeiramente em Conacry (República da Guiné). A morte desse grande herói não foi coerente e cabalmente explicada até hoje, o que se deve seguramente à trama e imbróglio em torno dessa barbaridade contra os povos da África e do Terceiro Mundo.

## 1.10 O Papel de Alguns Países do Movimento dos Não-Alinhados nessa Luta

Ao longo da década de 70 do século XX, o sistema internacional sofreu transformações que se espera prossigam no futuro e modifiquem, sobretudo, suas estruturas básicas. O surgimento de novos tipos de associação e tratado se traduz num fator decisivo nesse processo. Alistair Bucham observou-o como o renascimento do espírito do internacionalismo que caracterizou o ciclo pós-Segunda Grande Guerra. Para este autor,

“As novas formas emergentes de associação no mundo em desenvolvimento são indicativas do desejo do Terceiro Mundo em participar da responsabilidade da administração global, de ser reconhecido em seus esforços de alargar seus próprios projetos de desenvolvimento, de ganhos para o mundo em sua totalidade, tanto para os países do Norte, quanto para os países do Sul” (OGWU, 1985: 9).

Numa inovadora estratégia de esforço conjunto para, progressivamente, atingir a autodeterminação e o afastamento da esmagadora influência econômica e política das grandes potências do sistema internacional, a idéia Sul-Sul projeta-se e interliga-se com o Movimento dos Não-Alinhados (MNA), com o Grupo dos 77 e com a Organização dos Países Exportadores do Petróleo (OPEP). Para todos que são familiarizados com essas associações do Terceiro Mundo, parecia fantasiosa crer que a cooperação coletiva no contexto de um cenário Sul-Sul pudesse ser despolitizada; ao invés, precisa-se de politização para harmonizar qualquer contributo relevante e impacto na luta por uma nova ordem política, econômica e de informação. Por exemplo, o Movimento dos Não-Alinhados esteve na dianteira da luta pela descolonização e, especialmente, na conversão das relações entre os Estados, no âmbito do sistema internacional. Esse propósito não deverá ser alterado. Uma mudança de enfoque dos Não-Alinhados e a convergência de diversas forças e interesses é o que testemunharemos no restante deste século (XX).

Cabe ressaltar que as finalidades da cooperação entre os hodiernamente denominados PMDs (Países Menos Desenvolvidos) têm início com o Movimento dos Não-Alinhados e deve englobar a atividade do Grupo dos 77 na Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), a NOEI (Nova Ordem Econômica Internacional) e o surgimento da OPEP (Organização dos Países Exportadores do Petróleo).

Os propósitos do Movimento dos Não-Alinhados só podem ser devidamente entendidos se a razão de ser do movimento for analisada a partir de um ponto de vista histórico. O movimento se traduz no desfecho de uma tendência que surgiu no sistema internacional quando o colonialismo e as idéias colonialistas atingiram o seu ponto máximo. Essa inclinação ficou evidente nas diversas formas de antagonismo e resistência ao colonialismo, à dominação e exploração dos povos da África, Ásia e alguns sul-americanos, pelas potências ocidentais. A história dos povos africanos e asiáticos reprimidos pela dominação e exploração colonial é prova dos esforços incessantes desses povos para se emanciparem da influência nociva do colonialismo, de todas as expressões de dominação e racismo, e reabilitarem sua independência e autonomia do domínio estrangeiro. Esforços locais e nacionais conseqüentemente se converteram em intercâmbio regional e continental com o objetivo de difundir a luta contra o colonialismo, o racismo, e em benefício da autodeterminação nacional. Portanto, o neocolonialismo e a subjugação foram considerados novos males que colocariam em perigo a libertação política de nações débeis. Esses males e as lutas sociais contra eles, num primeiro instante no âmbito local e regional, conseqüentemente se alargaram para os países da África, Ásia, América Latina e alguns, praticamente débeis, da Europa do Leste, como o caso da Iugoslávia (hoje ex - Iugoslávia), juntos num esforço coletivo de luta contra o inimigo comum e ascensão de seus próprios interesses.

“Afinados com as metas, princípios e aspirações coletivas do Terceiro Mundo, a doutrina e o Movimento dos Não-Alinhados são a culminância de idéias centenárias, de princípios, atividades e tendências que rejeitavam, fundamentalmente, as estruturas dominantes das relações intercontinentais” (OGWU, 1985: 11).

Vários princípios que as conferências subseqüentes adotaram e difundiram como idéias constantes do movimento, foram apresentados na Declaração de Belgrado (Sérvia), na Conferência dos Países Não-Alinhados, de 1961. A luta pela Paz e pela erradicação de todas as ameaças de guerra se traduz num desses princípios; esse princípio igualmente englobava um apelo para o absoluto e integral desarmamento e a solicitação de convocação de uma conferência mundial no que tange a esse tema ou, todavia, uma sessão especial na Assembléia Geral das Nações Unidas.

Com o propósito de minimizar e extirpar as desigualdades econômicas no mundo, talvez o princípio mais importante desse subsistema terceiro-mundista seja a resolução dos problemas econômicos internacionais, sobretudo os que concernem às relações entre os países em desenvolvimento e às grandes potências industrializadas. Isso combina com o princípio a respeito dos direitos dos povos não-alinhados em tomar partido total e intensamente na resolução de importantes problemas internacionais, o que não deveria ser privilégio exclusivo das grandes potências.

“O significado de não-alinhamento é reforçado pelo fato do movimento ter sido pioneiro na enunciação de princípios revolucionários nas relações internacionais. O movimento conseguiu, com o correr dos tempos, fazer com que esses princípios fossem aceitos e respeitados através do mundo pelos seus próprios membros e por alguns membros de outros blocos” (Id, *ibid.*).

Podemos assegurar que o crescimento do Movimento foi magnífico: não se deve ignorar a progressiva popularidade da doutrina e do Movimento dos Não-Alinhados entre membros subordinados ao sistema maior de alianças, além do proporcionado pela adesão dos novos Estados independentes que se identificaram com o Movimento. Para estes

últimos, a aceitação dos princípios e a participação no movimento foram percebidas como uma maneira de reassegurar sua autonomia. Sem contar um crescente número de membros associados da Europa, América Latina e Ásia, que participou das conferências como convidado ou observador, o Paquistão e o Irã também ingressaram no movimento. Como pontua ainda Ogwu (1985: 11), dos 112 países que participaram da Conferência de Havana (92 eram membros, 12 observadores e 8 convidados), 50 representavam a África, 31 a Ásia, 21 a América Latina e 10 a Europa. Entre eles, 18 países árabes faziam presença (12 asiáticos e 6 africanos), 5 Estados socialistas e 18 de orientação socialista; 11 dos 12 observadores eram provenientes da América Latina e 7 dos 8 convidados eram europeus, sendo o restante da América Latina.

Tais propensões indicam em que nível o fato e a noção de um sistema político restritamente bipolarizado estavam corroídos. A solidariedade e familiaridade registradas entre os países não-alinhados tiveram uma função muito útil nesse processo de desgaste de obsoletas estruturas e idéias. Partindo desse aspecto, solidariedade não quer dizer necessariamente ausência de antagonismos, diferenças e fricções entre os membros. Pelo fato de o Movimento incluir países com distintas perspectivas históricas e sistemas sociais, tais divergências são de se esperar. No entanto, em seu esforço coletivo de reordenamento das relações internacionais, estes países estão unidos por sua aderência aos princípios fundamentais de não-alinhamento.

É notável que a ruína de velhas estruturas e o aparecimento de novas teve lugar por influência da existência, sobrevivência e desenvolvimento do não-alinhamento como um fenômeno das relações internacionais. Porém, esse processo tem sido levado a cabo por ações reais por parte dos países não-alinhados.

Como assinala Ogburn (1985:12), o Movimento dos Não-Alinhados parecia satisfeito em articular e popularizar novos princípios de relações internacionais, durante o primeiro decênio de sua existência: sua atuação restringia-se em promover negociações, como as cinco conferências das Nações Unidas concernentes ao Comércio e Desenvolvimento, a 6ª e 7ª Sessões Especiais da Assembléia Geral das Nações Unidas. Eram, igualmente, enviados apelos aos outros países industrializados para que levassem em conta a voz dos não-alinhados. O Movimento parece atingir a adolescência nos anos 70 do século passado, momento em que programas de atividade e posicionamentos reais começaram a marcar distintamente seus países membros, indicando a via para que objetivos fossem alcançados. Essas ações englobavam providências tais como diversos tipos de cooperação na área econômica entre os países membros e determinadas medidas de protecionismo econômico no que tange às grandes potências, e que contribuíram para aguçarem os clamores em benefício de uma ordem do sistema político e econômico mundial, além de impor, de modo notório, um ponto de conflito econômico Norte-Sul, sobre o arruinado eixo Leste-Oeste, de confronto militar e político. Infortunadamente, as negociações Norte-Sul evoluíram erradamente, provocando desapontamentos no Sul que, todavia, reforçaram a persistência em fortalecer as relações entre seus membros.

As nações em desenvolvimento apareceram como força geopolítica na partilha do poder internacional no momento em que o principal ponto de vista das relações internacionais se deslocou da inquietude com políticas militares e estratégicas para a segurança econômica e interesses políticos. De fato, é o realinhamento do poder econômico global, podendo-se afirmar ser este um conceito que ultrapassa fronteiras ideológicas (fenômeno já assinalado no Movimento dos Não-Alinhados), o que se traduz na essência da Nova Ordem Econômica Internacional. Tanto à direita quanto à esquerda, líderes

reafirmam a indispensabilidade de uma nova ordem. Talvez esse fator explique por que a América Latina, uma região que concentra ideologias antagônicas, lidera o empenho para a instituição de uma nova ordem econômica global. Apesar de haver uma unanimidade no que concerne à necessidade de estabelecer relações proporcionais entre Estados e povos, há alguma clareza de que parceiros hegemônicos mais fortes estão preparados para aceitar as perdas, não apenas de valores, mas igualmente de uma diminuição de status, proveniente de uma tal mudança global. Inclusive os próceres do Terceiro Mundo não se enganam, crendo que a mudança possa ser conseguida imediatamente sem obstáculos. Como sublinha Michael Manley (1980: 28-43 apud Ogwu (1985:12),

“A Nova Ordem Econômica Mundial é, primeiramente, o grito de guerra, o conjunto de conceitos e, mais tarde, as especificidades da alternativa que propomos. Não somos tão ingênuos em acreditar que poderá vir como um todo completo, como um recém-nascido. Compreendemos que todas as mudanças desejadas serão contestadas e que muitas vezes a contestação será amarga. Sabemos, tanto quanto tudo o mais, que a Nova Ordem Econômica Internacional envolverá um processo e luta”.

De fato, nas discussões de alguns problemas econômicos que tiveram lugar na UNCTAD foram cristalizados diversos elementos das idéias, princípios e conjunto de políticas exigidas agora, incluídas no conceito de Nova Ordem Econômica Internacional.

As fundamentais demandas políticas que tiveram lugar na UNCTAD I foram:

“(1) aumento do nível de ajuda ao desenvolvimento através de instituições financeiras multilaterais; (2) sistema preferencial generalizado para as exportações de bens manufaturados dos países em desenvolvimento e aceitação de acordos de comércio preferencial entre grupos de nações em desenvolvimento; (3) acordos internacionais para *commodities* para aumentar e estabilizar seus preços de exportação; e (4) ‘proposta de ligação’ que uniria a criação de uma nova liquidez internacional com a redistribuição de novas reservas para os países em desenvolvimento” (OGWU, 1985: 13).

Foi em 1964, em Genebra, na UNCTAD I, que teve lugar o primeiro e principal debate conceitual a respeito da reorganização das estruturas econômicas globais. O Grupo dos 77, sob a liderança dos países-chave da América do Sul, apresentou princípios

universais no que concerne às relações e políticas comerciais direcionadas para o desenvolvimento. Nas UNCTAD II e III, acontecidas respectivamente na Índia e em Santiago, os países latino-americanos, africanos e asiáticos trabalharam em sintonia para exercer pressão sobre os países desenvolvidos a adotarem providências que convertessem as infra-estruturas econômicas mundiais.

Sob a liderança da UNCTAD, o Grupo dos 77 – que contava em 1985 com 119 nações-membro da África, Ásia e América Latina virou-se o ponto crucial da luta para nivelar as assimetrias econômicas do sistema internacional. Ou seja, no alargado quadro da UNCTAD, foi debatida a problemática econômica global, colocada pelo Terceiro Mundo. De acordo com um especialista da UNCTAD, Zalmi Haquani,

“O estabelecimento dessa instituição era necessário, não só devido à crescente disparidade nos níveis de desenvolvimento e na cota do comércio internacional dos países em desenvolvimento, mas também porque não existia uma organização, de caráter universal, para tratar dos problemas do comércio e desenvolvimento, em nível mundial” (Idem, *ibidem*).

O impacto da OPEP no sistema internacional requer análise mais densa. O excelente êxito obtido em 1973/74 gerou não apenas um estímulo para transformações nas relações internacionais, mas, relevantemente, proporcionou um novo entusiasmo e maior segurança às pressões do Terceiro Mundo por uma nova ordem econômica internacional. Por outro lado, caso as políticas do petróleo sejam insuficientes para benefícios recíprocos, a OPEP pode tornar-se um espinhoso obstáculo nas relações Sul-Sul.

No encontro ministerial do Grupo dos 77, em Arusha (Tanzânia), 1979, a perspectiva africana sobre os imperativos da cooperação intra-Sul foi concisamente colocada: ‘o Grupo dos 77 veio a se formar porque se percebeu que o Terceiro Mundo necessitava se expressar unanimemente como uma única voz... Concluimos que os desejados esforços para desenvolver nossas próprias economias nacionais continuariam a esbarrar

contra uma sólida muralha do poder: o poder das nações ricas e das opulentas empresas multinacionais... Tanto as nações recém-colonizadas quanto os países da América Latina... herdaram da cultura dominante euro-americana as mesmas idéias. O trabalho árduo produz riqueza. Aos poucos, descobriu-se que não havia relação de causa e efeito, entre trabalho árduo e prosperidade... a chamada neutralidade do mercado mundial mostrou ser uma neutralidade entre os exploradores e explorados, entre aves de rapina e suas vítimas. Agora nós do Terceiro Mundo exigimos que os sistemas pelos quais os ricos tornem-se mais ricos e os pobres mais pobres sejam reformulados... ‘ (NYERERE, 1979 apud OGWU, 1985: 14-15).

As nações do Terceiro Mundo ainda manifestam em conjunto o empenho em garantir acesso livre ou preferencial para seus produtos manufaturados e matérias-primas nos países industriais. Comungam a resistência à proteção desnecessária desses mercados, seja por meio de taxas, cotas ou outras providências; desejariam, outrossim, ter uma transferência de capitais para suas economias em situações viáveis. E, mais essencial, todos gostariam de ter uma transferência de tecnologia igualmente em condições aceitáveis, para que o desenvolvimento seja acelerado. Esses desejos conjuntos representam um só eixo, a partir do qual alavancariam suas estratégias.

Porém, é a falta de uma eficiente organização e de métodos coerentes para atingir seus objetivos o que constitui uma das maiores debilidades do Sul, tanto nas negociações com o Norte como entre seus diversos representantes. Parece ser um pré-requisito para a sofrida credibilidade do Sul, uma organização mais eficaz no intercâmbio intra-Sul, através de um dispositivo que coordenasse um programa equilibrado a longo prazo. Reconhecendo essa imediata necessidade, o encontro ministerial do Grupo dos 77, em Arusha, assinalou:

‘... Nos últimos três anos, tem havido progresso no detalhamento do programa de cooperação econômica entre os países em desenvolvimento; os dados técnicos já disponíveis justificam a adaptação de orientações e metas operacionais detalhadas para colocar em prática, nos próximos anos, a cooperação econômica entre os países em desenvolvimento; e, conseqüentemente, há uma decisão em aplicar o Plano de Ação, a curto e médio prazo, das Prioridades Globais sobre cooperação econômica entre os países em desenvolvimento..., de acordo com o princípio de que a cooperação econômica entre países em desenvolvimento é um processo a longo prazo, em que deve ser tentado progredir em todas as áreas sempre que se percebe possibilidades de cooperação, baseadas em propostas tecnicamente justificadas e válidas’ (OGWU, 1985, p. 15).

Ficou óbvio que um sistema multilateral Sul-Sul não será de fácil concretização; destarte, um relacionamento trilateral englobando países africanos, latino-americanos e os países em desenvolvimento da Ásia pode ser visto como um grande sonho, porém quase inalcançável, por conta das imensas distâncias que os separam, o que inflaciona o transporte e, logo, os preços dos produtos. Contudo ajustes bilaterais entre o Sul e planos intercontinentais, sobretudo entre a África e a América Latina e a África e a Índia, constituirão, futuramente, o paradigma das relações.

Há uma propensão muito expandida em qualificar o Sul em dois grupos essenciais: aqueles que modificaram seu paradigma colonial de comércio e sistema produtivo, e os menos privilegiados, países recém-industrializados, que permaneceram com antiquadas estruturas coloniais. Os países da OPEP fazem parte deste último, por conta de enormes recursos de que dispõem. Essas desigualdades apresentarão maior dicotomia entre os Países Menos Desenvolvidos.

O caminho para um futuro promissor da solidariedade Sul-Sul se encontra na procura de eliminação dos obstáculos políticos rumo a um potencial relacionamento horizontal.

Na tentativa de implementar um diálogo Sul-Sul, os países em desenvolvimento terão pelo caminho diversos desafios nas áreas econômicas, políticas e inclusive raciais. No

campo econômico, uma das principais bifurcações encontrar-se-á entre países produtores de petróleo e os importadores.

A questão da emancipação da África Austral continuará atribuindo os principais motivos para as atitudes tomadas pelos países da região. Como salienta Ogwu (1985: 17), podemos dizer, partindo de um ponto de vista africano, que a preocupação em atingir a descolonização e autodeterminação na África Austral indica para o fato de que nenhuma política africana que abranja os outros parceiros de uma relação Sul-Sul é tão importante quanto a extirpação completa do racismo no mundo. Talvez proporcione a mais forte limitação para uma genuína e construtiva relação intra-Sul, a aparente indiferença de alguns importantes países latino-americanos, como a Argentina e o Brasil, em relação à luta de libertação.

A partir do momento em que um maior número de africanos comece a entender o real significado da “democracia racial” brasileira, a raça continuará sendo uma questão mais de conflito do que de coesão. Até o momento, o tema raça e afinidade cultural parece ser um ponto de convergência para as relações intra-Sul do Brasil, que para incrementar seus planos econômicos tem tentado explorar as relações étnicas entre a África e o Brasil negro.

A interpretação, por todos os parceiros, de seus próprios interesses nacionais, talvez seja o mais expressivo desafio a ser enfrentado no conceito Sul-Sul. Cada nação estabelece o propósito de sua política externa como garantia de sua soberania nacional. A pergunta que se faz é: em que medida a restrita noção de soberania nacional obstaculiza as relações Sul-Sul? Obviamente, as nações cooperantes precisarão estender sua interpretação a respeito de interesses nacionais para formarem os fulcros para um real diálogo Sul-Sul.

## 1.11 Considerações sobre o Capítulo

Neste primeiro capítulo tentamos fazer uma breve apresentação do que foi e é atualmente a República de Cabo Verde – arquipélago formado por dez ilhas e alguns ilhéus na costa ocidental africana, fazendo parte da Macaronésia.

Historicamente, foi descoberto no século XV (1460), logo após a expansão marítima portuguesa. Apesar de algumas adversidades para o seu povoamento, o arquipélago não demorou a sê-lo (1462). Como também vimos, a sua localização geográfica, a meio caminho entre a Europa e as Américas, foi e continua sendo estratégica. Por isso, serviu por longo tempo de entreposto comercial entre os comerciantes de escravos, bem como de base e apoio à navegação marítima e aérea.

Quanto à geografia e ambiente, o país é certamente um dos menores do continente negro – 4033 km<sup>2</sup> -, localizado a aproximadamente 500 km deste. As dez ilhas e alguns ilhéus que compõem o arquipélago são originalmente desabitados e encontram-se divididos em dois grupos: Sotavento (Maio, Santiago, Fogo e Brava) e Barlavento (Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal e Boa Vista). São de origem vulcânica e apresentam geralmente topografias muito acidentais.

O clima é de tipo quente, tropical seco, com chuvas irregulares, apenas em alguns poucos meses do ano, de agosto a fins de outubro (Verão praticamente).

Em termos políticos, o país se traduz numa república democrática parlamentarista, com regime multipartidário. O sistema legal cabo-verdiano se apóia na lei civil europeia, sendo particularmente influenciado pelo sistema legal português. Igualmente, o arquipélago é composto por 22 concelhos, com alguma descentralização interna ao nível das autarquias.

Economicamente, não abundam muitos recursos naturais em Cabo Verde, levando em consideração longos ciclos de seca. O setor mais rentável é o setor terciário. Entretanto, é a forte dependência externa – transferências privadas de divisas derivadas de remessas dos imigrantes, ajuda externa ao desenvolvimento, importação de mercadorias -, o que marca o desenvolvimento econômico de Cabo Verde.

Também tratamos de questões que dizem respeito não só a Cabo Verde e Guiné Bissau em particular, mas igualmente à África de uma maneira geral, ou até mesmo ao Terceiro Mundo.

Consideramos ser pertinente trazer um pouco mais da história desses dois países, sob a forma explanatória do que foi o seu processo de colonização e, conseqüentemente, da descolonização, o que envolveu, se ainda não envolve, muito drama e luta. O sistema colonial português, como vimos, foi dos mais degradantes e perversos da história humana, o que exigiu uma luta anticolonial a ponto de poder eliminá-lo.

Como não poderia deixar de ser, para cada ação revolucionária, como é o caso de uma luta anticolonial, uma vez que para Cabral, inspirado nas bases marxistas, a revolução é um ato de cultura, então tinha que ter a figura de um herói que foi ele mesmo. Falar da história de Cabo Verde e Guiné Bissau, sobretudo nesse particular, a luta de libertação nacional, nos leva necessariamente a mencionar este que foi o filho dessas duas nações, e que esteve na vanguarda da sua luta de emancipação. Também tratamos de países ou Movimento (Movimento dos Não-Alinhados) cientes das necessidades e situações do Terceiro Mundo, perante a colonização e imperialismo das grandes potências.

No capítulo seguinte trataremos do Programa Estudante-Convênio de Graduação propriamente dito, bem como a questão da educação superior em Cabo Verde.

## **Capítulo 2 - Programa Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e a Questão da Educação (Superior) em Cabo Verde**

Estudo e cultura não são para nós outra coisa senão a consciência teórica dos nossos fins imediatos e supremos e do modo de logarmos traduzi-los em atos.  
Antonio Gramsci.

Com dois itens, introdução mais a história, fazemos jus ao que seria o Programa Estudante-Convênio de Graduação e suas referências.

Indubitavelmente que se trata de uma autêntica e salutar iniciativa do governo do Brasil para com os demais países que se encontram praticamente no mesmo nível de desenvolvimento, particularmente os países do continente africano e latino-americano.

A prioridade é dada aos países que apresentarem alunos no contexto de programas nacionais de desenvolvimento socioeconômico, estabelecidos entre o Brasil e países interessados via diplomacia.

Constitui preferências da cooperação o reforçamento nas relações com os Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOP) e com os países da América Latina, Caribe, e Timor Leste; nessa linha, tornam-se igualmente um eixo prioritário de intercâmbio, os Convênios de Educação que enfatizam oferecimento de vagas nas universidades brasileiras, nos âmbitos de graduação, pós-graduação e técnico.

Outrossim, para além de ser essa “cooperação horizontal” uma estratégia de desenvolvimento tanto econômico, social, cultural e educacional [grifo meu], enfim que contribui para a formação de recursos humanos bem como a valorização dos mesmos, também se constitui num dispositivo de política internacional que viabiliza o fortalecimento de laços de cooperação e amizade entre povos e países.

Como assinala (Desidério, 2006: 110), o pacto social mundial mantido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), na declaração do Milênio, traz como um de seus objetivos:

Fomentar uma aliança mundial para o desenvolvimento onde os países em desenvolvimento se esforçarão mais [grifo da autora] para impulsionar seu próprio desenvolvimento e, por essa dimensão os compromissos são estabelecidos de forma que caiba aos países desenvolvidos a ajuda no sentido de aliviar suas dívidas e contribuir com melhores oportunidades de intercâmbio.

Acreditamos que a política de cooperação dos países centrais em relação aos países do Sul é necessária, embora pudesse ser traçada numa outra dimensão e dentro de uma outra lógica, de forma a abranger outras questões. Então, cabe aos países do Sul a fomentação de políticas de intercâmbio que sirvam para estreitar os laços de amizade entre eles, promover o desenvolvimento socioeconômico, sua autonomia política e, conseqüentemente, o fortalecimento de sua democracia. Políticas de cooperação que melhor contemplem seus interesses e suas necessidades.

## 2.1 Introdução

O Programa de Estudantes-Convênio de Graduação constitui um dos instrumentos de cooperação educacional que o governo brasileiro oferece a outros países em vias de desenvolvimento, particularmente da África e da América Latina. Vejamos quais são estes países de acordo com o continente:

*América* - Argentina, Barbados, Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Chile, Cuba, El Salvador, Equador, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela. *África* – Angola, Benin, Botsuana, Cabo Verde, Camarões, Congo, Costa do Marfim, Gabão, Gana, Guiné-Bissau, Lesoto, Mali, Marrocos, Maurítânia, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Quênia, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Tanzânia, Togo, Tunísia, Zâmbia e Zimbábue. (MANUAL do PROGRAMA de ESTUDANTES-CONVÊNIO de GRADUAÇÃO, 2000, p. 51).

Desde o final da década de vinte o PEC-G surgiu de modo pontual, tendo sido gerenciado particularmente pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE ou Itamaraty) até o ano de 1967; desde então, o PEC-G é desenvolvido baseado na assinatura de Protocolos conjuntos com prazos indefinidos entre dois ministérios: o da Educação (MEC), com a participação das Instituições de Ensino Superior (IES), e o MRE, com a participação das Missões diplomáticas e Repartições consulares.

Esses protocolos, examinados periodicamente em função dos resultados apresentados pelo desempenho dos estudantes-convênio e das observações enviadas pelas IES participantes aos gestores do PEC-G, juntamente com o Manual do Estudante-Convênio, se traduzem na regulamentação própria do Programa, tudo em conformidade com o Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815/80, Lei 6.964/81 e Decreto nº 86.715/81).

Em 1999, havia uma média de 2.700 estudantes-convênio matriculados em 72 IES, todos com ingresso por matrícula inicial, gratuita e sem concurso vestibular, vindos de 38 países. De acordo com o Manual do PEC-G (2000) estas IES se distribuem da seguinte forma pelas cinco regiões do país:

· Região Centro-Oeste

DF – Universidade de Brasília – UnB

DF – Universidade Católica de Brasília – UCB

GO – Universidade Católica de Goiás – UCGO

GO – Universidade Federal de Goiás – UFGO

MS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS

MT – Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT

· Região Nordeste

AL – Universidade Federal de Alagoas – UFAL

BA – Universidade Federal da Bahia – UFBA

CE – Universidade Estadual do Ceará – UECE

CE – Universidade Federal do Ceará – UFCE

MA – Universidade Federal do Maranhão – UFMA

PB – Universidade Federal da Paraíba – UFPB

PE – Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

PE – Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE

PE – Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP

PI – Universidade Federal do Piauí – UFPI

RN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

SE – Universidade Federal de Sergipe – UFSE

· Região Norte

AC – Universidade Federal do Acre – UFAC

AM – Fundação Universidade do Amazonas – FUAM

PA – Faculdade de Ciências Agrárias do Pará – FCPA

PA – Universidade Federal do Pará – UFPA

PA – Universidade da Amazônia – UNAMA

· Região Sul

PR – Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná – CEFET/PR

PR – Universidade Estadual de Londrina – UEL

PR - Universidade Estadual de Maringá – UEM

PR – Universidade Federal do Paraná – UFPR

RS – Fundação Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre -

FFFCMPA

RS – Fundação Universidade do Rio Grande – FURG

RS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC/RS

RS – Universidade Católica de Pelotas – UCPel

RS – Universidade Federal de Pelotas – UFPel

RS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

RS – Universidade Federal de Santa Maria – UFSM

RS – Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC

RS – Universidade de Passo Fundo – UPF

RS – Universidade de Caxias do Sul – UCS

RS – Universidade de Ijuí – UNIJUÍ

SC – Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

SC – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

· Região Sudeste

ES – Universidade Federal do Espírito Santo – UFES

MG – Escola Federal de Engenharia de Itajubá – EFEI

MG – Universidade Federal de Lavras – UFLA

MG – Faculdade Federal de Odontologia de Diamantina – FAFEOD

MG – Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro – FMTM

MG – Fundação de Ensino Superior de São João Del Rei – FUNREI

MG – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC/MG

MG – Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF

MG – Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

MG – Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP

MG – Universidade Federal de Viçosa – UFV

MG – Universidade Federal de Uberlândia – UFU

RJ – Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET/RJ

RJ – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/RJ

RJ – Universidade Católica de Petrópolis – UCP

RJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ

RJ – Universidade Federal Fluminense – UFF

RJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

RJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ

RJ – Universidade Gama Filho – UGF

RJ – Universidade do Rio de Janeiro – UNI-RIO

SP – Faculdade de Engenharia de São Paulo – FESP

SP – Universidade Metodista de São Paulo – UMESP

SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP

SP – Fundação Universidade Federal de São Carlos – UFSCar

SP – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP

SP – Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

SP – Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP

SP – Universidade de São Paulo - USP

SP – Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP

SP – Centro Universitário São Camilo – UNISC

SP – Universidade São Francisco - USF<sup>12</sup>

---

<sup>12</sup> Manual do Programa de Estudantes-convênio de Graduação, pp. 44-47.

## 2.2 Histórico

Apesar de já ter existido o intercâmbio de estudantes latino-americanos desde o início do século XX, participações nesse sentido eram raras e resultantes de iniciativas isoladas. Em 1917, constata-se a presença de brasileiros estudando no Uruguai; em 1919, estudantes argentinos, chilenos, paraguaios e uruguaios faziam cursos de nível superior no Brasil, até mesmo na Escola Militar e na Escola Naval.

Em 1941, por causa do aumento das relações culturais entre Brasil e Bolívia, apareceu a primeira leva de estudantes bolivianos no Brasil. Com a explosão da II Guerra Mundial, intensificaram-se as relações brasileiras com outros países latino-americanos, originando interesses conjuntos e favorecendo maior intercâmbio estudantil.

Daí, com o incremento cada vez maior do número de estudantes, constatou-se a necessidade de se celebrarem os então chamados Convênios de Cooperação Cultural bilateral – à época também incluíam o aspecto educacional -, pelos quais se eximiam os alunos dos países signatários de alguns requisitos que caíam sobre os alunos autóctones, a fim de promover o ingresso daqueles estudantes nas IES (no caso do Brasil, isenção do concurso vestibular e do pagamento de taxas e mensalidades, por exemplo). Com isso surge a denominação de *estudante-convênio*, isto é, selecionado por via diplomática, com base nesses Convênios bilaterais do Brasil com outros países, sobretudo os latino-americanos.

Em 1964, PEC-G recebeu sua presente denominação em relatório do MRE, o qual dirigiu o Programa, sem a participação do MEC, em contato direto com as IES, a partir de sua sede no Rio de Janeiro, até 1974.

Em 3 de janeiro de 1967, o PEC-G ganhou seu primeiro dispositivo normativo permanente, decorrente da assinatura, no Rio de Janeiro, de Protocolo – com 19 cláusulas –

entre o MEC (pela Profa. Esther de Figueiredo Ferraz) e o MRE (pelo Ministro Francisco de Assis Grieco), o qual regulamentou a oferta e distribuição de vagas por país, a escolha dos candidatos e o modo de envio do estudante-convênio às IES, determinando as responsabilidades dos dois ministérios parceiros.

Vale mostrar alguns destaques desse primeiro Protocolo, a fim de entendermos desdobramentos posteriores do PEC-G. A cláusula 1 estabelecia que era

‘Atribuição do Ministério da Educação e Cultura a fixação do número de vagas para os estudantes estrangeiros (estudantes-convênio – [sic]), de acordo com as que lhe forem oferecidas pelos estabelecimentos de ensino superior do país’. (op. Cit. p. 10-11).

As cláusulas um<sup>13</sup> e dez<sup>14</sup> mostram que, desde a primeira constituição do Programa, tanto a oferta de vagas quanto a seleção de candidatos era anualmente, ou seja, sempre no início do ano letivo. Pela cláusula dois<sup>15</sup>, pode-se constatar que esse Protocolo levava em conta apenas os países latino-americanos. Numa espécie de antecipação do espírito do Protocolo atualmente em vigor, a cláusula três<sup>16</sup> estabelecia que a seleção dos candidatos seria ‘através de comissões de seleção das quais farão parte professores universitários locais e autoridades brasileiras’ (op. Cit. p. 11). A cláusula seis<sup>17</sup> previa que era da responsabilidade do ‘Ministério da Educação e Cultura... a distribuição dos estudantes,

---

<sup>13</sup> O Programa de Estudantes-Convênio de graduação (doravante denominado PEC-G), conjuntamente gerido pelo DCT (Departamento de Cooperação Científica Técnica e Tecnológica) e pela SESu (Secretaria de Ensino Superior), constitui uma atividade de cooperação, prioritariamente, com esses países em desenvolvimento, que objetiva a formação de recursos humanos, possibilitando a cidadãos de países com os quais o Brasil mantém acordos educacionais ou culturais realizarem estudos universitários no Brasil, em nível de graduação, nas Instituições de Ensino Superior brasileiras (doravante denominadas IES) participantes do PEC-G. (op. Cit. p. 15)

<sup>14</sup> As missões diplomáticas e repartições consulares brasileiras concederão aos candidatos selecionados o visto de que trata o artigo 13, item IV, da Lei 6.815 de 19 de agosto de 1980, que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, doravante denominado ‘visto temporário’.

<sup>15</sup> Compete ao DCT divulgar e coordenar todos os assuntos relacionados ao PEC-G junto aos governos dos países participantes.

<sup>16</sup> Compete à SESu promover a tramitação dos procedimentos referentes à vida acadêmica dos estudantes junto às IES.

<sup>17</sup> Anualmente, a SESu, após consulta às IES participantes, informará ao DCT o número de vagas disponíveis para o PEC-G, por curso e por IES.

encaminhados pelo Ministério das Relações Exteriores, pelas diversas escolas superiores...’. (Ibidem, p. 11).

A cláusula doze<sup>18</sup> definia que ‘o estudante-convênio não poderá mudar do curso para o qual foi selecionado’. E a treze<sup>19</sup> vetava a ‘transferência de estudante de universidade estrangeira para nacional em regime de estudante-convênio’(Ibidem, p. 11). Invocando interpretação restritiva do artigo 18 da Lei nº 4024/61, a cláusula dezesseis<sup>20</sup> previa que seria desligado ‘o estudante-convênio reprovado mais de uma vez na mesma série ou conjunto de disciplinas’ (Ibid. p. 11). Por último, a cláusula dezessete<sup>21</sup> (Ibidem, p. 11) permitia o ‘curso de pós-graduação, a ser feito imediatamente após o curso de graduação’.

No âmbito do MEC, em 1993 a administração do PEC-G voltou à atual Secretaria de Educação Superior. O quarto Protocolo (com 22 cláusulas) foi assinado em 04 de outubro de 1993, sendo signatários o Prof. Rodolfo Joaquim Pinto da Luz (SESu) e o Embaixador Carlos Alberto de Azevedo Pimentel (DCT). No fundo, continuam os mesmos termos do anterior, somente substituindo o parceiro CAPES pela SESu e antecipando a regra restritiva de não-reprovação também para o primeiro ano de estudos – em verdade, para tão poucas mudanças bastava a assinatura de um simples Termo Aditivo. Acudindo a pareceres de diversas IES participantes, nem um ano após, em 10 de agosto de 1995, foi

---

<sup>18</sup> Tendo em vista o interesse em seu retorno regular ao país de origem, e a ocupação eficiente de sua vaga por terceiros, o estudante-convênio deverá inscrever-se, no mínimo, em quatro disciplinas por período letivo, tendo de, em qualquer hipótese, concluir o curso dentro do prazo regulamentar para integralização curricular.

<sup>19</sup> A matrícula para obtenção de nova habilitação, no mesmo curso, quando não declarada no ato de inscrição junto à Embaixada Brasileira, somente será permitida desde que respeitado o prazo regulamentar de integralização curricular do curso inicial.

<sup>20</sup> Ao aceitarem a transferência ou permitirem mudança de curso, conforme determinado acima, as IES devem comunicar o fato, imediatamente, à SESu, que, por sua vez, o informará ao DCT.

<sup>21</sup> O estudante-convênio desligado da IES por conduta imprópria, reprovação, jubileamento ou abandono de estudos, de acordo com as normas deste Protocolo e da IES em que se encontra matriculado, perde a qualidade de Estudante-convênio, não podendo ser encaminhado a outra IES.

assinado um Termo Aditivo a esse Protocolo reincorporando a expressão ‘após o primeiro ano de estudos’. Assim, em termos conceituais, retornou-se totalmente às normas do terceiro Protocolo.

Por último, com o objetivo de elevar ainda mais a qualidade do PEC-G, em 13 de março de 1998 foi assinado o atual (quinto) Protocolo – extrato no DOU de 07/04/98, Seção III, p. 26 -, com 29 cláusulas, cujo texto foi resultado de encontros com a participação deliberativa do Itamaraty, dos Ministérios da Justiça e da Educação bem como da Coordenação Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Graduação. Tal Protocolo traz alguns aspectos inovadores, explicitações e permanece com as normas restritivas anteriores.

Alguns exemplos de inovação:

- a) desvio do enfoque do modelo balcão – estratificado – para o modelo negociado – fundamentado em parâmetros estabelecidos - (parágrafo único da cláusula 1<sup>22</sup>, §§ 2<sup>o23</sup> e 3<sup>o24</sup> da cláusula 6 e parágrafo único da cláusula 7<sup>25</sup>); b) – participação das IES no PEC-G por meio de Termo de Adesão (cláusula 5<sup>26</sup>); c) – participação da SESu na etapa final do processo seletivo, assessorada por uma comissão indicada pelo Fórum de Pró-Reitores de Graduação (cláusula 8<sup>27</sup>); d) – obrigatoriedade de aprovação no exame do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (cláusula 24<sup>28</sup>); e f) – Manual do Estudante-Convênio também com função regulamentadora (cláusula 27<sup>29</sup>) (Op. Cit. p. 13).

---

<sup>22</sup> O PEC-G dará prioridade aos países que apresentem candidatos no âmbito de programas nacionais de desenvolvimento sócio-econômico, acordados entre o Brasil e os países interessados, por via diplomática.

<sup>23</sup> Com o objetivo de atender a demandas específicas de países participantes do PEC-G, de acordo com o disposto no parágrafo único da cláusula 1, a SESu poderá negociar com as IES o oferecimento de vagas adicionais.

<sup>24</sup> Compete, conjuntamente, ao DCT e à SESu, definir os cursos prioritários para a concessão de vagas, bem como identificar os países a serem beneficiados.

<sup>25</sup> De forma gradativa, as missões diplomáticas brasileiras procurarão destinar a maior parte de sua quota de vagas a candidatos apresentados nos termos do parágrafo único da cláusula 1.

<sup>26</sup> As IES interessadas manifestarão sua adesão ao PEC-G, por seu dirigente máximo, por meio de Termo de Adesão dirigido à SESu, com a declaração explícita e necessária do comprometimento de cumprimento das normas deste Protocolo.

<sup>27</sup> O processo seletivo, que se inicia com a seleção preliminar dos candidatos pelas missões diplomáticas brasileiras, encerra-se sob a coordenação do DCT, com a participação da SESu, assessorada por uma comissão indicada pelo Fórum de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras.

<sup>28</sup> O estudante-convênio receberá seu diploma, devidamente registrado, junto à Missão diplomática ou Repartição consular brasileira onde ele se inscreveu no PEC-G.

<sup>29</sup> A SESu e o DCT manterão atualizado o Manual do Estudante-Convênio de Graduação, onde devem constar as normas complementares deste Protocolo e demais assuntos de interesse dos participantes do PEC-G, inclusive aqueles de utilidade prática, como custo de vida, alojamento, assistência médico-hospitalar e outros.

Podemos observar então o que estabelecem as cláusulas do referido intercâmbio, que baseadas num modelo estratificado passaram a ser delineadas num âmbito mais de negociação. Contudo, pode-se dizer que se trata de cláusulas até certo ponto rígidas e restritas, visando administrar com um certo rigor a formação dos alunos, sua permanência no país de acolhimento, bem como seu retorno ao país de origem. Parte-se do pressuposto de que todos os países e seus alunos têm de certa forma o conhecimento dessas normas.

### 2.3 As Instituições de Ensino Superior Existentes no País – a Educação como Capital Humano em Cabo Verde

Como podemos constatar anteriormente, Cabo Verde é um país relativamente jovem no atinente à sua libertação da metrópole portuguesa (império colonial português), e à sua condição de país independente (1975). Por ser submetido por muito tempo ao domínio da colonização portuguesa (aproximadamente cinco séculos), ou seja, da sua descoberta em 1460 e seu posterior processo de povoamento e colonização (1462), até a sua independência em 1975, só recentemente, do final da década de 1970 para hoje, aproximadamente trinta anos, o país realmente começou a assumir o seu próprio destino, cuidando das suas próprias instituições econômicas, políticas, administrativas, sociais, educacionais, culturais etc. Então, pode-se compreender muitas vezes o porquê do relativo atraso que, porventura, afeta esse arquipélago.

Por conta dessas circunstâncias, Cabo Verde teve que inicialmente, isto é, na etapa pós-independência nacional, formar seus quadros no exterior, graças à oferta de vagas de diversos países, bem como programas de intercâmbio educacional não só com a antiga metrópole e outros países europeus (incluindo a Rússia na Europa do Leste), países

africanos, como também com Cuba e o próprio Brasil. Ações de formação locais, em nível nacional, isto é, atividades temporárias, quase sempre de curto espaço de tempo, eram organizadas para solucionar necessidades conjunturais.

Mas, no começo da década de 1990, uma generalização do ensino básico tornou-se fato, o que conseqüentemente impulsionou o alargamento do ensino secundário, o que por sua vez provocou um *boom* do número de concorrentes ao nível universitário na metade da mesma década.

Com isso, a demanda por cursos fora do país por parte desse crescente número de estudantes levou tanto o governo quanto a iniciativa privada a se depararem com a necessidade de procurar soluções para essa nova realidade do país. Logo, instituições superiores públicas e privadas de ensino começaram a surgir. Dentre as públicas hoje existentes, podemos apontar o ISE (Instituto Superior de Educação), criado em 1995, cuja sede se encontra na capital cabo-verdiana (Praia) e um pólo no Mindelo (São Vicente); o ISECMAR (Instituto Superior de Engenharia e Ciências do Mar), criado em 1996, dispõe de sua sede no Mindelo; o INAG (Instituto Nacional de Administração e Gestão), surgiu em 1998. Na verdade, o INAG surgiu na seqüência da extinção do CENFA (Centro de Formação e Aperfeiçoamento Administrativo) ocorrido neste mesmo ano, apesar de ter sido criado em 1981. Por último, temos o INIDA (Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário), criado em 2003, e que encontra sua sede na ilha de Santiago. Convém frisar que todas estas instituições dispõem de independência financeira, administrativa, pedagógica, científica e patrimonial.

Quanto às privadas, temos o ISCEE (Instituto Superior de Ciências Econômicas e Empresariais), surgido em 1998, e que dispõe de sua sede no Mindelo e um núcleo na Praia; a UNIPIAGET (Universidade Jean Piaget de Cabo Verde), nascida no ano de 2000, a

sua sede localiza-se na Praia; o IESIG (Instituto de Ensino Superior Isidoro da Graça), criado no ano 2000, a sua sede fica no Mindelo.

De acordo com o Anuário da Educação 2004/2005, disponibilizado pelo Ministério da Educação e Ensino Superior de Cabo Verde, podemos constatar que existe um total de 3.911 alunos de ensino superior no conjunto das instituições públicas e privadas no país acima apontadas.<sup>30</sup> Pela distribuição da população total africana no Brasil, observada no Censo Demográfico 2000, nota-se a existência de 804 cabo-verdianos.<sup>31</sup> Quanto ao número de estudantes africanos na rede pública e particular de ensino superior no Brasil, podemos mostrar que ao nível de graduação existem 153 estudantes cabo-verdianos na rede particular e 270 na rede pública.<sup>32</sup>

Como podemos constatar anteriormente, a educação em Cabo Verde é vista como capital humano, isto é, como fator de desenvolvimento socioeconômico dos indivíduos e da sociedade de uma maneira geral.

Como argumenta Schultz (1967: 18), firmar um conceito sobre educação ou sobre liberdade não parece ser tarefa fácil. O problema em definir a educação resulta de vários sentidos que ela possa tomar, dependendo preponderantemente da cultura particular em que esta educação se realiza. A educação se encontra intrinsecamente ligada à cultura da comunidade a que serve e, em decorrência, o conceito de educação diferencia-se de uma

---

<sup>30</sup> No entanto, podemos dizer que certamente este número hoje já tem aumentado (ver anexo F), na medida em que em 2006, pelo Decreto-Lei nº 53/2006 de 20 de novembro foi criada a Uni-CV (Universidade de Cabo Verde), que, no entanto, acabou de completar um ano de existência (ver anexo A).

<sup>31</sup> Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000, citado por Desidério (2006).

<sup>32</sup> Fonte de Dados Brutos: IBGE – Censo Demográfico 2000 (ARQUIVO DE MICRODADOS), citado por Desidério (2006). Contudo, não fosse a burocracia ou inclusive falta de controle desses dados por parte de algumas autoridades e órgãos que podiam e deviam tê-los e disponibilizá-los, tais como a Embaixada de Cabo Verde acreditada em Brasília, bem como seu Consulado Honorário aqui na cidade do Rio de Janeiro, a Associação dos Estudantes Cabo-verdianos do Estado do Rio de Janeiro (AECERJ), e sobretudo a Polícia Federal onde todos os estudantes são registrados (independentemente de serem ou não bolseiros do Governo de Cabo Verde), talvez podíamos ter esses dados mais referenciados e atualizados, seguramente constatando que são maiores.

comunidade para outra. O ensino e o aprendizado é o que a educação tem como constante, em que pese à caracterização emprestada por essas peculiaridades culturais. ‘Deste modo, educar significa, etimologicamente, revelar ou extrair de uma pessoa algo potencial e latente; significa aprimorar uma pessoa, moral e mentalmente, de maneira a torná-la suscetível de escolhas individuais e sociais, e capaz de agir em consonância; significa prepará-la para uma profissão, por meio de instrução sistemática; e, por fim, significa exercitar, disciplinar ou formar habilidades, como, por exemplo, aperfeiçoar o gosto de uma pessoa’.

Entende-se que a instrução apresenta dois valores: a moral – refina o gosto e propicia às pessoas real satisfação, e a vocacional – desenvolve aptidões, aumenta as rendas e representa um investimento humano. O valor da instrução é fundamentado no conceito de que ela tem uma influência salutar sobre o bem-estar. A instrução tanto pode oferecer benefícios no presente (prazer imediato com a companhia dos colegas das instituições de ensino) quanto no futuro (aptidão crescente de deleitar os melhores livros). A instrução assume as características de um investimento quando os benefícios se dão no futuro. Como um investimento, tanto pode afetar os futuros gastos, como os futuros rendimentos.

De acordo com Schultz (1967),

“Sempre que a instrução elevar as futuras rendas dos estudantes, teremos um investimento. É um investimento no capital humano, sob a forma de habilidades adquiridas na escola. Existem numerosos investimentos no capital humano e as cifras tornam-se elevadas. Pode-se dizer, na verdade, que a capacidade produtiva do trabalho é, preponderantemente, um meio de produção *produzido*. Nós ‘produzimos’, assim, a nós mesmos e, neste sentido, os ‘recursos humanos’ são uma conseqüência de investimentos entre as quais a instrução é da maior importância” (op. Cit. p. 25).

Pode-se concluir da argumentação já colocada, que a instrução e o progresso no conhecimento são importantes fontes de crescimento econômico. É evidente que não se traduzem em fontes naturais; são, fundamentalmente, geradas pelo homem, o que quer

dizer que exigem economias e investimento. A maior fonte de capital humano nos Estados Unidos é, atualmente, investimento na instrução (SCHULTZ, 1967: 63).

Como argumenta Frigotto (2001), o conceito de capital humano (ou, mais abrangentemente, de recursos humanos) procura explicar a quantidade de investimento que uma nação faz ou os indivíduos fazem, na esperança de retornos adicionais futuros. Duma perspectiva macroeconômica, o investimento no “fator humano” passa a significar um dos determinantes essenciais para a elevação da produtividade e elemento de superação do retardamento econômico. Duma perspectiva microeconômica, traduz-se no fator de explicação das defasagens individuais de produtividade e de rendimento e, logo, de ascensão social (op. Cit., p.41).

Como segue pontuando ainda o mesmo autor,

Do ponto de vista macroeconômico, a teoria do capital humano constitui-se num desdobramento e/ou um complemento, como a situa Schultz, da teoria neoclássica do desenvolvimento econômico. De acordo com a visão neoclássica, para um país sair de estagio tradicional ou pré-capitalista, necessita de crescentes taxas de acumulação conseguidas, a médio prazo, pelo aumento necessário da desigualdade (famosa teoria do bolo, tão amplamente difundida entre nós). A longo prazo, com o fortalecimento da economia, haveria naturalmente uma redistribuição. O crescimento atingido determinaria níveis mínimos de desemprego, a produtividade aumentaria e haveria uma crescente transferência dos níveis de baixa renda do setor tradicional para os setores modernos, produzindo salários mais elevados” (FRIGOTTO, 2001: 39).

Por ser parte do homem, isso se traduz na característica que distingue o capital humano. Por se encontrar representado no homem é humano, e por ser causa de apazimentos futuros, ou de futuros ganhos, ou as duas coisas conjuntamente, é capital. No intuito de que possa ser vendido, o capital humano não constitui um ativo comercializável, onde os homens sejam pessoas emancipadas. Ele pode, indubitavelmente, ser obtido por meio de um investimento no próprio indivíduo, e não sob a forma de um elemento de ativo, que se compra no mercado. Do capital humano que detém, nenhum indivíduo pode separar-

se. Quer lhe seja útil na produção ou no consumo, a pessoa tem que estar sempre aliada ao seu capital humano.

Na medida em que aprimora as aptidões e aumenta as futuras rendas a serem conseguidas pelos indivíduos, a educação igualmente representa um acréscimo em elevados valores culturais e é verdadeiramente um investimento nas pessoas.

Para Schultz (1973), a educação é mais duradoura do que a esmagadora maioria dos tipos de capital não-humano reproduzível. Uma educação de grau secundário pode ser útil à pessoa pelo resto de sua vida e, no bojo deste ciclo, 40 anos ou mais são provavelmente empregados em trabalho produtivo. Boa parte do capital não-humano apresenta uma vida produtiva menos longa do que esta etapa estabelecida para o capital humano. A educação pode ser alargada porque é durável e o fato de que ocasiona uma vida relativamente longa quer dizer que um determinado investimento bruto adiciona mais ao estoque do que igual investimento bruto caracteristicamente aumenta ao estoque de um capital não-humano (op. Cit., p. 120).

Levando em consideração a teoria schultziana de capital humano dentro da perspectiva econômica da educação, podemos asseverar que o caso de Cabo Verde como país que detém basicamente seus recursos humanos como símbolo e propulsor de seu desenvolvimento e integração socioeconômica e cultural, seria de extrema importância não negligenciar tais premissas. Tendo uma vida produtiva mais duradoura e logo representando um investimento maior do que os capitais não-humanos reproduzíveis, seria de suma utilidade dispensar uma atenção ímpar e cada vez maior aos nossos recursos humanos.

## 2.4 Considerações sobre o Capítulo

O Programa Estudantes-Convênio de Graduação só recebeu esse nome em 1964, embora tenha tido seu início na verdade desde os primeiros decênios do século XX. Observa-se que é um Programa de intercâmbio cultural/educacional que veio se fortalecendo e surtindo efeitos com o passar dos tempos. Prova disso é que cada vez mais governos interessados foram-se alinhando a essa política antes iniciada com América Latina e, atualmente, estabelecida com quase totalidade dos Estados africanos.

Constata-se que em todas as regiões do país (Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sul e Sudeste), temos centros e IES interessados e conveniados a esta cooperação, particularmente as IES federais e estaduais.

Portanto, é uma cooperação que não deixa de ser um importante mecanismo de política social, com a abertura de vagas para os países com poucas instituições de ensino superior (o que é ainda o caso de Cabo Verde como vimos), ou até mesmo nenhuma, ou seja, que apresentam lacuna no ensino superior, o que resulta na carência de quadros e pessoal especializado e capacitado para traçar políticas e estratégias de desenvolvimento econômico e social, com a sua conseqüente autonomia política e fortalecimento da democracia. Para isso, vimos como alguns aportes da teoria do capital humano podem ajudar no direcionamento e construção de políticas educacionais que visam a formação e capacitação de recursos humanos, o que conseqüentemente proporcionaria retornos futuros duráveis às pessoas e ao país de forma geral.

Em suma, o Convênio atende cada vez mais estudantes estrangeiros que procuram universidades brasileiras, a fim de efetuarem seus estudos superiores, tornando-se desse modo uma política plausível para a população universitária.

## Capítulo 3 - Histórico de Acordos Culturais Bilaterais entre o Brasil e os

### Países Africanos

[Vivemos no terceiro mundo a partir do sol. Número três.  
Ninguém nos diz o que fazer.  
As pessoas que nos ensinaram a contar estavam sendo muito bondosas.  
Sempre é tempo de partir.  
Quando chove, você está com seu guarda-chuva ou não.]  
Bhabha, 2001, p. 296.

Antes de tratarmos desse histórico de Acordos cultural-educacionais, seria estratégica e academicamente pertinente identificar o real propósito do Brasil na aproximação e efetivação desses Acordos. Contudo, achamos conveniente tratar dessa questão num outro momento, uma vez que nesse particular queremos relatar esse histórico de Acordos.

Como podemos constatar, já na década de 1960, Maranhão se mostra ciente das questões socioeconômicas África-Brasil, das direções que devem tomar a política exterior brasileira, sobretudo no que concerne ao mercado produtor e exportador do setor da África, tendo em conta os pontos comuns e as afinidades Brasil-África. O nosso processo histórico, territoriais, semelhanças étnicas, geo-econômicas e políticas nos aliam, nos remetem ao mesmo cenário da esfera internacional, procurando as mesmas vias que conduzem ao desenvolvimento e novos progressos da civilização moderna.<sup>33</sup>

O referido autor propõe ainda que nesta temática de política exterior brasileira temos que encontrar normas de convívio internacional peculiares, autônomas, e pensadas do ponto de vista atual do nosso desenvolvimento. Normas que asseguram a condição humana e a civilização, dado que contemplam a soberania dos povos, a autodeterminação, a defesa de não-ingerência e a preservação da coexistência pacífica (op. Cit, p. 9).

---

<sup>33</sup> Maranhão, Jarbas. *Brasil-África: um mesmo caminho*. SP: Editora Fulgor, 1962, orelha do livro.

O Brasil e a África reúnem os requisitos de, nesse presente de incertezas, servirem a essa causa comum, tendo em conta a densidade dos seus vínculos passados. O caminho a ser trilhado entre ambos, e que esperamos ser promissor, é o mesmo. Tanto a África, quanto a Ásia e a América Latina perceberam que é comum seu problema e destino, querendo agora estar no centro das atenções, ser o sujeito da história, e não mais seu mero apêndice.

Numa primeira aproximação da análise dos Acordos bilaterais Brasil/países da África, podemos notar que a maioria deles começou a ser implementada da década de 1960 em diante, momento, é claro, que coincide com o início da independência dos países africanos. Como podemos constatar, até a Segunda Guerra Mundial somente alguns pouquíssimos países africanos eram independentes, tais como a Etiópia (independente desde a antigüidade), Libéria (1847), África do Sul (1910) e Egito (1922).<sup>34</sup>

Nesse âmbito, alguns Acordos bilaterais foram celebrados entre o Brasil e os países da África, como o Egito onde foi realizado em 1960 um Acordo Cultural, entrando em vigor apenas a partir de 1964. Nesse interregno foi celebrado com Senegal um Acordo Cultural, em setembro de 1964, que começou a vigorar apenas a partir de junho de 1967. Um adendo em novembro de 1972, referente ao Acordo, foi definido como Protocolo de Aplicação do Acordo Cultural de 23 de setembro de 1964 (DESIDÉRIO, 2006: 118).

Cabe ressaltar outro adicional, agora de fevereiro de 1979, ainda alusivo ao Acordo Cultural com Senegal, em setembro de 1964, designado como Protocolo sobre Cooperação nas Áreas de Cinema, Rádio e Televisão.

Com a República da Tunísia, o Brasil estabeleceu o Acordo Cultural, em junho de 1968, entrando em vigor em agosto de 1970, sob a forma do Decreto 67.201 de setembro de 1970.

---

<sup>34</sup> Conceição, José Maria Nunes Pereira. *África um novo olhar*. Rio de Janeiro: CEAP, 2006, p. 82.

Desidério (2006) mostra ainda que no período de 1972 a 1974, o Brasil do governo militar de Emílio Garrastazu Médici estabeleceu Acordo Cultural Educacional com Costa do Marfim, Gana e Benin. Nesse mesmo ano, o Brasil realizou Acordo Cultural com a República de Camarões, com Quênia e com a República Democrática do Congo, mas que somente entrou em vigor a partir de 19 de junho de 1976 (op. Cit., p. 118).

Com a República Togolesa, o Brasil estabeleceu Acordo cultural em novembro de 1972, que começou a vigorar em outubro de 1973, promulgado pelo Decreto nº 73.896 de abril de 1974.

Com a República Democrática do Congo (antigo Zaire), foi estabelecida uma Convenção Geral de Cooperação Econômica, Comercial, Técnica, Científica e Cultural em novembro de 1972, porém entrando em vigor apenas em setembro de 1980, promulgado pelo Decreto nº 84.624 de abril de 1980.

Análoga à gestão do Presidente Ernesto Geisel (1974-1979) que deixou como marca uma nova orientação política externa brasileira estendendo as relações diplomáticas e comerciais com os países da África, Ásia e Europa, nas relações bilaterais nas fases anteriores, o Brasil conservou os Acordos com os países africanos. Isto é, podemos perceber com isso que de fato existia o interesse brasileiro em aproximar-se do continente negro.

Com o Gabão foi celebrado o Acordo de Cooperação Cultural, estabelecido em outubro de 1975, vigorando apenas em março de 1981, no governo de João Figueiredo. Em junho de 1989 foi realizado com Moçambique o Acordo de Cooperação Cultural, porém entrando em vigor apenas a partir de abril de 1991.

Desidério (2006), aponta ainda que na esteira dessas iniciativas, foram firmados Acordos com Cabo Verde (1979 e em vigor em 1980) e (...). Com Angola foi formalizado

Acordo de Cooperação Cultural e Científica em 1980, o que entra em vigor em 1982 (op. Cit. p. 119).

Convém frisar que este Acordo com Cabo Verde seria o Acordo sobre Cooperação Cultural, promulgado pelo Decreto nº 85.621 de janeiro de 1981. Contudo, antes do ano de 1979, um outro Ato já havia sido assinado com Cabo Verde. Um *Memorandum* de Entendimento Relativo a Educação, em abril de 1977, entrando imediatamente em vigor.

Com a República do Mali é estabelecido o Acordo de Cooperação Cultural, Científica e Técnica em outubro de 1981, que entrou em vigor só em janeiro de 1984, promulgado pelo Decreto nº 99.711 de novembro de 1990. E é formulada com a República do Congo a Cooperação Cultural, Educacional, Científica e Técnica, em julho de 1982, vigorando somente a partir de julho de 1986, promulgada pelo Decreto nº 93.202 de setembro de 1986.

Nesse intervalo, o Brasil celebra com a República Argelina Democrática e Popular, a Cooperação Cultural em junho de 1981, entrando em vigor em novembro de 1983, promulgada pelo Decreto nº 89.092 de dezembro de 1983.

Novas relações foram mantidas com a República Gabonesa, de modo que em junho de 1982, um Acordo que cria uma Comissão Mista no Campo Cultural é formulado, entrando em vigor somente em maio 1988, promulgado pelo Decreto nº 97.060 de novembro de 1988. O Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação Cultural na Área de Televisão é estabelecido em agosto de 1984, imediatamente entrando em vigor.

São formulados com a República Democrática do Congo, os seus dois últimos Atos na área da cultura, que seria o Protocolo Complementar à Convenção Geral de Cooperação Cultural, de 09 de novembro de 1972, celebrado em fevereiro de 1987, logo entrando em vigor, e o Ajuste Complementar à Convenção Geral de Cooperação Cultural, de 09 de

novembro de 1972, igualmente estabelecido em fevereiro de 1987 e vigorando na mesma data.

Com a República da Guiné é estabelecida uma Comissão Mista em abril de 1988, o que até hoje não entrou em vigor. Isto seria o primeiro caso com que estamos a deparar de um Ato que, apesar de já ter sido celebrado há bastante tempo, ainda não entrou em vigor.

Com Marrocos e São Tomé e Príncipe, igualmente foi formalizado um Acordo Cultural. O primeiro foi em abril de 1984, em vigor somente em julho de 1991, promulgado sob a forma do Decreto nº 222 de setembro de 1991 e o segundo em junho de 1984, entrando em vigor também muito tardiamente (junho de 1991) e promulgado pelo Decreto número 337 de novembro de 1991.

É formulado com Angola um Protocolo no começo da década de 1990: o Protocolo de Intenções na Área de Desenvolvimento Educacional, em setembro de 1991, entrando em vigor nessa mesma data.

Durante a presidência de Fernando Henrique Cardoso<sup>35</sup>, foram alargadas as relações bilaterais com os países da África [sic] e, segundo os eixos no relacionamento Brasil/África que eram das relações bilaterais e multilaterais. O eixo multilateral foi direcionado para a maior cooperação, particularmente no desenvolvimento econômico entre os membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e no eixo bilateral, reservou-se atenção predileta aos Países Africanos de Língua Portuguesa – PALOP (DESIDÉRIO, 2006, pp. 119-20).

A cooperação foi expandida a todos os países africanos na área educacional e nesse momento um Acordo de Cooperação Cultural e Educacional é estabelecido com a Namíbia,

---

<sup>35</sup> Governo que se estende de 01 de janeiro de 1995 a 01 de janeiro de 1999 e de 01 de janeiro de 1999 a 01 de janeiro de 2003.

em março de 1995, entrando em vigor em outubro de 1998, promulgado pelo Decreto nº 2.836 de novembro desse mesmo ano.

Como segue pontuando Desidério (2006), já com a África do Sul, o governo brasileiro estabeleceu o Acordo Cultural em 1996, em vigor em 1997 [sic] e, com o governo de Cabo Verde volta a celebrar relação formalizando um Memorando de Entendimento na Área da Educação, em abril de 1998, e que vigorou nesta mesma data. Todos esses Acordos apresentariam como finalidade a troca de conhecimento e formação de uma sociedade da informação para o desenvolvimento social e econômico da África (op. Cit, p. 120).

No início da década de 2000, mais concretamente no ano de 2001, uma série de dois Protocolos, um Memorando e um Ajuste, marcam as relações Brasil - República de Moçambique: o Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área da Educação, de junho de 2001, também vigorando nessa mesma data; o Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica, Educacional, Científica e Tecnológica na Área da Segurança Pública, de junho de 2001, em vigor na mesma data; o Memorando de Entendimento, na Área de Cooperação Educacional, em junho de 2001, entrando imediatamente em vigor, e o Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação na Área de Educação para a Implementação do Programa “Alfabetização Solidária em Moçambique”, de junho de 2001, logo entrando em vigor.

É estabelecido o Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação na Área de Educação para a Implementação do Projeto “Alfabetização Solidária em São Tomé e Príncipe”, em julho de 2001, que vigorou na mesma data, e com a República da Tunísia é celebrado o Programa de Cooperação Cultural para o Período 2001-2004, igualmente de julho de 2001, logo entrando em vigor.

São formulados com a República da Guiné Bissau o Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica na Área da Formação Profissional, para a Implementação do Projeto Centro de Formação Profissional e Promoção Social de Bissau, em julho de 2002, começando a vigorar nessa mesma data e o Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica Celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné Bissau, na Área da Formação Profissional, para a Implementação do Projeto Centro de Formação Profissional e Promoção Social de Bissau, em julho de 2002, ainda não entrando em vigor.

Com a República de Cabo Verde, é celebrado o Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica e Científica na Área de Educação, em junho de 2002, logo entrando em vigor. Com a República de Angola, é formulado o Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica para Apoiar o Desenvolvimento do Programa Nacional “Escola para Todos”, em sua fase emergencial (2002-2015), em agosto de 2002, que começa a vigorar na mesma data.

Com o atual governo Lula da Silva, que começa de 2003<sup>36</sup> até agora, as coisas não têm sido diferentes. Aliás, as relações e cooperações internacionais do mesmo com os países da África foram mais do que nunca fortalecidas, marcadas por medidas pertinentes e ações políticas afirmativas reais, em que um dos assuntos básicos dos acordos diplomáticos é a educação. Cabe lembrar também que o presidente Lula da Silva efetuou viagens consideradas satisfatórias a diversos países do continente africano, inclusive países que há muito não recebiam (em alguns casos acredito até que nunca) a visita do mais alto

---

<sup>36</sup> O primeiro mandato do Presidente Lula foi de 01 de janeiro de 2003 a 01 de janeiro de 2007. O segundo começou em 01 de janeiro de 2007, e terá a mesma duração de quatro anos.

magistrado da nação brasileira.<sup>37</sup> Aproveitando essas ocasiões, o presidente asseverou que o estreitamento das relações Brasil/África se traduz numa “*obrigação política, moral e histórica*”, lembrou publicamente a dívida histórica do Brasil para com a África, bem como sua possível reparação, o que acredito já estar sendo feito. O mesmo pediu perdão aos africanos pelo sofrimento imposto pela escravidão, bem como homenageou a comunidade Tabom de descendentes de escravos brasileiros em Gana.

Novas relações foram retomadas, onde em novembro de 2003 o governo brasileiro estabeleceu especialmente com a Namíbia e São Tomé e Príncipe o Protocolo de Intenções sobre Cooperação Educacional. Essa retomada também acontece com o governo da República de Camarões, onde em maio de 2004 um Memorando de Entendimento na Área Educacional é estabelecido, vigorando nessa mesma data.

Aliás, vale ressaltar que no que concerne à Namíbia e São Tomé e Príncipe, juntamente com Angola e Moçambique, foram os países que, no ano de 2003, mais relações de cooperação mantiveram com o Brasil.

No caso particular da Namíbia podemos realçar, por exemplo, o Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Intercâmbios Técnico, Científico e Cultural entre Instituições de Patrimônio Histórico, em novembro de 2003, logo em vigor.

Com a República Democrática de São Tomé e Príncipe temos, por exemplo, o Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica para Implementação do Projeto “Bolsa-Escola em São Tomé e Príncipe”, em novembro de 2003, logo em vigor; a Emenda ao Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação para

---

<sup>37</sup> No primeiro mandato cinco visitas foram efetuadas ao continente africano. Nesse segundo, ao menos uma viagem já foi feita.

Implementação na Área de Educação do Projeto “Alfabetização Solidária em São Tomé e Príncipe”, em novembro de 2003, em vigor na mesma data.

No caso de Angola podemos apontar os seguintes Atos assinados no plano cultural/educacional, todos em novembro de 2003, também em vigor nessa mesma data, a saber: Memorando de Entendimento ao Amparo do Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica para apoiar o Desenvolvimento do Programa “Escola para todos” em sua fase Emergencial (2004-2007); Fortalecimento da Educação Ambiental em Angola; Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica para a Implementação do Projeto “Fortalecimento da Educação Ambiental em Angola”; Programa de Cooperação Cultural para 2004 a 2006 e a Segunda Emenda ao Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica na Área de Formação Profissional, firmado em 28/04/1999.

Moçambique completaria essa lista dos quatro países que tiveram recorde nas relações com o Brasil no ano de 2003. Dos seus doze Atos assinados, apenas quatro são de âmbito cultural, todos ocorridos em novembro do mesmo ano, entrando em vigor nessa mesma data: o Ajuste Complementar ao Acordo Cultural para a Cooperação no Campo dos Esportes, Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação para Implementação do Projeto “Uso de Tecnologias da Informação e da Comunicação na Educação Presencial e à Distância em Moçambique, Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação para Apoiar o Desenvolvimento do Programa Piloto Nacional de Alfabetização de Moçambique, e Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação na Área de Educação para Implementação do Projeto “Bolsa-Escola”.

É formulada com a África do Sul a Carta de Intenção para a implementação de Acordo de Cooperação Cultural por um período de três anos, em novembro de 2003, que entrou em vigor na mesma data.

Como destaca Desidério (2006: 120-21), no contexto de acordos estratégicos de compromisso com políticas públicas, o governo brasileiro e o governo angolano assinaram em 2004, referente até 2006, um Programa Executivo Cultural, por meio do Ministério da Cultura. Este programa abarca especificamente as áreas de pesquisa e formação de quadros de capacitação e requalificação de pessoal dos níveis técnico e artístico nos campos culturais. Além de enviar recursos humanos para este país com o propósito de atuarem como mediadores para a realização do programa, existe a finalidade particular de gerar uma especialização de nível universitário. Entretanto, enfatiza-se que foi no ano de 2005 que o Brasil teve maior desempenho no que se refere aos acordos bilaterais com Angola.

O governo brasileiro firmou em abril de 2005 um convênio revigorando Acordo celebrado em 1964 com Senegal, com vigência até dezembro de 2008, isso tudo dentro dessa perspectiva de formalização de Acordos de cooperação através de Programa Executivo Cultural. Sem contar o incentivo ao intercâmbio nas diversas áreas de relevância dos dois países, este programa foi instituído com o objetivo de valorizar o patrimônio cultural conjunto de seus povos.

Com a República de Cabo Verde foi celebrado o Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica para apoiar a Implementação do Projeto Fortalecimento e Capacitação Técnica de Recursos Humanos para o Sistema de Formação Profissional de Cabo Verde, em julho de 2004 e em vigor na mesma data; com Moçambique foi formulado o Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Cultural

sobre Cooperação na Área da Comunicação Social, em agosto de 2004, que imediatamente entrou em vigor.

Desidério (2006) observa que nesse contexto da cooperação técnico-científica, englobando Brasil e países da África, foi instituído em julho de 2004 o Programa de Cooperação Temática em Matéria de Ciência e Tecnologia (ProÁfrica) que apresenta como propósito:

Contribuir para a elevação da capacidade científico-tecnológica dos países africanos, por meio do financiamento da mobilidade de cientistas e pesquisadores com atuação em projetos nas áreas selecionadas por sua relevância estratégica e interesse prioritário para a cooperação científico-tecnológica (op. Cit, 121).

O ProÁfrica como ressalta Desidério (2006:122), se traduz num programa multilateral de estratégia regional, direcionado para iniciativas de desenvolvimento de estudos nas ciências humanas e sociais, na preparação de programas e projetos na área de C & T, bem como na promoção de desenvolvimento no campo de recursos hídricos, mineração e petróleo, saúde, com particular ênfase nas doenças tropicais, aquíicultura – zootecnia – e biotecnologia. Destarte, as estratégias são objetivadas por financiamento da mobilidade de especialistas – cientistas e pesquisadores – que operam nesses setores estimulando o desenvolvimento de projetos com um referencial de qualidade na geração do conhecimento científico e tecnológico.

Poderíamos apontar doravante os Atos assinados entre o Brasil e os países do continente africano nesses últimos três anos, ou seja, no ciclo que vai de 2005 até hoje. Nisso aparece o último Ato assinado com a República Árabe do Egito, o Programa Executivo do Acordo Cultural, em maio de 2005 e que entrou em vigor nessa mesma data.

É celebrado com a Guiné Bissau, o Programa de Trabalho em Matéria de Educação Superior e Ciência no Âmbito do Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica, em fevereiro 2007, vigorando nessa mesma data.

Ainda com Cabo Verde, são estabelecidos os seguintes Atos: o Programa de Trabalho em Matéria de Educação Superior e Ciência, em janeiro de 2005, que vigorou na mesma data; o Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica para Apoiar a Implementação da III Fase do Projeto Alfabetização Solidária em Cabo Verde, também em janeiro de 2005, vigorando igualmente na mesma data; o Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto “Apoio à Implementação da Universidade de Cabo Verde e ao Desenvolvimento do Ensino Superior”, em março de 2006, logo em vigor, e o Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto “Escola de todos”, igualmente em março de 2006, em vigor nessa mesma data.

É celebrado com Camarões em abril de 2005, e logo em vigor, o Programa Executivo do Acordo Cultural firmado em Iaoundé, em 1 de Novembro de 1972, relativo ao ensino superior.

Para concluir este histórico de Acordos culturais envolvendo Brasil e os países da África, finalizaremos com as relações mantidas ultimamente entre Brasil e São Tomé e Príncipe, na medida em que podemos constatar o estabelecimento do Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto “Implementação do Programa de Alimentação Escolar em São Tomé e Príncipe”, em março de 2007, vigorando na mesma data, bem como o Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica para a Implementação do Projeto “Formação de Professores em Exercício em São Tomé e Príncipe”, também em março de 2007, em vigor na mesma data.

Entretanto, para além dos Acordos culturais e educacionais que acabamos de ver entre o Brasil e os países africanos, convém deixar claro que diferentes outros Acordos, Protocolos, Memorandos, Adicionais, Convenções, Comunicados, Ajustes, Entendimentos e Relações de uma maneira geral foram estabelecidos entre os dois lados do Atlântico e nos mais diversos âmbitos, como por exemplo, nos domínios comerciais, econômicos, políticos, de cooperação técnica e científica, de dispensa de vistos em passaportes diplomáticos e especiais etc. Podemos dizer que a cooperação Brasil-África “reflete” e “contempla” as necessidades e interesses dos países do Terceiro Mundo, ou seja, são cooperações características dos países do Sul, visando colocar na sua agenda política, questões que lhes dizem respeito, procurando possíveis alternativas para a superação de suas limitações internas e regionais.

### 3.1 Considerações sobre o Capítulo

Pelo histórico de Atos assinados, Acordos celebrados e Memorandos e Ajustes estabelecidos entre o Brasil e os países do continente africano, torna-se evidente que desde o primeiro momento do processo da descolonização da África e, sobretudo, a partir do momento em que esses países adquiriram a sua própria independência nacional, as relações políticas e de cooperação não pararam de crescer entre os dois lados do Atlântico.

Ficou óbvio que o Brasil manteve uma política forte e contínua em relação à África desde os primeiros esboços da política africana do Brasil, como acabamos de ver.

Como argumenta Lechini (2006: 324-325),

“Las relaciones de Brasil con los estados africanos han sido diferentes de aquellas desarrolladas por Argentina, pues Brasil construyó una política africana, con altos y bajos, en el marco de una estrategia global de inserción de Brasil en el mundo.

Aunque en la década del sesenta ambos países comenzaron a diseñar estrategias para los nuevos estados africanos, siendo incluso Argentina la que dio el primer paso, los enfoques mostraron rasgos diferentes a lo largo de los años. Brasil diseñó e implementó un conjunto de acciones políticas y diplomáticas cuyo objetivo era la construcción de una “masa crítica” de cuestiones en común, mientras que Argentina creó una relación espasmódica”.

Independentemente dos governos (civil ou militar) que vigoraram no Brasil, aproximadamente da década de 1960 até hoje, a política africana do Brasil, como acabamos de ver, foi mantida como uma das prioridades do governo brasileiro, exceto no ciclo que se estende de finais da década de 80 (1987) até o ano 2000, em que se registrou uma queda.

Tivemos oportunidade de constatar que com a esmagadora maioria dos países africanos, ou senão quase todos, foi mantido algum tipo de relação ou iniciativa política, particularmente com especial destaque para os países lusófonos, ou seja, ex-colônias portuguesas na África (Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe).

No capítulo que se segue trataremos do(s) desafio(s) da política africana do Brasil, suas estratégias, tensões e limites.

## **Capítulo 4 - “O Estado das Artes” e o(s) Desafio(s) da Política Africana do Brasil**

É importante assinalar que os Tratados de Cooperação unindo o Brasil à África datam já de um longo tempo. Estamos nos referindo aos convênios que tiveram lugar durante a segunda metade do século passado, particularmente depois da Segunda Grande Guerra, ou mais concretamente, a partir da década de 1950/1960 até os dias atuais, onde podemos analisar todo um conjunto de intercâmbios implementados entre o Brasil e os países do continente africano.

Como argumenta Martinière (1980: 44), nos idos anos 60 do século XX, com o término do primeiro ciclo da descolonização, se planejam alguns esboços de aproximação entre as jovens nações da África e os países latino-americanos. Eles serão exitosos, tanto aqui quanto lá. Porém, no geral, apenas com a descolonização portuguesa será obtido um novo impulso ao diálogo entre a África e a América Latina, o qual assume a partir de então uma forma definida. Se se manifestam com brilho no período dos diferentes ciclos da formação dos Estados politicamente autônomos na África, o estabelecimento ou, melhor, restabelecimento das relações entre a América Latina e a África, portanto, é muito mais antigo do que parece.

É no âmbito da tomada de independência da esmagadora maioria de Estados africanos que se originou o lugar destinado à África na política externa do Brasil contemporâneo. Foi durante o governo Jânio Quadros que tal política foi impulsionada e realizada, dando abertura a oito embaixadas na África, de janeiro a julho de 1961, o que se traduz num dos ciclos fundamentais da instauração de relações com a África. Contudo, a queda do governo civil de João Goulart, em 1964, obrigaria o Brasil a terminar

temporariamente a implementação de sua política africana. Retomaria a mesma, em 1972, quando Mário Gibson Barbosa, então chanceler, é enviado em missão especial.

As relações Brasil-África se estendem e se fortalecem depois dessa primeira aproximação. Quando, em 1974, o Brasil desaprova publicamente o *apartheid*, o colonialismo e todos os tipos de segregação racial – declaração conjunta subscrita nesse ano, na cidade do Rio de Janeiro, pelos chanceleres brasileiro e nigeriano - isso fica mais evidente.

Como assinala D'Adesky (1980: 6), o ano de 1974 será também caracterizado pela fala do Presidente Geisel, aconselhando a adoção do pragmatismo ecumênico e responsável, tirando desse modo a política exterior do Brasil da paralisia de todo dogmatismo ideológico. Esta orientação geral que deve possibilitar à economia nacional continuar seu desenvolvimento, ao direcionar para novos mercados, explica o reconhecimento do governo popular da Guiné-Bissau, acontecimento que aumentará a aproximação com a África, do mesmo modo que o reconhecimento dos governos de Angola e Moçambique em 1975.

Para esse propósito, e de acordo com as pesquisas e o levantamento bibliográfico efetuado, achamos pertinente usar informações de órgãos do governo implicados nessa política (o Itamaraty aparece basicamente como o único responsável e mediador de toda essa política do Brasil em direção ao continente africano)<sup>38</sup>, dados de centros de estudos sobre a temática africana; são diversos os centros de estudos nesse sentido, tais como: Centro de Estudos Afro-orientais – CEAO (Bahia, 1959), Instituto Brasileiro de Estudos

---

<sup>38</sup> A falta de interesse relativo da opinião pública em geral pelos assuntos da política externa constitui uma das causas que garante grande autonomia deliberativa ao Ministério das Relações Exteriores. Como mostra Cesar (2002), citada em Amorim (2003) e Lima (2005), um indicador deste desinteresse é a pouca disputa entre as forças partidárias no que tange à pasta de Ministro das Relações Exteriores, corroborando o dito popular que política externa não proporciona votos – das dez nomeações para a chefia do MRE efetuadas entre 1985 e 2003, somente três foram para políticos com filiação partidária.

Afro-asiáticos – IBEEA (Rio de Janeiro, 1961), Centro de Estudos Africanos – CEA (São Paulo, 1968, que antes era Centro de Estudos e Cultura Africana, 1963), Centro de Estudos Afro-asiáticos – CEAA (Rio de Janeiro, 1973)<sup>39</sup>. Também consultaremos revistas e fontes especializadas, bem como autores tidos como consagrados no assunto, dentre eles podemos apontar Rodrigues (1961), Maranhão (1962), Saraiva (1987, 1996), D’Adesky (1980, 1985), Penha (1998), Lechini (2006) et al.

Para Maranhão (1962: 31), é a nova realidade a requerer a reelaboração de políticas. É o intercâmbio entre os países mais pobres, no âmbito político, como síntese para uma ação conjunta mais nítida no campo econômico. É a esperança de, ao lado do aspecto da mera concorrência que tem marcado os estudos das relações Brasil-África, viabilizarem-se outros que proporcionam o entendimento de que ‘não está em nossas mãos, nem tampouco na dos africanos, evitar que a África se torne uma séria concorrente, mas está em nosso poder estabelecer com ela relações econômicas e políticas mutuamente úteis, capazes de, ademais, evitar que a concorrência assuma formas hostis e perigosas, mutuamente perigosas, somente benéficas para aqueles que desejam aproveitar da nossa fraqueza e da sua fraqueza, do nosso e do seu atraso, como já frisou perfeitamente o economista Ignácio Rangel.

Em sentido amplo, o fortalecimento das relações econômicas Brasil-restaurantes países do Sul, impulsiona o seu próprio progresso econômico. Essa assertiva se dá mais na cooperação com a África, para dificultar políticas catastróficas de concorrência.

Por outro lado, é conveniente que o Brasil tome medida no que toca aos novos esquemas europeus, que os africanos não hesitaram em chamar neocolonialismo, e que se

---

<sup>39</sup> Lechini, Gladys. *Argentina y África en el espejo de Brasil. ¿Política por impulsos o construcción de una política exterior?*, p. 106, nota de rodapé.

vêm aplicando, da forma mais crua e natural, contra os corretos desejos dos povos subdesenvolvidos (MARANHÃO, 1962: 32).

De somente um suposto concorrente brasileiro nos mercados internacionais, a África passou a ser um mercado auspicioso para os produtos manufaturados do Brasil.

É nessa perspectiva que José Honório Rodrigues se torna referência, pela sua procura em termos de justificativas civilizacionais, e não meramente economicista ou diplomática, para conhecer a política africana do Brasil.

A vontade brasileira de aproximar-se da África ficou clara com a sua participação financeira nos fundos africanos de desenvolvimento, a permissão como observador na Organização da Unidade Africana (OUA), hoje União Africana (UA), e a quantidade de embaixadas no continente africano, com dezoito embaixadores residentes. Esta disposição é ultimamente também mais expressiva, quando nos encontros internacionais, o Brasil se posiciona mais próximo das perspectivas africanas.

Para D'Adesky (1980: 7), o Itamaraty que, dentro do quadro de seus propósitos de política internacional, considera a África como sua segunda prioridade depois da América Latina, percebeu essa convergência de interesses. Logo, não deixou de sugerir, por intermédio do então Ministro das Relações Exteriores, Saraiva Guerreiro, durante a 34ª Sessão de Trabalho da Assembléia Geral das Nações Unidas, em setembro de 1979, aos africanos, seus “vizinhos do leste”, com os quais o Brasil se sente especialmente ligado, a implementação conjunta de novos padrões de cooperação econômica e técnica, bem como a busca de respostas comuns para superar os desafios do desenvolvimento e da emancipação, baseando-se na confiança e no respeito recíproco.

Valores em confronto, silêncios deliberados e retóricas culturalistas criaram vitalidade muito peculiar ao *rapprochement* do Brasil ao continente africano. O discurso

que embalou as relações materiais entre os dois lados, na fase mais recente, zelou pela reconstrução do passado, particularmente das ligações históricas e culturais que começaram no séc. XVI entre o Brasil e a África (SARAIVA, 1996: 12).

Saraiva destaca ainda que nos idos anos 1950 e no começo dos anos 1960 já se notam, com evidência, as novas tendências atlânticas da política externa brasileira. As adaptações e operações que a política externa precisou fazer nesta fase foram frisantes para a elaboração de uma verdadeira política africana do Brasil. O novo cenário internacional, que realçava a presença dos novos Estados independentes da África, requeria uma posição menos duvidosa, por parte do Brasil, atinente ao lugar da África (op. cit., p. 16).

Do mesmo modo, a África, até 1975 muito mais direcionada para a Europa com a “Eurafrica”, começa a demonstrar um interesse político real em relação à América Latina em geral e ao Brasil em especial, como uma das saídas à costumeira opção pelos países desenvolvidos. Não podemos esquecer quanto a este tema que a África e a Ásia já se encontram próximos e solidários politicamente pela tradição do afro-asiatismo, em que a Conferência de Bandung, em 1955, e da Argélia, 1965, seriam os importantes momentos desse movimento bicontinental de independência e anticolonialismo (D’Adesky, 1980: 7).

O que evidentemente mostra que a África ficou ciente desta confluência de interesses e que deseja manter relações mais estreitas e mais fortes não somente com o Brasil, mas, outrossim, com outros países do Terceiro Mundo, se encontra nas muitas missões africanas que chegam a Brasília desde 1975, com o intuito de variar suas relações externas e tentar pôr cobro à dependência econômica e comercial mantida ainda com as antigas potências coloniais.

Como segue pontuando D’Adesky (1980:8), no contexto do Terceiro Mundo, lembremos que sob o impulso do movimento dos não-alinhados, favorável a uma estratégia

de autonomia coletiva (*collective self-reliance*), aconteceram três grandes conferências em 1976, a propósito de cooperação entre países em desenvolvimento. A primeira – de 26.01 a 07.02 -, com a realização em Manila da III Reunião Ministerial do Grupo dos 77. A esta reunião deu prosseguimento a V Conferência dos Chefes de Estado dos Países Não-Alinhados, em Colombo, de 16 a 19 de agosto, durante a qual foi implementado um programa de ação para cooperação econômica dos países não-alinhados. Por fim, de 13 a 22 de setembro, no México, teve lugar a conferência do Grupo dos 77 concernente à cooperação econômica dos países em desenvolvimento, que aprovou um programa pormenorizado sobre esta cooperação.

Podemos concluir argumentando que a conjuntura política daquele momento favorecia grandemente o desenvolvimento da política externa brasileira focalizada no continente africano. Não resta dúvida de que o Brasil teria que aproveitar essa fase ímpar e implementar uma concreta e efetiva política externa que de fato contemplasse a África.

#### 4.1 Estratégias da Política Africana do Brasil

Distintas em suas marcas desiguais, Saraiva (1996), divide em cinco fases a história das relações Brasil/África.

O primeiro ciclo decorre do século XVI aos limiares do século XIX, correspondendo ao período colonial brasileiro. As relações Brasil/África, alicerçadas no regime escravocrata e no tráfico negreiro atlântico, alargaram-se rumo a outras modalidades comerciais e englobaram troca de idéias e experiências político-institucionais. O Atlântico foi atravessado por construções civilizacionais para se fixarem

em portos e urbes. Diversos vínculos definiram-se, do cultivo de técnicas e plantas até a instituição da língua portuguesa.

O 2º ciclo começa com a independência do Brasil e se estende ao longo do séc. XIX. Neste mesmo século, após a celebração do Tratado de Reconhecimento da Independência do Brasil celebrado por Portugal em 1826, relativo silêncio se fez entre os dois lados do Atlântico, uma vez que o Brasil não podia, pela cláusula terceira do Tratado, admitir qualquer posição direta de administração dos territórios portugueses na África (SARAIVA, 1996: 15).

Contrária às vinculações político-intelectuais que se estabeleceram entre a África Atlântica e o Brasil, se traduzia numa duradoura fase silenciosa, erguida no âmbito de afirmação do novo Estado soberano. O requisito prévio para o reconhecimento do nascente Estado tropical era a cisão desses vínculos privilegiados. Era na verdade a primeira escolha óbvia de exclusão da África pelas elites.

O Brasil fortaleceu o afastamento da África depois da abolição do tráfico negreiro atlântico e a intensificação do processo de entrada européia no continente africano. Os EUA, a América Latina e a própria Europa passaram a lhe interessar. Até os anos 1940 e 1950, o Brasil manteve esse tipo de relações com a África.

A 3ª fase teve lugar na 2ª metade da década de 1940, que corresponde à retomada crescente das ligações Brasil-África. Apareceram novas condições que impulsionaram a reconsideração das relações diretas Brasil-África, como o declínio do colonialismo na África, o surgimento do nacionalismo neste continente e os novos desenvolvimentos da história do Brasil pós-guerra, sem contar sua relação com o centro de aliança ocidental.

De janeiro de 1961 a meados da década 1980 localiza-se o 4º período, onde a pertinência atlântica da política exterior brasileira é redimensionada. Ao invés do que

muitos pensavam, esse ciclo não foi de distanciamento Brasil/África, mesmo após o golpe de 1964, pois, econômica e politicamente, foi muito dinâmica e efervescente a aproximação brasileira com a África.

Cooperações políticas, transações comerciais, aplicações de capitais e tecnologias atravessaram o Atlântico rumo à África e vice-versa. Engendrava-se no Atlântico, uma nova instituição de cooperação que significou, ao mesmo tempo, a exclusão da idéia de militarização do Atlântico. Em operação cuidadosa da diplomacia brasileira e que inclui alguns países afro-atlânticos como Nigéria e Angola, desmoronou-se a operação da África do Sul e da Argentina de engendramento de uma OTAN no Sul. O esboço da Organização do Tratado do Atlântico Sul (OTAS) não teve êxito e possibilitou à iniciativa brasileira transformar o Atlântico afro-brasileiro num espaço de amizade e associação (ZOPACAS) na metade dos anos 1980. Era o auge da dimensão atlântica da política externa brasileira (SARAIVA, 1996: 17).

O 5º e derradeiro ciclo vai desse apogeu (metade dos anos 1980) até meados dos anos 1990, que é caracterizado pela diminuição do interesse brasileiro na África. Os princípios básicos foram mantidos, mas sem o interesse dos anos 1960, sobretudo 1970 e parte da década 1980, porque deformado e sem assunto.

Com isso o Brasil virou sua atenção para os pólos desenvolvidos de produção capitalista, passando deste modo a selecionar rigorosamente suas escolhas na África. À semelhança do ocorrido depois da Segunda Grande Guerra, nos anos 1990, reapareceu o interesse pela África do Sul.

Entretanto, a despeito das chances desperdiçadas e das decepções acumuladas, os vínculos Brasil-África ainda continuam. O Atlântico merece ser mais estudado e melhor conhecido, a fim de conhecermos sua qualidade e capacidade.

Existe potencial consenso a respeito do renascimento do interesse oficial do Brasil pela África como um acontecimento da década de 1960, mais concretamente nos governos Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964). Argumenta-se que o cenário das independências políticas da África Negra, que começou em 1957 com a independência de Gana, somente se projetou nas percepções brasileiras a respeito da África no começo da década de 1960. Deste modo, o ciclo da denominada “política externa independente” (1961-1964) teria sido, ao mesmo tempo, a etapa da redescoberta da África e do engendramento da política africana do Brasil (SARAIVA, 1996:21).

Porém, tal não é verdade. É no âmbito do imediato pós-Segunda Guerra Mundial que teve lugar o redescobrimto da África como campo relevante para a enunciação da política externa do Brasil. O começo da década de 1960 correspondeu, sem dúvida, ao período da geração da política africana, embora muito receosa e pouco segura a respeito do seu sentido.

No Brasil do final do Estado Novo e, mais concretamente, no período Dutra já podem verificar as origens da ruptura do silêncio nas relações Brasil-África, que na verdade é uma herança do séc. XIX. Uma política africana não era viável, até porque a África de então se encontrava sob o regime colonial; mas mesmo assim, na agenda da política externa brasileira, ela era parte de alguma relevância.

Como pontua Saraiva (1996), os primeiros elementos da política externa brasileira para a África foram esboçados no interior das novas instituições dos gestores do Estado, da diplomacia e dos homens de comércio e do setor financeiro no que concerne às questões como o financiamento internacional para o desenvolvimento da América Latina e da África, o concurso opondo produtos primários africanos aos brasileiros no mercado internacional, a expectativa da parceria brasileira com a África do Sul no âmbito do

Atlântico, as relações privilegiadas com Portugal, a enunciação da comunidade Luso-Brasileira e os primeiros corolários do sistema de descolonização da África sobre os interesses brasileiros na região do Atlântico (op. cit., p. 22).

Durante as décadas de 1940 e 1950, com especial ênfase para o ciclo posterior à Conferência de Bandung<sup>40</sup> (1955) e da presença do Brasil como observador naquele encontro, constata-se o surgimento gradual da África como um conteúdo relativamente útil para os elaboradores e executores da política externa brasileira.

O interesse que começara a surgir pela África fez com que nas alusões às ligações culturais e históricas que tinham vinculado o Brasil à África, afluísse o discernimento dos diplomatas e gestores do Estado brasileiro. É na constituição da sociedade brasileira e na sua “dívida” para com a África, que proveu os “braços” da formação econômica do Brasil, que se remontava a importância simbólica.

No argumento de Saraiva (1996: 23), esse discurso, de cunho culturalista, que irá se desenvolver mais coerentemente nas recentes décadas de 1960 e 1970, conviveu com outro, ora incompatível ora harmônico, que realçava os vínculos afetivos que uniam brasileiros aos portugueses e suas “províncias de ultramar”. A pertinência simbólica desses discursos é interessante para o entendimento de ações e deliberações, para a justificação de certas opções e cálculos estratégicos.

Desde 1943, como ministro das Relações Exteriores de Vargas, Oswaldo Aranha tinha delineado as finalidades da política externa brasileira para os “próximos trinta

---

<sup>40</sup> Teve lugar na Indonésia, de 18 a 24 de abril de 1955, onde os líderes de vinte e nove Estados asiáticos e africanos – Afeganistão, Arábia Saudita, Birmânia (atual Mianmar), Camboja, Ceilão (atual Sri Lanka), China (República Popular), Costa do Ouro (atual Gana), Egito, Etiópia, Filipinas, Índia, Indonésia, Irã, Iraque, Japão, Jordânia, Laos, Líbano, Libéria, Líbia, Nepal, Paquistão, Síria, Sudão, Tailândia, Turquia, Vietnã (República Democrática – Norte), Vietnã (República do Sul), e Iêmen, totalizando uma população de 1,350 bilhões de habitantes. Motivar a cooperação econômica e cultural afro-asiática era o propósito, como modo de se opor ao que era visto como colonialismo ou neocolonialismo dos Estados Unidos da América, da União Soviética ou de outra nação imperialista.

anos”. A maioria desses objetivos tangia ao financiamento do desenvolvimento industrial do Brasil e à tentativa de dominar a América do Sul, bem como esboçar determinado avizinhamo à África através de Portugal. Aumentar o domínio brasileiro sobre as “colônias portuguesas” no continente africano se traduzia num dos propósitos de Aranha.

Se repararmos, a política externa proposta por Aranha, nesse período do imediato pós-guerra, se assim quisermos entender, ia de fato ao encontro dos interesses e intuídos das elites governantes que queriam mais poder e desenvolvimento econômico para o Brasil. Só que isso não foi tarefa fácil e muito menos possível, dado que para tal, o Brasil teria de ser contemplado pelo Plano Marshall, que pelo seu turno priorizava a reconstrução e fortalecimento do capitalismo europeu e asiático, pelo fato de a Ásia e a Europa se encontrarem no limite natural do capitalismo ocidental e também sob um risco maior de contaminação comunista, o que não era o caso do Brasil.

Perante esse cenário nefasto ao desenvolvimento industrial do Brasil, a África, que na verdade não constituía a primeira alternativa brasileira, começou a soerguer, embora lentamente, como campo de ação para determinados movimentos da política exterior do Brasil, visando financiamento para o desenvolvimento. É nas posições e votos do Brasil nas Nações Unidas que podemos observar, na prática, o lugar da África. Era nas Nações Unidas que o Brasil encontrava seu lugar predileto para entender a África e o espaço certo para averiguar informações no que toca às potencialidades a serem descobertas nas relações atlânticas.

Como destaca Saraiva (1996), a África constituía lugar de manobra para outros propósitos, como o da negociação do Brasil por assento permanente no Conselho de Segurança – finalidade que já vinha se projetando no final do governo Vargas. Apesar de não concretizar esses intentos, o Brasil foi escolhido membro não-permanente desse

conselho ainda em 1946, com um extenso auxílio das potências coloniais. A eleição de Oswaldo Aranha para a presidência da segunda Assembléia-Geral das Nações Unidas, em 1947, igualmente mostra esse tipo de articulação brasileira (op. Cit, p. 28).

Em vista disto, é como uma estação de manobra para vantagens da inserção internacional do Brasil e sua asseveração no âmbito do pós-guerra que a África vai se incluindo progressivamente.

De salientar que a política externa brasileira apresentou um excelente desempenho na segunda metade da década de 1950. A nova lógica da Guerra Fria, que ocasionava oportunidades para pactos de desenvolvimento, foi interiorizada por essa política. Aliás, a mudança dos rumos ficou patente com a visita de Khruchtchev aos Estados Unidos em 1959.

No ângulo das regiões periféricas, a Conferência de Bandung proporcionou ânimo aos nacionalismos independentistas africanos e asiáticos. As lutas pela libertação dos povos colonizados ofereciam alguns espaços internacionais para países que procuravam determinada autonomia nas suas posições entre as superpotências. E a moderação da Guerra Fria trouxe a esperança de um novo ângulo para as relações internacionais que não o Leste-Oeste (Id, p. 35).

#### 4.2 Tensões e Limites da Política Africana Brasileira

Desnecessário dizer que nem tudo numa relação política se encontra imune aos contratempos e limitações de diferentes ordens. Nesse caso específico da política africana do Brasil, também podemos nos deparar com alguns empecilhos, tanto de natureza interna como internacional. Ou seja, na relação Brasil-África podemos verificar que o

Brasil muitas vezes experimentou alguns impasses nem sempre esperados logo de antemão.

Como assinala Saraiva (1996: 30-31), a década de 1950 foi decisiva para a África. Todos os elementos da crise que se patenteara desde os primeiros anos depois da Segunda Grande Guerra atingiram seu ponto culminante. As lutas nacionalistas pela independência começavam a produzir resultados alvissareiros para as hostes libertárias em diversos lugares do mundo. À semelhança da Ásia, na África os movimentos de emancipação não eram tema menor no contexto internacional. Foram matéria de inquietação e ação das potências coloniais, das Nações Unidas e das potências mundiais.

É por mudanças perceptíveis que a referida década foi caracterizada também no Brasil. O número de atores da sociedade e da vida política foi aumentado pela aceleração do sistema de modernização industrial e de urbanização sem limites. Novos componentes para o gerenciamento das relações internacionais do Brasil foram trazidos por camadas de empresários, proletariados e a emergente classe média urbana.

Contudo, Vargas entendia que o lugar reservado à África era aquele que se destinava às áreas mais atrasadas, que requeriam progresso como medida salutar para a “expansão do comércio mundial”. Apesar dessa declaração de Vargas, o Brasil não defendia o processo de descolonização africana. Mas como desenvolver sob o império colonial? Isso soa no mínimo contraditório e, até certo ponto, perverso.

As posições do Brasil nas Nações Unidas demonstrariam, contudo, novas percepções e novas informações a respeito da África e que se convertiam em discussões e instruções de votos melhor elaborados que aqueles do governo Dutra. Nos debates sobre os territórios não-autônomos as posições brasileiras foram de incentivo aos interesses dos povos da África nos assuntos que lhes diziam respeito. O embaixador Muniz Aragão

chegara a dizer, nas Nações Unidas, que o interesse econômico do Brasil seria mais bem delineado, nos encontros internacionais, com a libertação dos territórios dependentes (SARAIVA, 1996, p. 32).

A guinada do segundo governo Vargas, no que concerne à possibilidade de levar a cabo uma política exterior própria para o continente africano, já é assinalada no próprio relatório do Itamaraty, de 1952. A necessidade de respeitar os direitos e interesses dos povos da África era o assunto a que se referia o texto oficial. É melhorando as condições de vida dos seus povos que o rápido desenvolvimento econômico africano ocorreria, sublinhava o Ministério das Relações Exteriores.

Nisso havia duas questões: por um lado, o Brasil queria deixar patente que não lhe interessava o progresso da África assente sobre a colonização; por outro lado, que o progresso do Brasil não teria lugar se também não fosse pertinente o desenvolvimento de outros países subdesenvolvidos.

Por isso o Brasil determinou, naquele instante, a participação dos delegados dos territórios colonizados no Comitê de Informação, que estava encarregado de examinar os relatórios a respeito de tais territórios. Seriam esses os primeiros passos para a complicada construção da política africana do Brasil (Id, p. 33).

Como bem argumenta Saraiva (1996: 33-34), neste momento não era suficiente acompanhar as determinações das potências coloniais, como fizera no governo Dutra. Era necessário ter uma percepção própria do interesse brasileiro na região atlântica. E Vargas conseguiu ser menos maniqueísta que na época da Guerra Fria. De um ponto de vista bem mais realista, e de proteção do “interesse da nação”, Vargas encetou, de certa forma, a inclinação que viria imperar a inserção internacional do Brasil durante as décadas recentes: a procura de um espaço específico no sistema internacional para assegurar o

desenvolvimento nacionalista, reforçado em forte sentido pragmático conveniente para enfrentar o jogo das forças então reinantes e das demais políticas estatais no contexto internacional.

Como acabamos de citar, nem sempre foi tarefa fácil esboçar uma política do Brasil em direção ao continente africano. Isso parece assumir diversos tons e contornos conforme as políticas ou prioridades de cada governante. Para Kubitschek, por exemplo, o valor político da África era nulo. Sem depender da condição de vencer ou não o colonialismo, a importância crucial era com as relações econômicas que se desenvolviam entre a Europa e a África. Todos os registros referentes às posições do Brasil na constituição do Bloco Econômico Europeu e a respeito das observações do Brasil sobre o Tratado de Paris de 1957, deixam patente esse modo de ver a África.

Como ressalta Saraiva (1996),

Para o Brasil, a formação de um mercado europeu que implicasse a associação das economias africana e europeia, por regras preferenciais de comércio, poderia afetar o projeto de desenvolvimento brasileiro pelo cerceamento à colocação do produto brasileiro na Europa. As exportações brasileiras de café, cacau e algodão, que eram os principais produtos de exportação do país, poderiam ser ameaçadas pela concorrência, entendida pelos diplomatas como “desleal”, do fornecimento africano para a Europa (op. Cit, p. 38).

Enfim, é o mesmo receio do governo Dutra que reaparecia na era de Juscelino Kubitschek.

Não era cômoda para os arquitetos da política externa do Brasil de então a questão africana. Podemos encontrar na parte da documentação parlamentar da época, essa suspeição do continente africano, provocadas pelos vínculos próprios com as metrópoles ou ex-potências coloniais. Por considerarem os produtos primários da África mais atraentes no mercado internacional, diversos debates ocorreram no que tange aos

problemas de imunidade das tarifas do comércio para os produtos africanos na Europa e o baixo ordenado da força de trabalho na África.

Na política externa brasileira de Kubitschek, o lugar do continente africano era, por conseguinte, a dimensão econômica. Precisamente pelo concurso que se desenvolvia em volta dos produtos primários, não podemos afirmar, contudo, que tivesse interesse econômico direto, em termos de cooperação comercial. Apenas 0,5% do total das importações do Brasil eram procedentes da África, enquanto que as exportações do mesmo à África dificilmente atingiam 1,5% de suas exportações, isso segundo os registros do comércio direto envolvendo os dois.

O governo Kubitschek, não obstante ter mantido *low profile* no que concerne à dimensão política das revoluções africanas e às libertações africanas, aceitou debatê-las em nível doméstico. Porém, a tônica era a economia. Torna-se elucidativo o surgimento da Comissão Econômica da África, a correspondente à CEPAL para a África. O Brasil até chegou a preconizar, nas Nações Unidas, a constituição de um organismo internacional particularmente destinado a cuidar dos assuntos econômicos da África (SARAIWA, 1996, pp. 40-41).

Tanto nas discussões como na própria preparação do projeto da Comissão Econômica para a África, o Brasil teve participação ativa. Com o intuito de garantir a aceitação da resolução na Assembléia Geral das Nações Unidas, o Brasil administrou outras representações na ONU, o que conseguiu com muita vantagem.

A delegação do Brasil na Assembléia Geral da ONU em 1957, foi liderada por Oswaldo Aranha que demonstrou a perspectiva brasileira em prol da instituição da Comissão Econômica para o continente africano. O Ministério das Relações Exteriores

entendia que a maneira mais correta de minimizar as disparidades resultantes de relações privilegiadas entre o Bloco Econômico Europeu e a África era essa.

Todavia, o Brasil continuava com as mesmas percepções que tinha logo após a Segunda Guerra no que toca à situação da África do Sul. Apesar de já ter sido interpelado internacionalmente sobre a questão da discriminação racial na África do Sul, o Brasil continuava negligente não apresentando cabal posicionamento oficial a respeito.

Do que expomos até agora, e que continuamos mostrando, fica claro as tensões e as controvérsias que fizeram parte da política africana do Brasil.

Como destaca Saraiva (1996: 42), no que se refere às possessões portuguesas na África e apesar da efervescência independentista que os derradeiros anos de governo Kubitschek assistiram em Angola e Moçambique, o silêncio se traduzia na característica da política oficial do Brasil. Na XV Assembleia-Geral da ONU, em 1960, o Brasil votou, ao mesmo tempo, em prol da Resolução 1514 (a famosa Resolução para a Garantia da Independência dos Povos e Países Coloniais) e contra outra resolução que exigia de Portugal ações no sentido de enviar informações a respeito de suas possessões no continente africano.

O Brasil concordava com Portugal na suposição de que Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe eram partes do território português. De acordo com os próprios diplomatas brasileiros, a querela diplomática de Portugal dispunha de total colaboração do Brasil.

No entanto, o Brasil não contava com um consenso a respeito dessas suas posturas. Para levar a cabo uma política africana mais ousada, vozes discordantes fizeram eco, muitas vezes comovidas com brado. Elas vinham sobretudo de intelectuais e certos diplomatas brasileiros com interesse na política exterior brasileira. Eles entendiam que

somente com um ataque mais enérgico ao sistema colonial, particularmente nas possessões de Portugal, se podia apressar a emancipação da África e encontrar novos mercados de que o Brasil precisava. José Honório Rodrigues que vimos anteriormente encontrava-se dentre muitas dessas vozes realistas e progressistas de uma verdadeira política africana do Brasil.

Apesar de algumas dessas vozes gozarem de certas atribuições e prerrogativas na escala do poder, não conseguiram de fato alavancar e viabilizar uma política brasileira em relação à África.

Oswaldo Aranha era outra voz que criticava a acanhada diplomacia brasileira em relação à África, bem como sua inserção internacional. Ele reclamava um novo exame da própria orientação internacional que Kubitschek e o Itamaraty disponibilizavam às posições brasileiras nos encontros internacionais e nas relações bilaterais, mais do que a asseveração de uma nova política para a África, independente do jugo colonial.

Como assinala Martinière (1980: 49), da parte brasileira, a política africana dos anos 60 aparece como um elemento revelador de muitas contradições. A cisão gerada pelo golpe militar de 1964 quer dizer a suspensão de uma política terceiro-mundista vocacionada para a África descolonizada, iniciada pelo presidente Jânio Quadros e prosseguida pelo presidente João Goulart. Mesmo assim, contudo, Brasília nunca houvera questionado, em qualquer movimento, sua adesão fundamental ao mundo livre. O golpe de Estado levou a um desenvolvimento de relações de prestígio com o bloco ocidental da África Austral e à desistência de todo o diálogo com a África, suspeita de não aceitar a influência do ocidente.

Vale dizer que esta primeira política africana (que só se viabilizou graças à tomada de consciência da negritude do Brasil, entre 1950 e 1960), sustentou-se a partir de 1962,

na altura em que o país começava a experimentar os corolários de uma crise econômica profunda, e iria se encontrar, dois anos depois, rejeitada como elemento de perturbação (MARTINIÈRE, 1980, p. 49).

Foi obra do presidente Jânio Quadros a descoberta política da África. Sua permanência no poder, de curta duração (de 31-01 a 25-08-61), não o impediu de libertar a política exterior brasileira do domínio inter-americano, no qual se sobressaía Juscelino Kubitschek, ao considerar as jovens nações independentes da África como parceiros revelantes para sua diplomacia. Tal política africana, contudo, foi marcada por contradições, mais ou menos assumidas. Personagem invulgar, Jânio Quadros certamente ficou impressionado com a irrupção na cena política, em 1960, das nações africanas de expressão francesa. O excepcional impulso do Movimento dos Países Não-Alinhados e o aparecimento em massa dos Estados Africanos que concretizavam o declínio dos impérios coloniais inglês e francês, permitiram-lhe dar à política externa brasileira uma excepcional dimensão mundial (Idem, p. 50).

En marzo de 1961, Jânio Cuadros, en el marco de la llamada “Política externa independiente”, formuló la política africana de Brasil en su mensaje al Congreso Nacional. La colocó en manos de Itamaraty y creó la División África, incorporando en los informes del Ministerio un capítulo para los asuntos africanos. La nueva unidad administrativa incluiría a los diplomáticos brasileños involucrados em los asuntos africanos en las Naciones Unidas durante la década del cincuenta. A pesar del corto gobierno de Quadros, por primera vez surgió una estrategia política global para África. Fue él “sin duda, el responsable por el establecimiento de um nuevo perfil en las relaciones diplomáticas con África” (Mourão-Oliveira 2000: 313 apud Lechini, 2006: 108-109) que incluyó la apertura de embajadas em Accra (Ghana), Lagos (Nigeria), Nairobi (Kenia) y Dakar (Senegal).

Com o presidente João Goulart, ele tentou implementar um primeiro diálogo Sul-Sul, em favor de sua política africana. Contudo, seu objetivo encontrava-se num âmbito maior: com o intuito de reforçar a própria vitalidade da economia brasileira, possibilitar ao Brasil dispor de uma função de destaque na reconstrução da economia, agora independente, destas jovens nações africanas que acabavam de obter sua soberania, ingerindo se preciso for, nos circuitos comerciais que esses países mantinham por muito tempo com a Europa.

Contudo, tanto os presidentes Jânio Quadros como João Goulart encontraram complicadas restrições na promoção de suas políticas em direção à África, originadas da pouca permissão de um sistema internacional condicionado pelo conflito Leste-Oeste, e da própria dimensão doméstica da nova política exterior.

Os militares que apresentavam determinada oposição ao novo direcionamento da política externa brasileira, puderam desenvolver suas idéias com o golpe militar de Humberto Castelo Branco - 1964-1967, política de alinhamento imediato com os Estados Unidos. Por enquanto, os militares ligados à Escola Superior de Guerra passaram a ter mais importância que o Ministério das Relações Exteriores, que passou a ter, nesta fase, uma linha dominante de diplomáticos vinculados ao projeto liberal e com um excesso de ocidentalismo. Evidentemente que existiam outros diplomáticos que simpatizavam com a Divisão de África e com a Divisão de Cooperação Comercial, optando por uma leitura mais pragmática e menos ideológica do espaço destinado à África no âmbito da política externa brasileira, enviando deste modo as primeiras missões exploratórias aos novos estados africanos.

Não obstante, esta via “ocidentalista” não iria perdurar. Com o presidente Arthur Costa e Silva, 1967/1969, o Itamaraty tornou-se o condutor dos propósitos da diplomacia de prosperidade e a política africana foi definida novamente. Em outubro de 1967, a Divisão de África, que se associava à Subsecretaria Geral para Europa Oriental, foi inserida na nova Subsecretaria de África e Oriente Próximo. O governo de Costa e Silva foi a transição desde a ausência de convicções até novas certezas que moldaram a política externa brasileira durante a década de 1970. Nesta perspectiva se manteve o vínculo diplomático com as jovens nações africanas, aumentando a presença brasileira com a abertura de embaixadas em Abidjan (Costa do Marfim) e Kinshasa (República Democrática do Congo).

Lechini (2006: 109-110), destaca que

Con Emilio Garrastazu Médici (1969-1974, diplomacia del interes nacional) se redefinió el concepto de seguridad nacional para dar énfasis al de interés nacional. Paralelamente comenzó a declinar la percepción geopolítica del Atlántico y se

redimensionó la política africana, manteniéndose la influencia brasileña a través del comercio. Los académicos que analizaron el período coinciden en que no había consenso sobre el rol de África en las definiciones estratégicas, en el marco de disputas intra-burocráticas. Para el poderoso ministro de Hacienda, Delfim Netto, el área natural de cooperación debía ser Sudáfrica. Asimismo, había que reforzar los acuerdos con Portugal, para a través de ellos poder acceder a las colonias portuguesas en África y al mercado europeo. Para el ministro de Relaciones Exteriores, Gibson Barboza, la política exterior debía considerar la inclusión gradual de los países de África Negra, sin negar la importancia estratégica de las relaciones con Sudáfrica. Para poner a prueba su posición, Barboza presidió en 1972 la primera misión que visitó varios países africanos de la costa occidental, constituyéndose en fundacional para el posterior desarrollo de la política africana. (...)

De uma maneira geral, tanto Médici como seu sucessor Geisel mantiveram uma política exterior destinada a diminuir o nível de dependência brasileira através de uma nova definição de sua função internacional e da variação de suas relações externas, sem fronteiras ideológicas. Cada vez mais resiliente e mais pragmática era essa política externa. Por enquanto, o pragmatismo estabelecido conceitualmente com Ernesto Geisel – 1974/1979, pragmatismo ecumênico e responsável -, se tornou um dispositivo para a ação externa do Brasil. No Ministério das Relações Exteriores, o engajamento de Ítalo Zappa, chefe do Departamento de África, Ásia e Oceania, favoreceu o surgimento deste novo momento emblemático na política africana de Brasil, em que o apogeu foi o estabelecimento de uma posição perante a libertação das possessões portuguesas.

No que toca à presidência de Ernesto Geisel, podemos constatar que dez anos de excelentes relações com os países africanos tiveram lugar. Como pontua Mourão y Oliveira (2000: 326-327) apud Lechini (2006: 112),

Su política exterior ‘se sitúa como un momento de un proceso en el que se dio la inserción definitiva de Brasil en el África Austral’. Para entonces la fase de aprendizaje en las relaciones con los países africanos estaba ya superada. Itamaraty pasaba a contar con una masa crítica conectora de los asuntos africanos, y la sociedad pasó a tener relativamente más interés por los asuntos africanos, hecho que favoreció el aumento de los flujos comerciales, principalmente con Angola.

Neste ciclo de numerosos contatos, a densidade dos vínculos políticos-diplomáticos se viu refletida na abertura de novas embaixadas, no alto nível de visitas e das missões enviadas por intermédio do Atlântico e na realização de acordos bilaterais de cooperação comercial e técnica; por seu turno, incrementaram as rotas do comércio no Atlântico e as aplicações nos projetos de desenvolvimento.

Resultado dos princípios fundamentais do “universalismo” levado a cabo pelo chanceler Saraiva Guerreiro, ainda com o presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979-1985) se manteve o realce na política de aproximação à África. Com as concepções de dupla inserção no Ocidente e no Terceiro Mundo através da cooperação Sul-Sul, a idéia subjacente era somar estratégias e não eliminar campos opostos. O presidente deixou explícita a sua postura na mensagem enviada ao Congresso Nacional em 1980: *“En lo concerniente al continente africano, cuyos pueblos tienen con los brasileños tantas y tan importantes afinidades, se está abriendo una nueva etapa de nuestras vinculaciones... Ahora, debemos rápidamente operacionalizar nuestras relaciones”* (Ministério de Relaciones Exteriores, 1980: 4 apud Lechini, 2006: 113).

Como estabelece o próprio Saraiva Guerreiro (1992: 191) apud Lechini (2006: 113), *“en el gobierno de Figueiredo, continuamos y expandimos las relaciones con ese continente y creo que hemos disipado las últimas desconfianzas”*. Destarte, o então chefe do Departamento de África, Ásia e Oceania de Itamaraty defendeu a idéia de que *“sería a través de su acción en África, más que en América Latina, que Brasil podría ‘cambiar de nivel’ en la jerarquía del poder mundial* (PEREIRA, 1985: 83 apud LECHINI, 2006: 113).

Convém mostrar as visitas efetuadas à África tanto pelo Ministro das Relações Exteriores, Saraiva Guerreiro, como pelo presidente João Figueiredo. O primeiro, visitou em 1980 os países da “Linha de Frente”, Nigéria e Senegal em 1981, Costa de Marfim,

Gabão e Guiné-Bissau em 1983, e em 1984, Congo e Zaire. Já no caso do presidente, este seria o primeiro, não apenas do Brasil, mas da América do Sul, a visitar o continente africano. Esta visita decorreu de 14 a 21 de novembro de 1983, contemplando tanto os países lusófonos como os francófonos e anglófonos, traduzindo-se no melhor garante de interesse brasileiro nos países africanos e um momento muito elevado na construção da política africana.

Os países da África igualmente demonstraram seus interesses mútuos nessa política, na medida em que nesta mesma fase muitos foram os chanceleres e chefes de Estados africanos que visitaram o Brasil. Para termos idéia, no final do governo Figueiredo, o Brasil já estabelecia relações diplomáticas com 43 dos 52 países africanos, com 21 embaixadas residentes no mesmo continente, ao passo que em Brasília, 13 países da África já haviam estabelecido suas embaixadas.

Já na presidência José Sarney – 1985/1990, a diplomacia para resultados - favorecida pelo cenário democrático instaurado pela Nova República -, seguiu os marcos da política africana esboçada anteriormente no âmbito das restrições determinadas pela negociação da dívida externa e pela instabilidade econômica interna. A continuidade conceitual e prática da política africana brasileira na década de 80 foi, portanto, a expressão da própria continuidade da política externa do nacional-desenvolvimentismo.

Contudo, visto que começou a mudança da conjuntura internacional, os vínculos com o continente africano não seguiram o mesmo ritmo, tornando-se mais seletivos por conta dos recursos moderados.

La política africana continuó, pero de manera selectiva, con prioridades y objetivos orientados por las necesidades internas y el “proyecto de país”, esto es, el interés nacional. A pesar de continuar utilizándose la diplomacia cultural, las relaciones bilaterales comenzaron a ser puntuales, con aquellos países en condiciones de responder a las necesidades brasileñas, incluyéndose, en los casos en que era políticamente necesario, la idea de cooperación entre asociaciones regionales. La

cooperación Sur-Sur de las décadas del setenta y ochenta transformó en “asociaciones estratégicas” (Ministerio de Relaciones Exteriores, 1998: 10 apud Lechini, 2006: 116).

Com o presidente Fernando Collor de Mello na década de 1990, tendo que lidar com os desafios da Terceira Revolução Industrial, começou-se um projeto de modernização liberal que privilegiava o fortalecimento dos vínculos com os países centrais, bem como se reorientar em direção à América Latina e ao MERCOSUL, com a assinatura do Tratado de Assunção em 26 de março de 1991. Neste contexto, um espaço muito diminuto era reservado à África. De acordo com alguns acadêmicos brasileiros, como Saraiva (1996) apud Lechini (2006), o MERCOSUL substituiu o sentido estratégico-econômico que as relações com a África tinham definido nas décadas de 1970 e 1980.

Contudo, verifica-se que com o governo de Itamar Franco, os conceitos ligados ao desenvolvimento nacional e à consolidação das relações estratégicas foram retomados, o que levou conseqüentemente à moderação da política neoliberal. Isto teve lugar no âmbito de um acalorado debate entre nacionalistas e neoliberais a respeito da política externa do Brasil, que por enquanto era vista como indefinida. Na sua presidência deu-se uma volta tímida à política africana, o que deixou visível a seletividade: a primazia é para os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPs) e a região Sul-africana, enfatizando a agora democrática e multirracial África do Sul.

Cabe ressaltar que foi durante a presidência de Itamar Franco, e no marco desta seletividade, que apareceu a idéia de uma Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)<sup>41</sup>, vinculando Brasil com Portugal e as ex-possessões portuguesas na África.

Já na Presidência de Fernando Henrique Cardoso, um novo ideário neoliberal substituiu a antiga visão desenvolvimentista da política externa brasileira, o que foi

---

<sup>41</sup> A CPLP foi criada em 17 de julho de 1996, e tem a sua sede em Lisboa (Portugal).

contestado pelos setores nacionalistas. À semelhança de Collor de Mello, o presidente Cardoso planeou aproximar o Brasil dos países do Norte. No seu entendimento, era ultrapassada e retrógrada a inclinação de aproximar-se dos países periféricos ou do Sul. Uma etapa considerada de diplomacia presidencialista foi inaugurada, na medida em que o presidente igualmente demonstrou o seu intuito de envolver-se pessoalmente na política exterior.

De acordo com seu Ministro das Relações Exteriores, Lampreia,

La función que el presidente reserva a la diplomacia deviene de su propia concepción del desarrollo brasileño y del papel que su mandato debe tener en la consolidación de la estabilidad económica y en la recuperación del crecimiento. En su paso por Itamaraty expresaba que no se puede disociar política externa de política interna, siendo necesaria una mayor integración con otras áreas del gobierno, con la sociedad civil, sindicatos y empresarios, para que todos tengan mayor participación en la formulación de la política exterior (JORNAL DO BRASIL, 1995a apud LECHINI, 2006, p. 122).

Deste modo, o continente africano não figura nas prioridades do novo governo e apenas alguns Estados são citados superficialmente, demonstrando escolhas exatas.

Como afirmava o professor Nunes Pereira, *“no recuerdo otro momento de nuestra historia en que haya habido, como actualmente, una total ausencia de política africana”* (CORREIO BRAZILIENSE, 1996 apud LECHINI, 2006, p. 125, nota de rodapé).

Analisando a política externa do atual governo, particularmente no que concerne à atenção reservada ao continente africano, de frisar que como vimos no capítulo anterior, o governo de Lula da Silva mais do que estender essa política, fortaleceu e consolidou as relações já mantidas com determinados parceiros. Isso ficou evidente com o expressivo número de visitas já demonstrado, efetuado por esse chefe de governo ao continente africano, sendo o presidente não só brasileiro como latino-americano que mais visitou a África.

Importante dizer que Lula da Silva, não somente no plano retórico, mas no plano prático e com ações reais, promoveu deste modo o aprofundamento dos vínculos com a África, sobretudo a África do Sul. Logo no primeiro ano de seu mandato, o presidente realizou um périplo pelo continente, sendo que seu chanceler visitou diversos estados da África Subsaariana, organizando igualmente o Fórum Brasil-África, que aconteceu de 9 a 10 de junho de 2003, na capital cearense (Fortaleza).

Nesse encontro, a pertinência da cultura africana no Brasil, bem como a dívida brasileira em relação à África por causa da escravidão, traduziram-se nas duas bases do *discurso culturalista*, que por seu turno se encontrava na pauta dos funcionários brasileiros.

Só no ano de 2003, tanto o chanceler como o presidente, visitaram alguns países africanos, sabendo que a África do Sul não deixou de ter sua relevância, tida como o país a partir do qual se solidifica o vínculo com outros Estados do continente, particularmente com os países lusófonos. No entanto, essas visitas não pararam por aqui, visto que como anteriormente constatamos, cinco foi o número de visitas que Lula da Silva efetuou à África no primeiro mandato, dando continuidade igualmente no segundo.

Podemos apontar também outras questões envolvidas nessa atenção dispensada pelo Brasil à África do Sul. Como podemos observar, a política externa do governo Lula tenta aproximar-se e articular com os países do Sul, procurando implementar ações ajustadas para se contrapor aos países do Norte.<sup>42</sup> Nessa perspectiva, o Brasil, à semelhança da África do Sul e da Índia, se constitui num dos atores da chamada cooperação Sul-Sul, que inclui as três regiões do mundo (África, América Latina e Ásia), sendo estes países as

---

<sup>42</sup> Por isso o Fórum de Diálogo Índia, Brasil, África do Sul (IBSA), criado em 6 de junho de 2003, a fim de promover consultas políticas regulares em temas de interesse comum. A iniciativa IBSA tem na questão do subsídio agrícola e barreiras comerciais, bem como na reforma do Conselho de Segurança, um dos seus pontos programáticos.

três potências regionais que as representam. Daí, outro motivo para o Brasil manter fortes vínculos com a África do Sul e, não só, com os demais países africanos também.

#### 4.3 Considerações sobre o Capítulo

Implementar uma política africana do Brasil, pelo menos até onde podemos constatar, teve como qualquer outra iniciativa política, seus prós e contras, tanto em nível interno como, sobretudo, internacional.

Em nível interno, partidos, governos, militares, elites, movimentos sociais, movimento negro etc, nem sempre comungavam a mesma opinião no que se refere a essa política. Também não se tratava de um assunto fácil. Era uma temática espinhosa, talvez justamente por não existir um conhecimento sólido e coerente a respeito da África, que por muito tempo, para não dizer até hoje, apesar de alguns esforços louváveis, continua sendo uma incógnita para diversos setores da sociedade brasileira.

No plano externo, o problema também não era menos complicado. Lembremos que essa política africana do Brasil, pelo menos se tomarmos a década de 60 como período padrão, ou seja, verdadeiramente inicial dessa política, é claro, iniciativas nesse sentido já existiam, inclusive desde a era Vargas, constatamos que estávamos em plena Guerra Fria, bipolarização mundial e conflito Leste/Oeste. O mundo vivia um momento político crucial e delicado. Evidentemente que existia a questão do alinhamento com um determinado bloco político e econômico, o que muitas vezes foi fator de empecilhos, embora superáveis, para essa política.

Contudo, o Brasil sempre soube usar sua diplomacia, ou seja, aproveitar, tirar vantagens dos bons momentos e afastar os momentos nada vantajosos. Daí, termos uma

política africana do Brasil de impulsos “acumulativos” como sublinha Lechini, uma política geradora de relações densas e igualmente “incrementalista”.

## ***CONCLUSÃO E REFLEXÕES FINAIS***

O que podemos perceber depois desse estudo analítico da política africana do Brasil, ou seja, das suas iniciativas políticas em relação à África - política essa que envolve os dois lados do Atlântico - é que se trata de uma política externa brasileira, visando não só novas relações internacionais, como particularmente procurar e garantir seu espaço de atuação no cenário internacional, melhor dizendo, num mundo globalizado e que no momento do delineamento dessa política era bipolarizado.

A aproximação do Brasil em relação à África era justamente no sentido de, como potência regional que é, ter um certo domínio nessa região atlântica e não deixar ser ou continuar sendo influenciado pelas grandes potências, nomeadamente os Estados Unidos, a ex-URSS e a própria União Européia, e, sim construir sua própria política externa, livre de intervencionismos. Ciente de numerosas dificuldades para a implementação de sua política, como, por exemplo, ter que enfrentar a questão neocolonial na África, dado que depois da independência, a esmagadora maioria dos países manteve suas velhas estruturas econômicas, políticas, administrativas etc, e relações com a Europa, ou os países colonialistas europeus, se assim quisermos entender.

D'Adesky (1985: 68), é do entendimento de que a análise das relações Brasil-África tomam atualmente sua real dimensão. Da parte do Brasil, ver a África como parceiro fundamental entre outros grupos econômicos mundiais é meramente preferir uma estratégia que leva em conta as relações do poder mundial e o espaço que a África tem hoje no esquema mundi. A África não é apenas uma região geoestratégica alvejada, é, outrossim, um continente que acabou de sair de exploração colonial e onde domina uma situação de neocolonialismo em muitos países, análoga a existente em Estados da Ásia e da América Latina. Contudo, a África é também e principalmente uma área econômica com muita

potencialidade para a troca com os países do Terceiro Mundo, sendo o comércio aí essencial para o Brasil, visto que lhe abastece de matérias-primas, sobretudo petróleo, que nos últimos tempos se traduz no pólo em volta do qual se concentram as relações africanas, e lhe possibilita fornecer produtos manufaturados ou semimanufaturados. A função afirmativa do comércio é que permite a diversificação no quadro das relações periféricas, deslocando gradualmente o centro de gravidade das relações centro-periferia para um novo centro, mais ao Sul do núcleo central. Visando a repor em questão a ordem econômica existente e, deste modo, tornar sua natureza mais heterogênea, esse fenômeno de deslocamento do centro de gravidade para o Sul responde à estratégia dos países subdesenvolvidos.

Como salienta Fragoso (1981: 42), o próprio caráter mercantilista, tantas vezes enfatizado nos estudos das relações Brasil-África pós-72, toma um novo sentido. Afinal, não podemos esquecer que mesmo as posições compreendidas como mercantilistas têm um caráter político mais amplo. Pois se as necessidades de reprodução ampliada do capital no Brasil apontaram a África como mercado tanto fornecedor de matérias primas, como consumidor de produtos brasileiros, da mesma forma o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, ou mais precisamente, a forma como ele acontece, impulsionou a diplomacia brasileira a criticar a atual ordem econômica mundial, as permutas desiguais e o monopólio da tecnologia por parte do “clube dos ricos”. Em outros termos, o modo de acumulação de capital aqui implementado originou uma concepção de mundo, cuja tradução se faz, até mesmo, na política externa brasileira e, em particular, na sua política africana.

A tentativa de renegociação da dependência se traduz numa das características desta nova política de inserção do Brasil nas relações internacionais. Agindo no âmbito das contradições provocadas pela crise da economia mundial pós-66, no setor interimperalista

e delas obtendo vantagens, a política externa brasileira buscava jogar com a sua própria dependência.

Como forma de diminuir sua dependência das matrizes do capitalismo mundial, o Brasil tenta encontrar alternativas para a reprodução ampla do capital, isso através das relações Sul-Sul e do estreitamento dos laços com a África.

Independentemente de ter um governo militar ou democrático, podemos depreender que o Brasil envidou todos os esforços para manter presente essa política de cooperação em direção ao continente africano. Se observarmos, a postura do Ministério das Relações Exteriores foi de independência, podendo assim traçar e decidir sobre essa política. Aliás, como nos mostra Lechini (2006: 325),

A pesar de que la política africana de Brasil fue caracterizada por los académicos brasileños como un proceso difuso, resulta ser coherente en comparación con los impulsos argentinos. Los impulsos en Brasil fueron “acumulativos” e hicieron posible la existencia de cierta densidad de relaciones, en lo que puede considerarse una “política incrementalista”. A diferencia de Argentina, los impulsos fueron generados em los niveles superiores del proceso de toma de decisiones.

Pelo que podemos constatar da década de 1960, período base do início dessas relações, até o corrente ano, as cooperações envolvendo os dois lados do Atlântico não cessaram de registrar aumento, apresentando um volume muito grande de intercâmbios, das mais diferentes ordens, e abordando assuntos de diversas naturezas, onde podemos ressaltar o caso do Acordo de cooperação cultural/educacional estabelecido com Cabo Verde (1979), e praticamente a totalidade dos demais países africanos.

Tais Acordos no âmbito da educação superior são de suma importância para muitos países da África e da América Latina também. No caso particular da África, essa formação e qualificação de seus recursos humanos, a aquisição e troca de experiências tiveram papel fundamental na preparação de pessoas que possam contribuir para o seu próprio desenvolvimento.

No caso específico de Cabo Verde, como podemos perceber, tal Acordo no campo da educação constitui uma política de extrema importância para a superação de sua lacuna no ensino superior. Como país que tradicionalmente formou seus quadros no exterior e valorizou seus recursos humanos, o Brasil lhe aparece como país que apresenta certas familiaridades e facilidades, tais como os fatores históricos, políticos, lingüísticos, culturais, dentre outros, o que seria uma boa opção de intercâmbio.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, Maria Manuela. *Educação e classes sociais em Cabo Verde*. 1996. 232 pp. Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Estudos Africanos, Instituto de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), Portugal, 2 curso de Desenvolvimento Social e Económico de África, Análise e Gestão.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*; tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. – Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998, pp. 70-138, 177-197, 239-273 e 292-325.

BORON, Atilio A.; LECHINI, Gladys (compiladores). *Política y movimientos sociales en un mundo hegemónico: lecciones desde África, Asia y América Latina*. 1ª ed. – Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2006.

CONCEIÇÃO, José Maria Nunes Pereira. *África um novo olhar*. Rio de Janeiro: CEAP, 2006.

CABO VERDE. Verbete. [http://pt.wikipedia.org/wiki/Cabo\\_Verde](http://pt.wikipedia.org/wiki/Cabo_Verde). Acessado em 10/08/2006.

CABO VERDE. Verbete. <http://www.governo.cv/> Acesso em 20/09/2006.

D'ADESKY, Jacques. *Brasil-África: convergência para uma cooperação privilegiada*. In: Estudos Afro-Asiáticos, nº 4. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos – CEEA, 1980, pp. 5-19.

\_\_\_\_\_. *As relações econômicas Brasil-África no contexto das relações internacionais*. In: Estudos Afro-Asiáticos, nº 11. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos – CEEA, 1985, pp. 63-70.

DESIDÉRIO, Edilma de Jesus. *Migração internacional com fins de estudo: o caso dos estudantes africanos do Programa Estudante-Convênio de Graduação em três universidades públicas no Rio de Janeiro*. 2006. 220 pp. Dissertação (Curso de Mestrado) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Programa de Pós-Graduação em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais, Rio de Janeiro, 2006.

FANON, Frantz. *Os condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, pp. 3-74.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *As reformulações na política externa brasileira nos anos 70*. In: Estudos Afro-Asiáticos, nº 05. Rio de Janeiro. Centro de Estudos Afro-Asiáticos – CEAA, 1981, pp. 41-51.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista*. 6. ed. – São Paulo: Cortez, 2001.

GOVERNO DE CABO VERDE. *Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos / O Sistema Educativo / Ensino Superior* – Instituições Superiores Existentes. Disponível em: [http://www.minedu.cv/ensSup\\_InstSupExistentes.html](http://www.minedu.cv/ensSup_InstSupExistentes.html). Acesso em julho de 2007.

GOVERNO DE CABO VERDE. *Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos / O Sistema Educativo / Ensino Superior e Investigação Científica* – Caracterização da Situação. Disponível em: <http://www.minedu.cv/caractSituacao.html>. Acessado em julho de 2007.

GRASSI, Marzia. *Rabidantes: comércio espontâneo transnacional em Cabo Verde*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais e Spleen Edições, 2003. p. 103-104.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*; Organização Liv Sovik. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003, pp. 101-128.

Instituto Nacional de Estatística. *Análise de Educação – RGPH 2000 de Cabo Verde*, 2001 – 135 pág.

Jornal A Semana online (2007). *Corsino Tolentino defende uma organização dos acadêmicos cabo-verdianos*. Cabo Verde, 26 de novembro.

LECHINI, Gladys. *Argentina y África en el espejo de Brasil: ¿política por impulsos o construcción de una política exterior?* – 1ª ed. – Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales – CLACSO, 2006. 288 p.

LÊNIN, Vladimir Ilitch, 1870-1924. *O imperialismo: fase superior do capitalismo* [tradução de Leila Prado]. 3ª ed. – São Paulo: Centauro, 2005, pp. 77-87.

LIMA, Maria Regina Soares de. *A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul*. In: Revista Brasileira de Política Internacional, 48 (1): 24-59 [2005].

MARANHÃO, Jarbas. *Brasil – África: um mesmo caminho*. São Paulo: Editora Fulgor, 1962.

MARTINIÈRE, Guy. *O novo diálogo América Latina-África: fundamento das relações Sul-Sul*. In: Estudos Afro-Asiáticos, nº 4. Rio de Janeiro. Centro de Estudos Afro-Asiáticos – CEEA, 1980, pp. 43-62.

Ministério da Educação; Secretaria de Educação Superior. *Manual do Programa de Estudantes-convênio de Graduação – PEC-G*. Brasília, 2000.

Ministério das Relações Exteriores. Secretaria de Planejamento Diplomático. Fundação Alexandre de Gusmão. *Cronologia da política externa do governo Lula (2003-2006)*. Brasília: FUNAG, 2007.

OGWU, U. Joy. *Cooperação Sul-Sul: problemas, possibilidades e perspectivas de uma relação emergente*; tradução: Maria Helena Barbosa; in Estudos Afro-Asiáticos, nº 11. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos – CEAA, 1985, p. 9-19.

ORAMAS, Oscar. *Amílcar Cabral: para além do seu tempo*. Lisboa: Hugin – Editores, Ltda, 1998.

PAIGC (1974). *História: a Guiné e as ilhas de Cabo Verde*.

PENHA, Eli Alves. *Relações Brasil-África e Geopolítica do Atlântico Sul*. 1998. 280 pp. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

RODRIGUES, José Honório. *Brasil e África: outro horizonte*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1961.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Do pós-moderno ao pós-colonial. E para além de um e outro*. Texto apresentado na Conferência de Abertura do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, realizado em Coimbra, de 16 a 18 de setembro de 2004.

\_\_\_\_\_. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006, pp. 227-276.

SARAIVA, José Flávio Sombra. *Formação da África contemporânea*. São Paulo: Ática, 1987.

\_\_\_\_\_. *O Lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira de 1946 a nossos dias*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

SCHULTZ, Theodore W. *O valor econômico da educação*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

\_\_\_\_\_. *O capital humano: investimentos em educação e pesquisa*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

### **BIBLIOGRAFIAS CONSULTADAS**

A Semana online (2006). “*Cabo Verde e Brasil reforçam cooperação no ensino*”. Cabo Verde, 15 de março.

A Semana online (2006). “*Amílcar Cabral: EUA soltam documentos sobre a morte do líder do PAIGC*”. Cabo Verde, 7 de junho.

ALMADA, José Luís Hopffer. *Breves apontamentos críticos: o caso Amílcar Cabral*. In: Jornal A Semana - primeira e segunda parte, Cabo Verde, 13/05/07 e 20/05/07.

BENTO, Artur Monteiro. *Memória híbrida, identidade e diferença: uma visão múltipla da comunidade caboverdiana no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UNIRIO, PPGMS, 2005.

BERGER, Peter L. *Perspectivas sociológicas: uma visão humanista*; tradução de Donaldson M. Garschagem. Petrópolis, Vozes, 1986.

BOBBIO, Norberto, 1909. *Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

BOUDON, Raymond; BOURRICAUD, François. *Dicionário crítico de sociologia*. São Paulo: Ática, 1993.

CABRAL, Amílcar. *Unité et lutte*. Paris: François Maspero, 1980.

DELSAUT, Yvette. *Entrevista de Pierre Bourdieu com Yvette Delsaut: sobre o espírito da pesquisa*. In: Tempo Social: Revista de Sociologia da USP. Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. – V. 17, nº 1 (junho de 2005).

DIOME, Fatou. *En un lugar del Atlântico*; traducción de Manuel Serrat Crespo; Barcelona: Lumen, 2004.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Os delírios da razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional*. In: Gentili, Pablo. *Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo na educação*. 2ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995, pp. 77-108.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Verbetes. *Capital humano*. Rio de Janeiro, 2007.

JOHNSON, Allan G. *Dicionário de sociologia: guia prático de linguagem sociológica*. Trad.; Ruy Jungmann; consultoria, Renato Lessa. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

JUSTINO, David Manuel Diogo. *Os imigrantes angolanos no Rio de Janeiro: um perfil sócio-demográfico*. 2002. 180 pp. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

LOPES, Carlos. *O legado de Amílcar Cabral face aos desafios da ética contemporânea*. In: *Jornal A Semana* (Cabo Verde), 13 de setembro de 2004.

MALDONADO-TORRES, Nelson. *Aimé Césaire y la crisis del hombre europeo*. Texto a publicarse en edición al español del *Discurso sobre el Colonialismo* por Editorial Akal, em Madrid (2005).

MARTINS, Ovídio. *Independência*. Praia, Cabo Verde: Instituto Cabo-verdiano do Livro, 1983.

MILLS, C. Wright. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

MOURA, Alcides Fernandes da. *A inserção do imigrante no mercado de trabalho: o caso dos caboverdianos em Portugal*. 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

SUBUHAMA, Carlos. *Estudar no Brasil: emigração temporária dos estudantes moçambicanos no Rio de Janeiro*. 2005. 193 pp. Tese (Doutorado em Serviço Social) –

Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Centro de Filosofia e Ciências Humanas,  
Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

VARGAS-ARENAS, Iraina; SANOJA, Mario. *El colapso negociado del imperialismo: imperialismo y colonialismo.* Disponível em:  
<http://www.voltairenet.org/article130305.html>. Acesso em 03/11/2005.

YOUNG, Robert J. C., 1950-. *Desejo colonial*; tradução Sergio Medeiros. – São Paulo:  
Perspectiva, 2005, pp. 1-33.

**$\Rightarrow$ ANEXOS**

ANEXO A: **Uni-CV comemora hoje primeiro aniversário**<sup>43</sup>

20-11-07

**Completa-se esta terça-feira, 20 de Novembro, um ano da criação oficial da Uni-CV e da tomada de posse da equipa reitoral. Ao comemorar o seu primeiro aniversário, a Universidade assina esta semana acordos de cooperação que irão permitir concretizar alguns projectos.**

De França vem o apoio para a Escola de Negócios e Governação (ENG), através do Instituto de Estudos Políticos (IEP) de Bordéus, com quem a Uni-CV assina um protocolo amanhã, quarta-feira, 21, às 11h. Representa este instituto, no acto da assinatura, o Professor Michel Cahen.

Na mesma ocasião a Uni-CV assina um protocolo com a Embaixada de França, representada pelo embaixador Bernard Demange.

---

<sup>43</sup> Cf. Disponível em: [http://www.asemana.cv/article.php3?id\\_article=27778](http://www.asemana.cv/article.php3?id_article=27778). Acesso em Novembro de 2007.

## ANEXO B: Semana Inaugural da Universidade Cabo Verde<sup>44</sup>

20-10-07

Parcerias com prestigiadas universidades europeias e norte-americanas, protocolos de mobilidade de docentes e alunos e investimentos em novas tecnologias são os três pilares que sustentam a nova aurora trazida pela Universidade de Cabo Verde. Muitas são as expectativas que pairam à volta deste primeiro ano lectivo da Uni-CV, que surge como a concretização do sonho de muitos cabo-verdianos.

Abertura oficial do ano lectivo no dia 15 de Outubro de 2007



<sup>44</sup> Cf. Disponível em: [http://www.asemana.cv/article.php3?id\\_article=27138](http://www.asemana.cv/article.php3?id_article=27138). Acessado outubro 2007.



**1ª Mesa redonda dos reitores das Universidades da Macaronésia**



**Aula inaugural no ISE**

## ANEXO C: Amílcar Cabral<sup>45</sup>

16-10-07



*Com este texto, pretendemos revisitar o conceito cabraliano de libertação nacional como acto de cultura. O conceito é uma espécie de fio de Ariana guiando-nos no pensamento reflexivo de Amílcar Cabral, um homem afável e profundo, um teórico com sentido prático e também um político original que viveu e agiu entre o rigor do cientista, que foi, e a liberdade do poeta, que queria ser.*

*Por: Corsino Tolentino.*

Com este texto, pretendemos revisitar o conceito cabraliano de libertação nacional como acto de cultura. O conceito é uma espécie de fio de Ariana guiando-nos no pensamento reflexivo de Amílcar Cabral, um homem afável e profundo, um teórico com sentido prático e também um político original que viveu e agiu entre o rigor do cientista, que foi, e a liberdade do poeta, que queria ser.

A coerência eficaz foi a marca do seu percurso. O seu pensamento e a sua acção influenciaram a Ciência Política na segunda metade do século passado e projectam-se no presente mais ou menos nebuloso dos Países Africanos de Língua Portuguesa, da África e do Mundo.

Dividimos a visita à memória de Amílcar Cabral em cinco momentos: (1) das origens guineenses à afirmação da cabo-verdianidade; (2) da cabo-verdianidade africana a uma nova visão do mundo; (3) do seu regresso peculiar ao país natal; (4) da função da cultura na sua obra; (5) a ambivalência ou o desconforto criativo na Guiné-Bissau e em Cabo Verde de hoje.

. Das origens guineenses à afirmação da cabo-verdianidade

Como a relação entre a flor e a planta que o seu passado de filho de pais rurais e de agrónomo lírico gostava de invocar, o fundador do Partido Africano da Independência (PAI), em 1956, e do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), a partir de 1960, Amílcar Cabral foi moldado pelas circunstâncias e os acontecimentos da sua época.

Juvenal Cabral, o pai, foi um modesto professor primário sem diploma, como o próprio gostava de afirmar, um pequeno proprietário rural num arquipélago de chuvas raras, um sensível cronista social nas horas vagas, em síntese, um fruto típico da decadência da sociedade escravocrata que os portugueses, sem dúvida pioneiros da globalização, criaram nas ilhas de Cabo Verde a partir do tráfico transatlântico dos séculos XV-XIX.

<sup>45</sup> Cf. Disponível em: [http://www.asemana.cv/article.php3?id\\_article=27014](http://www.asemana.cv/article.php3?id_article=27014). Acessado em outubro de 2007.

Desde criança, Juvenal Cabral errou entre o seminário de Viseu, em Portugal, e de São Nicolau, em Cabo Verde. Abandonado o projecto inicial de estudos eclesiásticos, provavelmente por falta de suporte económico e, também, de vocação, deixou os seminários antes de concluir a formação secundária laica que também se ministrava naquele estabelecimento de São Nicolau e, acossado pelas secas e a fome, fez, em 1911, no conturbado período da implantação da República Portuguesa, o que muitos cabo-verdianos sempre tentaram fazer em situações similares: emigrou, no caso, para a Guiné-Bissau.

Foi aí que conheceu a D. Iva, sua futura esposa, também nascida em Santiago de Cabo Verde. Depois de deambular pelas matas da Guiné onde ganhava a vida combatendo o analfabetismo, numa luta entre um anão e um gigante, Juvenal Cabral foi transferido para o burgo de Bafatá onde no dia 12 de Setembro de 1924 nasceria o menino Amílcar Lopes Cabral. Porém, em 1932, algo desiludida com a vida errante de imigrantes em terra pobre, a família Cabral regressou ao país natal. O Amílcar tinha 8 anos de idade.

Entretanto, a Primeira República sucumbira em 1926 e a ditadura de António de Oliveira Salazar encontrava-se na rampa ascendente. Quando, em 1940, Cabo Verde sofreu uma das maiores secas e consequente mortandade da sua história, durante a qual perdeu mais de 10 por cento da sua população, a II Grande Guerra tinha eclodido. Um ano mais tarde, tropas expedicionárias ocuparam os portos das ilhas de Santiago e São Vicente, assim como o aeroporto da ilha do Sal, por sinal, criado pelos italianos como traço de união entre as duas margens do Atlântico. A seca, a fome, a guerra, a ocupação militar e a emigração caracterizavam o ambiente socioeconómico e político no qual o futuro líder crescia.

Feita a quarta classe da escola primária na cidade da Praia, capital do arquipélago, o casal enviou o filho adolescente para a cidade do Mindelo, na ilha de São Vicente, onde desde 1917 o único liceu da colónia tinha substituído o seminário da ilha de São Nicolau, cadinho da nossa primeira elite intelectual com visão e dimensão nacionais, apesar de ter começado pela afirmação da identidade cultural regional no contexto do império português.

Deve, todavia, notar-se que a assunção da especificidade regional quando o discurso político oficial do Estado Novo era em defesa do Portugal uno do Minho a Timor revelava uma certa ousadia dos escritores e artistas que fundaram o movimento mais conhecido através da literatura da revista *Claridade*, a partir de 1936. Para sustentar o filho, a mãe teve de procurar um modesto emprego numa fábrica de conserva de peixe. Excelente aluno no liceu nacional de São Vicente, o único no arquipélago, Amílcar Cabral começou a manifestar as suas preocupações políticas e sociais através da poesia e da ficção.

Essas eram as vias de expressão das primeiras inquietações do patriota em gestação, mas foi em Portugal, onde foi estudar agronomia, certamente influenciado pelo meio físico e social, que a cultura apareceu como simbiose do homem e da lírica, ambos recusando a assimilação colonial para afirmar a cabo-verdianidade no contexto africano. Léopold Sédar Senghor sublinha essa evolução de Amílcar Cabral citando versos seus de um poema publicado, segundo Mário de Andrade, em 1946:

...Não, Poesia, Não te escondas nas grutas do meu ser  
Quebra as grades invisíveis da minha prisão  
Abre de par em par as portas do meu ser  
E vai para a luta  
A vida é luta  
Os homens lá

fora chamam por ti, E tu, Poesia, tu és também um Homem.

Sem perder as origens de guineense descendente de cabo-verdianos, sempre empenhadamente ajudado pelos pais, Amílcar Cabral adquiriu, através da escola primária na ilha de Santiago e do liceu na ilha de São Vicente, o verdadeiro sentido dos conceitos de diáspora e transnacionalização. Nele, Cabo Verde é uma parte peculiar de África e o conteúdo e sentido de cabo-verdianidade ultrapassam e enriquecem as ilhas.

Levar os cabo-verdianos a conhecerem Cabo Verde no tempo do liceu e, mais tarde, mobilizar emigrantes e descendentes de emigrantes cabo-verdianos e guineenses para a luta de libertação nacional foram consequências previsíveis da sua fidelidade às origens e do fincar os pés no chão durante a adolescência e a juventude. Ouso afirmar que sou, com os meus defeitos e virtudes - sempre haverá algumas - um produto reflectido desse processo de enraizamento e construção da opção cabraliana de fincar os pés no chão para desafiar as estrelas.

. Da cabo-verdianidade africana para uma nova visão do mundo

Feito agrónomo em Lisboa, Amílcar Cabral regressou a Cabo verde em 1950 para continuar a missão de fazer conhecer a terra e a gente aos cabo-verdianos. Pouco tempo depois partia à descoberta de Angola integrado num grupo de reflexão liderado por Viriato da Cruz.

Na verdade, durante os estudos universitários, com uma atitude sempre crítica, lia autores progressistas de diversas correntes de pensamento, marxistas, em particular. Igualmente, os intelectuais da Negritude, das Caraíbas, dos Estados Unidos da América e de África, especialmente o poeta Léopold Sédar Senghor.

Nos anos 50 e 60 do século passado, os estudantes universitários das colónias portuguesas organizavam-se em dois campos opostos: por um lado, os colonos e os assimilados em defesa da ordem e a continuação do sistema de dominação e, por outro, os patriotas empenhados na descoberta de si enquanto membros das comunidades nacionais e sujeitos dos direitos humanos universais.

Foi a década da emergência de grandes líderes panafricanistas, tais como Patrice Lumumba, Kwame N'Krumah, Julius Nyerere e outros e, também, das primeiras independências na região africana. O ambiente do pós-guerra reflectia no ar a síntese das contradições vividas por colonizadores e colonizados nas trincheiras comuns da luta anti-nazi. Em síntese, esse período foi caracterizado pela convergência das seguintes dinâmicas:

. Movimento de descoberta de si protagonizado pelos estudantes oriundos das emergentes classes médias das colónias, em regra com o estatuto social de assimilados, enquanto parte e eventual vanguarda intelectual dos respectivos povos;

. Internacionalização dessa tomada de consciência de elites e povos, através da participação em debates nos quais se envolviam as forças progressistas das potências coloniais, das

nações livres e dos povos em luta pela autonomia política;

. Participação unitária dos estudantes das colónias portuguesas no primeiro congresso dos escritores e artistas negros realizado na Sorbonne, em 1956, e na revista *Présence Africaine* como estratégia para romper o muro de silêncio que até muito tarde cercou “o mundo que o português criou” e o Estado Novo vendia como podia;

. Publicação do primeiro Caderno de Poesia Negra de Expressão Portuguesa, inspirado na Negritude e organizado por dois nacionalistas de grande estatura intelectual e proporcional influência nos meios progressistas de várias latitudes: Francisco José Tenreiro, de São Tomé e Príncipe, e Mário de Andrade, de Angola;

. Organização dos embarcadouros das colónias portuguesas no famoso Clube dos Marítimos, com sede em Lisboa e ampla influência nos navios das Companhias Coloniais de Navegação e na difusão da mensagem da libertação forjada no Centro de Estudos Africanos e outros fóruns;

. Autonomização na solidariedade dos movimentos nacionalistas das colónias portuguesas em relação aos movimentos progressistas metropolitanos.

No percurso da cabo-verdianidade africana para o mundo, Amílcar Cabral mostrou três originalidades em relação aos revolucionários do seu tempo: primeiro, a cultura como elemento essencial e catalisador das energias libertadoras; segundo, a necessidade de um partido político com carácter instrumental e a finalidade de ultrapassar o objectivo imediato e imprescindível da independência nacional formal e justificar-se na transformação social e incessante procura do bem-estar geral e, finalmente, o carácter universal da liberdade com expressão concreta nas condições de vida e nas relações entre as pessoas, as classes sociais e os povos.

. Um regresso peculiar ao país natal

O engenheiro agrónomo que regressa ao país natal traz na bagagem uma visão do mundo como aldeia global e desigual e a vontade de contribuir para a sua transformação no sentido da justiça e do progresso para o maior número possível de pessoas. Dois dilemas resumem as principais preocupações do Amílcar Cabral, político e, também, agrónomo:

Primeiro, para ser livre, a elite ou a pequena burguesia da colónia tem de recusar os privilégios da assimilação à cultura colonial, tendo, de certo modo, de suicidar-se simbolicamente, para se identificar com o seu povo em luta, ou seja, para existir tem de aceitar morrer; segundo, a cultura de um povo é a base da sua identidade, do seu ser. E isto quer dizer que para eliminar a cultura de um povo seria preciso liquidar o próprio povo, o que seria um contra-senso porque retiraria ao sistema colonial a sua própria razão de existir.

Estes temas e dilemas são dos mais controversos do pensamento filosófico, político e militar de Amílcar Cabral. No meu entender, a libertação nacional como acto de cultura marcou profundamente a segunda metade do século XX e continua a influenciar a formação

e a acção de muitos africanos que lutam com sinceridade e coerência pelos valores da liberdade e pela democratização da sociedade nas antigas colónias portuguesas, em África e no mundo.

Por outro lado, é verdade que, em geral, a pequena burguesia recusou suicidar-se para renascer no povo, mas uma parte dela aceitou a proposta de certo modo radical de Amílcar Cabral, combateu com ele o colonialismo na sua forma mais óbvia e, o que é muito importante, continua a lutar pelos objectivos fundamentais da libertação: a realização dos direitos universais do ser humano onde quer que esteja.

. A função da cultura ontem e hoje

Já vimos que o percurso de Amílcar Cabral tem a tripla marca da cultura, da pedagogia e da política com princípios e finalidades. A cabo-verdianização, a reafricanização e a universalização dos espíritos são etapas de um mesmo processo, tendo como fio condutor a liberdade, como actor o povo liderado por partidos políticos e outras forças de libertação e como finalidade a realização do bem-estar do maior número possível, através do trabalho honesto e solidário.

O legado de Amílcar Cabral ainda é o principal referencial filosófico e cultural dos cabo-verdianos nas ilhas e na diáspora. Concordando ou discordando com este ou aquele aspecto do seu legado, todos os criadores e críticos a ele se referem explicitamente ou não. Fale-se da política linguística, da literatura, da música, das artes plásticas, do teatro, dos audiovisuais, da comunicação, da historiografia ou da ciência política.

Mas não é só na Guiné-Bissau e Cabo Verde, as primeiras terras de Amílcar Cabral, que se pode verificar este fenómeno. O próprio conceito de Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), essencialmente diferente da ambígua noção de comunidade lusófona, tem na origem a marca cabraliana.

. Ambivalência na Guiné e em Cabo Verde

Amílcar Cabral afirmou que a libertação nacional é a única resolução do dilema da dominação pela assimilação ou a negação do dominado pela exterminação, mas nunca disse que seria fácil. Ambas as fórmulas - assimilação e exterminação - foram ensaiadas ao longo da História e nenhuma teve sucesso definitivo. A cultura é a última fonte de resistência e de esperança e, neste sentido e no fim de tudo, a libertação redundava num acto de cultura essencial.

Guiné-Bissau e Cabo Verde são países com perfis geográficos, económicos, históricos e políticos diversos. No primeiro, o projecto de nação que a luta de libertação forjou foi tragicamente retardado pela violência contra o Estado de Direito e os direitos das pessoas. No segundo, a nação precedeu o Estado e a educação ajudou a desenvolvê-lo, sem que casos de violência extrema se tenham verificado.

Os efeitos materiais, psicológicos, sociais e políticos da guerra colonial foram mais

catastróficos na Guiné-Bissau e nem sempre foi possível conciliar os interesses das antigas metrópoles na sub-região da África Ocidental com o direito do povo à felicidade.

A globalização acelerada trouxe com numerosas vantagens técnicas, económicas e culturais grande confusão ideológica e política que os oportunistas souberam agarrar em nome da liberdade e da democracia, mas realmente a favor dos seus negócios frequentemente ilícitos. Embora desigualmente, essa confusão tem favorecido o oportunismo em Cabo Verde e na Guiné-Bissau. Daí a ambivalência e, às vezes, o desconforto de uns e outros face ao legado de Amílcar Cabral.

Creio, no entanto, que o seu exemplo e a sua obra ainda são o principal referencial filosófico e político dos cabo-verdianos e guineenses, sejam quais forem as preferências ou filiações partidárias. Essa ética e essa estética alimentam a esperança em dias melhores nas pátrias gêmeas de Amílcar Cabral e em África. Numerosos trabalhos académicos que têm surgido em todos os continentes sobre o renascimento africano e os muitos jovens de todo o mundo que descobrem e valorizam o pensamento cabraliano justificam o nosso optimismo pró-activo.

. Post-scriptum

Sinto-me muito honrado e, também, emocionado com o Prémio Amílcar Cabral, que acaba de me ser atribuído nesta Câmara dos Deputados, tão cheia de livros e memórias, e cuja beleza se confunde com a estética da acção democrática. Dificilmente teríamos encontrado lugar mais apropriado para invocar Amílcar Cabral e Lélío Basso.

Cumprimento calorosamente Piero Gamacchio, meu companheiro de fortuna, e Luís Moita, nosso companheiro de jornada. Peço licença à fundação Lélío Basso e ao movimento cultural Tabanka para dedicar esta distinção, este prémio Amílcar Cabral:

. Ao povo de Cabo Verde, por intermédio dos seus embaixadores José Eduardo Barbosa e Ana Paula, a quem agradeço a presença amiga, e ao povo da Guiné-Bissau, pela voz e a pena do Professor Filomeno Lopes e outros patrícios que partilham connosco este grande momento;

. A Bertina Lopes, Bruna Amico e Linda Bimbi, estas mulheres de rara beleza, infinitos combates e muitas vitórias, cujo exemplo raro continua a iluminar o caminho da juventude em diversas partes do Mundo;

. Às cabo-verdianas e aos cabo-verdianos na Itália, que pelo estudo empenhado, o trabalho abnegado e profundo sentido de honradez vencem, pouco a pouco e de geração em geração, as principais causas da sua emigração e contribuem para o progresso de todos, muitas vezes com mais do que pensam;

. Finalmente, a Associazione Baobab, Centro Riflessione Africani (CRA), Associazione Kellam, Tam Tam Villane, Associazione Nyeliti, Associazione Amici di S. Nicolau, Caboverdiana, Movimento degli Africani a Roma e aos seus parceiros italianos, assim

como de outros países.

Prossigamos, porque a meta que é mais felicidade para o maior número possível ainda está longe, mas vale a pena, meus amigos!

Roma, Câmara dos Deputados, 11 de Outubro de 2007

## ANEXO D: Ano lectivo na Uni-CV oficialmente aberto<sup>46</sup>

15-10-07



O primeiro ano lectivo da Universidade de Cabo Verde foi aberto oficialmente esta segunda-feira, 15. O dia foi marcado pela assinatura de vários protocolos com universidades estrangeiras e por discursos felizes com a concretização de um objectivo há muito almejado pela sociedade cabo-verdiana.

António Correia e Silva, reitor da Universidade de Cabo Verde, foi o primeiro a discursar e falou da “melhoria da atmosfera académica em Cabo Verde”, fazendo da Uni-CV uma instituição com “boa organização curricular e sustentabilidade financeira”. O reitor acrescentou que só no futuro se poderá avaliar o sucesso da Uni-CV, mas que as expectativas já estão bastante altas, a avaliar pelo aumento de 30% de inscrições.

Correia e Silva acrescentou ainda que já está garantido o acesso à biblioteca on-line brasileira “SciELO” e ao portal científico europeu. Durante a manhã, foram assinados vários acordos, um deles de cooperação bibliográfica com duas universidades das Canárias. “Já a assinatura do protocolo com a Bridgewater State College visa privilegiar a capacitação na língua inglesa, o desenvolvimento das TIC e o apoio à gestão universitária”, afirmou.



<sup>46</sup> Cf. Disponível em: [http://www.asemana.cv/article.php3?id\\_article=27018](http://www.asemana.cv/article.php3?id_article=27018). Acesso outubro 2007.



Como as ilhas da Macaronésia partilham os mesmo interesses e as mesmas preocupações, como Geologia, Vulcanologia e Turismo, foi neste âmbito que a Uni-CV ratificou a parceria com as Universidades dos Açores e Madeira e das Canárias.

Os seis mestrados da Uni-Cv têm como objectivo principal “a capacitação dos docentes locais e resposta às necessidades das empresas nacionais”. Correia e Silva traçou um objectivo para o futuro: “na comemoração do primeiro aniversário abrir a editora de livros científicos”.



Para Filomena Martins, ministra da Educação, a prioridade é também apostar forte “no ensino à distância porque tem grande potencial para ultrapassar problemas e diminuir os custos da insularidade”.



Dana Faria, presidente do Bridgewater State College, contou a história dos seus avós. “Há cem anos os meus avós deixaram Cabo Verde e foram para os EUA e sempre sonharam em voltar, mas nunca concretizaram esse objectivo. Nunca imaginariam que cem anos depois, o seu neto estaria presente na abertura oficial do primeiro ano lectivo da Universidade de Cabo Verde”, contou, satisfeito.



O primeiro-ministro José Maria Neves disse que “hoje é um dia grande para a Nação cabo-verdiana. Um dia que marcará o futuro das ilhas”. Para o chefe do governo, “a independência nacional seria incompleta sem a universidade pública”.



Neves quer “um ensino de qualidade, um lugar de investigação e uma casa de reflexão aprofundada e independente”. “No horizonte de 2011 tenhamos uma instituição universitária consolidada, dotada de um corpo docente qualificado e motivado, de infra-estruturas apropriadas e de um pacote formativo que corresponda àquilo que os cabo-verdianos precisam em termos de qualificação para ganharmos a batalha a transformação de Cabo Verde num país moderno e competitivo”, reiterou.



O primeiro ano lectivo da Uni-CV arranca agora com 14 licenciaturas, entre cursos criados de raiz e outros reformatados, e seis mestrados divididos entre Santiago e São Vicente.

Depois da cerimónia, aconteceu na aula magna do ISE, em videoconferência, a homenagem ao poeta-cientista João Manuel Varela através de uma dissertação da professora Fátima Fernandes.

## ANEXO E: Uni-CV: a ambição de ser relevante<sup>47</sup>

11-10-07



*António Correia e Silva*

*Mais do que uma Universidade em Cabo Verde, almejámos ser a Universidade de Cabo Verde. A diferença entre as duas colocações é múltipla, mas no essencial ela significa o seguinte: diversamente de instituições deslocalizadas que transferem pacotes curriculares fechados (ainda que com impacto positivo na descompressão da procura), a Uni-CV foi pensada para traduzir os anseios e os desígnios da sociedade cabo-verdiana. Com efeito, o que a move é o desiderato de mobilizar o conhecimento universal para um projecto nacional de capacitação. Por isso, se há coisa que queremos que fique claro é o seu compromisso com as linhas de rumo do nosso percurso colectivo. E dizemos isso sem complexos, mesmo sabendo que corremos o risco de parecer anacrónicos, num tempo em que tanto se fala no fim das pertenças nacionais, em que se acredita, ou se quer fazer acreditar, que a globalização cria uma mesma realidade para todos.*

No nosso entender, para que a globalização não seja um conceito mistificador, é preciso ter em conta que cada um de nós vive o global a partir de um local. Ou, por outra, que nenhum de nós se situa u-topicamente nem intemporalmente no mundo. Aliás, a noção de proxémica, resgatada por Abraham Moles, destina-se justamente a sublinhar que a nossa percepção do mundo é sempre obtida a partir de uma posição, portanto que a nossa visão é sempre um ponto de vista. Ou, se quisermos, a vista de um ponto. Puxando para o nosso tema, isso significa que as universidades mobilizam, seleccionam, transmitem e reformam o património universal de conhecimentos a partir de motivações locais, regionais e nacionais. Assim sendo, deve-se concluir que a essência da Universidade moderna não se compagina com o Mimetismo. Antes pelo contrário, se há traço que a distingue é precisamente o compromisso de a instituição universitária pensar o seu tempo e lugar.

A história das universidades, aliás, tem no seu percurso uma revolução paradigmática a este respeito. Centradas na ideia universal de Deus e laborando em latim, as universidades medievais estavam de costas para o terreno, entendido tanto como o universo das coisas não divinas, como também o das coisas sensíveis que caracterizavam e especificavam cada sociedade envolvente. A introdução das línguas locais, a orientação para as necessidades dos então emergentes Estados nacionais e o corte com a ideia de que a explicação do mundo ficava a cargo dos homens, e não de Deus, representaram a machadada mortal no cânone medieval e a inauguração da Universidade moderna. Este

<sup>47</sup> Cf. Disponível em: [http://www.asemana.cv/article.php3?id\\_article=26916](http://www.asemana.cv/article.php3?id_article=26916). Acesso em outubro de 2007.

facto representou uma conquista fundadora. Um adquirido civilizacional, que importa preservar. Por esta razão, a Unesco, temendo uma globalização mercantilizadora, propensa a fazer do Ensino Superior uma mercadoria, reafirmou na Cimeira de Paris, em 1998, a recomendação de as orientações estratégicas das instituições de Ensino Superior estarem assentes nos objectivos e necessidades das respectivas sociedades.

### ***Construir uma agenda***

Tendo em conta o critério estruturante da Relevância, definida como a adequação entre a acção da Universidade e as necessidades da Sociedade, podemos perguntar então qual seria a missão socialmente pertinente para a Universidade Pública. Para nós, a ambição da Universidade Pública deve ser a de mobilizar o conhecimento universal disponível para o aplicar criativamente na resolução de problemas de conhecimento existentes na sociedade cabo-verdiana. É a gestão da tensão entre o repertório do conhecimento depositado nos currícula, nas bibliotecas e nas publicações internacionais e a sua mobilização, selecção e aplicação “produtiva” na sociedade cabo-verdiana que constitui a missão da UNI-CV, definida em termos operatórios e não meramente retóricos.

Postas as coisas neste pé, a questão da Relevância desloca-se, centrando-se agora na seguinte pergunta: quais os problemas relativamente aos quais a Universidade deve fornecer soluções, mobilizando o conhecimento disponível e, a partir dele, gerar novos conhecimentos?

### ***Diagnóstico do processo social***

É sabido que a mudança social gera hiatos de qualificação. Ou seja, descompassos entre aquilo que se sabe e o que se precisa saber para vencer os desafios propostos. A enorme mudança social vivida pela sociedade cabo-verdiana nos últimos 30 anos desvalorizou drasticamente as qualificações agrárias secularmente detidas pela maioria da população, da mesma forma que tornou a relativa raridade de qualificações superiores existentes incompatível com um projecto de desenvolvimento mais ambicioso do que o baseado na mera gestão, honesta e criativa, da Ajuda Pública ao Desenvolvimento e das remessas de emigrantes.

Por causa disso, os cabo-verdianos procuram, hoje, um novo modo de reprodução social, diferente do assente na Agricultura Tradicional, Burocracia Estatal, Ajuda Pública ao Desenvolvimento e nas Remessas de Emigrantes (ABAR). Este modo de reprodução, falemos assim um pouco marxianamente, esgotou-se; quer porque algumas destas fontes não estão mais disponíveis, quer também porque, mesmo que estivessem, se tornariam incapazes de satisfazer às novas expectativas sociais.

Ainda que não tenhamos completa clareza acerca do nosso futuro, sentimos, no entanto, que estamos em transição para um novo modo de reprodução que tem de estar, necessariamente, assente no conhecimento e na extensão da qualificação de nível superior a fatias cada vez maiores da população. É este o sentido da evolução. Aliás, já estamos a sentir isso. A Universidade vai ter de se abrir a alunos saídos dos novos liceus,

construídos em cantos de Cabo Verde até então relegados, do ponto de vista de investimentos educativos. Temos vindo a assistir já à recomposição social dos públicos. Precisamos ter isso em conta.

Mas a alteração da demanda não é apenas quantitativa. Não só muito mais pessoas procuram a Universidade actualmente, como também fazem-no por razões novas. Se na vigência do modo de reprodução que apelidámos de ABAR, ou mesmo até há alguns anos atrás, as pessoas buscavam na formação superior apenas um título, um diploma e este, por ser raro, gerava aquilo a que os sociólogos chamam de rendas credenciais, hoje, já não se passa o mesmo.

Interroga-se cada vez mais a que corresponde o título obtido. A formação - mesmo a superior - é, no Cabo Verde dos nossos dias, um instrumento de realização de projectos de vida, um instrumento de conformação de destinos pessoais. É devido à importância que a educação assume na modelação dos percursos pessoais que vamos ter, de mais a mais, alunos que questionam as opções curriculares, que vigiam a qualidade das acções pedagógicas e se interrogam constantemente se o dinheiro e o tempo gastos na formação compensam o investimento feito. Isso põe as instituições de Ensino Superior perante o desafio de terem que responder simultaneamente à solicitação do aumento de vagas e à da elevação da qualidade dos cursos. A qualidade será, doravante, uma reivindicação permanente e converter-se-á em tema que promete vir a estar no centro dos debates. É que não sendo raros como antigamente, os diplomas dentro de muito pouco tempo perderão o valor facial, não garantindo de per se nem sequer o acesso ao emprego. Neste quadro, passarão a valer, sim, pela capacidade real de dar aos seus titulares habilidades para desempenhar papéis socialmente úteis. Portanto, estamos a passar da formação-solução à formação-problema. No novo quadro, impõe-se, pois, interpelar e problematizar as opções de formação. Foi tendo em conta estas tendências de evolução que demos início à formatação da oferta formativa, ao programa de desenvolvimento curricular e à configuração do ambiente pedagógico da Uni-CV. Afinal de contas, planificar é antecipar.

Do ponto de vista colectivo, a questão consiste em saber que conhecimentos os cabo-verdianos precisam adquirir para resolver os principais problemas que se prendem com o desenvolvimento do país. É esta a questão estruturante, definidora do nosso espaço de vocação. Definida assim a sua missão, a Uni-CV deve ser encarada como um bem público e, inclusivamente, dentre os bens públicos produzidos pelo Estado, alcançar o estatuto de prioridade. Até porque os seus produtos académicos não se justificam prioritariamente pelo retorno financeiro (como acontece amiúde), mas antes, enquanto contribuição para o desenvolvimento do país.

### ***Para uma pós-graduação relevante***

Ora, a Universidade de Cabo Verde só será capaz de recrutar o conhecimento universal de modo crítico e criativo e aplicá-lo dinamicamente na resolução dos problemas dos cabo-verdianos, ela só será capaz de criar e pilotar um projecto de desenvolvimento científico-pedagógico que traduza academicamente o projecto de País que queremos ser, se tiver uma pós-graduação de qualidade, espaço institucional onde se concilia ensino e pesquisa e

se trabalha, cooperativamente com outras universidades, em rede co-laborativa, temas estratégicos para o país. Foi com estes parâmetros orientadores que estabelecemos a nossa primeira agenda de pós-graduação, procurando reflectir nela as principais linhas de trabalho da Uni-CV. Por ser imperioso o conhecimento aprofundado da natureza antropológica e do percurso histórico da nossa sociedade, lançámos mestrados em Ciências Sociais, Educação Especial e, brevemente, abriremos um em “Património e Desenvolvimento”, envolvendo, em diversos graus, a parceria com o Instituto Politécnico de Lisboa, com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e com a Universidade Nova de Lisboa. Também pelo facto de a geração de riqueza implicar o domínio da natureza geofísica do nosso país, assim como da produção e gestão do território, disponibilizámos mestrados em Ordenamento do Território, Energias Sustentáveis, Ciências do Mar e, mais tarde, em Engenharia Civil. Para isso, associámo-nos a universidades como a Federal do Rio Grande do Sul, o Instituto Superior Técnico (Lisboa) e à Universidade do Algarve. A concepção do curriculum destes mestrados resultou do trabalho conjunto entre as partes, de modo a que os cursos se tornem relevantes e se constituam em bases de lançamento de futuros trabalhos de investigação aplicada. Quem questiona que a solução do nosso bocado problema energético requer um claro e prévio investimento na formação e na pesquisa? Julgo também que ninguém há-de discordar que ou nos preparamos para ordenar e gerir bem o nosso território-património ou perdemo-lo irreversivelmente, arrastado por uma dinâmica caótica de crescimento. Com isso, quero apenas pôr em realce a pertinência das opções. Existe igualmente uma outra linha de trabalho ligada às ciências lógico-dedutivas que tem como acções académicas o mestrado em Matemática para as Engenharias e o mestrado em Informática e Telecomunicações, ambas com a Universidade de Aveiro.

É claro que a agenda de pós-graduação se estenderá, de futuro, a cursos nas áreas agrárias, línguas e na de economia e gestão. Contudo, a pós-graduação constitui já o diferencial de distinção da Uni-CV no emergente panorama do ensino superior cabo-verdiano. Para nós, ela é a força parteira da Universidade de Cabo Verde. A força que nos permitirá qualificar a licenciatura e mesmo a formação pós-secundária curta, criando, em muitos casos, as “filiéres de formation” (cadeias integradas de formação, indo da pós-secundária curta ao doutoramento). É, igualmente, ela, a pós-graduação, que nos propicia a oportunidade de orientar a oferta formativa para as áreas estratégicas do Desenvolvimento de Cabo Verde e sermos realmente a Universidade de Cabo Verde.

## ANEXO F: Mais de 2 mil candidatos estão a fazer provas para entrar na UNI-CV<sup>48</sup>

23-08-07



**Mais de dois mil candidatos estão, desde segunda-feira, 20 de Agosto, e até amanhã, 24, a fazer as provas de acesso para as licenciaturas da Universidade de Cabo Verde (Uni-CV). As provas decorrem nas instalações do Instituto Superior de Educação na Praia e em S. Vicente e na Delegação de Educação na ilha do Fogo.**

Segundo o presidente do ISE, Eng<sup>o</sup> António Pina, as provas estão a decorrer normalmente, sendo que o número de candidatos é muito superior ao do ano transacto.

Ciências da Educação, Geografia e Ciências Sociais são os cursos mais procurados, contabilizando mais de 300 candidatos. Seguem-se Filosofia e Tecnologias de Informação e Comunicação, com mais de 200 inscritos cada um. A seguir, entre os mais procurados vêm os cursos de História e de Estatística, cada um com mais de 180 candidatos.

Estes são os primeiros cursos de licenciatura com a chancela Uni-CV. Para o vice-reitor da universidade pública de Cabo Verde, Crisanto Barros, é uma satisfação ver o número de inscritos e notar que alguns dos cursos mais procurados são justamente os criados agora, "o que revela o acerto do diagnóstico feito para se definir a oferta formativa" da UNI-CV, explica a instituição em comunicado.

Na área dos mestrados, por entender que o prazo inicialmente estipulado para as inscrições estava a penalizar parte dos interessados, a Reitoria da Uni-CV decidiu alargar o prazo. Assim, as inscrições continuam abertas.

---

<sup>48</sup> Cf. Disponível em: [http://www.asemana.cv/article.php3?id\\_article=26003](http://www.asemana.cv/article.php3?id_article=26003). Acesso em agosto 2007.

## **ANEXO G: Lula “de olho” no mercado africano<sup>49</sup>**

29-05-07

**O presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, afirmou ontem, durante a abertura do XX Congresso Brasileiro de Siderurgia, que está «de olho» no mercado africano e que o Brasil deve aumentar os seus negócios com este continente antes que a China domine o território.**

Lula da Silva tem vindo a demonstrar um particular interesse na viabilização de relações mais estreitas entre o Brasil e a África. Neste sentido, tem vindo a promover um maior intercâmbio, que passa pela viabilização de mais linhas aéreas, entre Brasília e algumas capitais africanas.

Segundo aquele estadista, daqui a 20 anos o continente africano vai ter 1,3 bilião de habitantes e alguns milhões deles, com certeza, vão consumir produtos brasileiros. Sendo assim, segundo ele, os empresários brasileiros não podem ficar parados à espera que os chineses dominem África, como parecem pretender.

---

<sup>49</sup> Cf. Documento eletrônico: [http://www.asemana.cv/article.php3?id\\_article=24347](http://www.asemana.cv/article.php3?id_article=24347). Acesso em maio 2007.

## ANEXO H: (Re) Enfoque sociológico sobre o sistema educativo cabo-verdiano<sup>50</sup>

21-05-07

**A pesquisa que tem sido feita através de documentos relacionados com o sector educativo, durante algum tempo, sugere uma apreciação de carácter diferente, do que a feita a nível estatístico e/ou de planeamento. É no sistema educativo que focalizamos esta análise por ser ele o suporte com características de continuidade para o aluno, ao longo do que pode ser um percurso de aprendizagem.**

É na desordem social que é possível analisar, reflectir, propor melhorias. E essa desordem existe em qualquer parte, com mais ou menos intensidade e em vários sectores da sociedade. Propomos avançar com a educação, nossa área de trabalho.

Tomamos a liberdade para falar sobre o sistema educativo cabo-verdiano, por termos dado uma importância maior sobre o mesmo, e que requereu uma insistente leitura da nossa parte, desde o começo das actividades no GEP-MEES.

Para quem vem de fora, e depara-se com um sistema educativo que tenta gerir os problemas, as dificuldades estruturais, tentando que as crianças tenham oportunidade no ensino, como objectivo fundamental com a condicionante do país não ter muitos recursos económicos e mesmo assim, apostando em grande parte na educação, percebe que há muito trabalho para ser feito, para além do que se tem executado. Pelo que pudemos analisar do sistema educativo iremos abordar este assunto por sub-sistemas.

Para se entender melhor os constrangimentos da educação pré-escolar é preciso saber que as “condições da sociedade cabo-verdiana, conduzem a uma situação de ausência de família, simultaneamente moral e física, por razões de vária ordem: pobreza estrutural, baixo nível de conhecimentos, famílias monoparentais, famílias difíceis (álcool, droga, violência, abuso sexual), qualidade deficiente da comunicação entre a família e os profissionais dos diferentes serviços sociais, alteração profunda das normas familiares tradicionais...” .

Neste cenário torna-se complexo pensar numa educação pré-escolar. Segundo o Plano Estratégico da Educação tem-se registado alguns progressos devido às diversas disposições legais tais como o Código de Menores, os dispositivos sobre a educação especial contidos na Lei de Bases do Sistema Educativo, entre outros. De carácter facultativo, o ensino pré-escolar devia ser possível para todas as crianças na idade dos 3 até à idade de entrarem no ensino básico, pois além de permitir um desenvolvimento cognitivo, seria benéfico em termos de socialização, de disciplina, que podem não encontrar em casa, especialmente no

---

<sup>50</sup> Cf. Documento eletrónico: [http://www.asemana.cv/article.php?id\\_article=24140](http://www.asemana.cv/article.php?id_article=24140). Acesso maio 2007.

caso das famílias acima referidas. Mas na prática, encontramos ainda meninos da rua, crianças que estão sob a guarda de irmãos mais velhos, ou seja estão num ambiente que em nada os favorece. Aqui levanta-se uma questão. Antes de falar em educação, talvez seja prioritário falar sobre o problema da família em Cabo Verde.

O exemplo cabo-verdiano é, contudo, outro. Da obra “Combates pela História”, de 2004, retiramos “Espantada, a elite política bem pensante chocou-se com o facto de 80% de as crianças cabo-verdianas nascerem fora do casamento. Ou de uma relação estável.” Parece assim, que a convivência familiar não será segundo o mesmo autor “ a guardiã de valores de integração social”. Ao inverso dos discursos mais puristas, a realidade é que em Cabo Verde não podemos falar de um núcleo familiar, pois as ligações entre os ascendentes são frágeis e transitórias.

A protecção da família cabo-verdiana tem que ser uma prioridade da sociedade e do Estado com a adopção de atitudes e políticas, tendo em conta a instabilidade da mulher e sobretudo dos filhos.

Tendo a consciência destes indicadores e actuando de forma moralista da parte do Estado, induzindo valores e com um conhecimento sociológico da estrutura familiar que se pretende mudar, os objectivos e as metas a alcançar pelo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) para o ensino pré-escolar podem ser positivos.

Em relação ao ensino básico obrigatório de seis anos, é óbvio que o sucesso escolar está intrinsecamente ligado à frequência do ensino pré-escolar. Segundo o PEE, os pontos fracos são vários o que se traduz, quiçá, na baixa participação dos pais nas actividades da escola. Este último ponto fraco prende-se com certeza, com o que se vem dito até agora sobre a situação familiar em Cabo Verde.

Estas fragilidades requerem a adopção de estratégias de natureza qualitativa e que se prendem com: a formação de professores; a pertinência das aprendizagens de base (lecto-escrita e matemática); o sistema de gestão da avaliação por fases; a gestão e avaliação das escolas pólo; o apoio e seguimento pedagógico a nível de concelho; a disponibilidade dos recursos pedagógicos; as parcerias entre a escola e a comunidade; os apoios socioeducativos. Aachamos que são passos decisivos para uma melhoria do ensino básico.

Já diz o ditado que “é de pequenino que se torce o pepino”, e a criança, é no seu início de aprendizagem que ganha bases para se formar num homem com instrumentos para o seu futuro. Ora, essa bagagem cultural só é conseguida se a forma de ensino for eficiente. Aprender a aprender, depende muito de quem ensina, daí que apostar na formação profissional de professores é preciso com prioridade no ensino básico. Também necessário, será incluir nas disciplinas de matemática e português, outras formas pedagógicas que estimulem e exercitem o aluno nestas áreas.

Em relação à alfabetização e educação de adultos o relatório sobre a Educação Para Todos (EPT) - 2006 adopta como definição prática aquela dada pela UNESCO (1978): da “alfabetização funcional” - “Uma pessoa é alfabetizada do ponto de vista funcional se ela pode se dispensar todas as actividades que requerem a alfabetização para fins de um

funcionamento eficaz do seu grupo ou da sua comunidade e também para lhe permitir continuar a utilizar a leitura, a escrita e o cálculo para o seu próprio desenvolvimento e o da comunidade.”

A alfabetização é um direito que procura benefícios específicos, independentemente do facto de ela ser adquirida no decorrer da escolarização ou pela participação de programas de alfabetização para adultos. Parece que os programas destinados aos adultos procuram benefícios superiores àqueles que frequentam a escola. Os “raros” dados indicam que estes programas são também rentáveis como o ensino básico.

Mais, a exigência de competências maiores em alfabetização, vai de encontro com a mundialização económica, o aumento das migrações internas e internacionais, a rapidez das inovações técnicas onde participam as tecnologias de informação e da comunicação, e a evolução versus uma sociedade de conhecimento. Estas transformações generalizadas significam que é preciso concentrar ainda os esforços sobre a redução do analfabetismo, particularmente nos países pobres e no seio dos grupos excluídos do mundo inteiro, o que constitui objectivo do EPT em matéria de alfabetização. Elas significam também que é preciso visar a melhoria permanente das competências em literacia de todos os adultos.

A língua, as práticas de alfabetização e os ambientes alfabetizados mostram a importância que reveste o contexto social alargado ao seio do qual o indivíduo adquire uma alfabetização durável. Temos também os jovens no ensino secundário.

Torna-se difícil explicar o que é a juventude e o que significa ser jovem. Trata-se de algo mais do que um modo de “sentir”, agir e actuar em público nos vários sectores da sociedade.

A definição de “jovem” leva-nos a pensar numa fase de transição entre a infância e a inserção na vida activa. Nesta fase, o jovem vai procurando a sua identidade, com normas comportamentais e atitudes próprias que muitas vezes inquietam os governantes, as famílias e a sociedade em geral, uma vez que os jovens apresentam mais perguntas do que respostas. Vivem em contradições, entre o progresso social e a deterioração das suas condições de vida, a pobreza e a riqueza, a unidade e a diversidade de culturas. Há jovens que apelam à sociedade para que gere estratégias e políticas inovadoras e eficazes que toquem a sua condição. Esta, procura - com as suas limitações - condições que favoreçam o papel dos jovens em vários sectores da vida social e cultural, como o acesso ao ensino, ao trabalho e à melhoria de vida. Mas é neste estado de coisas que os jovens se inserem, os problemas do presente (sem resposta) bloqueiam as suas vidas e conduzem muitos à indiferença e ao laxismo.

É a esta luz que devem ser interpretados fenómenos como as taxas de insucesso e abandono escolar, a proliferação das toxicodependências e, em alguns meios urbanos, dos comportamentos marginais organizados.

São reconhecidas algumas limitações, como no sistema de ensino, e há que encontrar respostas diversas (e plurais) que forneçam aos jovens uma parte fundamental das aptidões necessárias a uma intervenção plena na sociedade dos nossos dias. Há ainda que encontrar

respostas integradoras que constituam para muitos uma nova oportunidade de formação e de aquisição dos valores cívicos fundamentais.

Do ensino superior é de realçar a qualidade de ensino praticado, que por nós não parece ser favorável ao aluno, por ser um ensino “tradicional”, que não beneficia muito o aluno quando este começar a sua vida activa e ter que tomar as suas próprias iniciativas. De resto é de louvar, a oferta e os desafios que existem hoje em dia em matéria deste tipo de ensino...

*Elsa Fontes, 05/07*

## **ANEXO I: Implementação da Uni-CV: Brasil e Cabo Verde reforçam programa de pós-graduação<sup>51</sup>**

08-05-07



**Uma delegação educacional do Governo brasileiro chega hoje a Cabo Verde para avaliar com os seus homólogos cabo-verdianos o “Programa Estudante Convênio”, que oferece cursos de graduação e pós-graduação. O Brasil pretende alargar a cooperação, no âmbito da entrada em funcionamento da Universidade Pública de Cabo Verde, oferecendo bolsas para cursos de mestrado e de doutoramento, mesmo a cabo-verdianos que não se formaram no Brasil.**

A ministra da Educação e Ensino Superior (MEES), Filomena Martins, recebe uma delegação educacional brasileira entre hoje e 11 de Maio. O encontro visa avaliar, ampliar e divulgar o “Programa Estudante Convênio” (PEC) em Cabo Verde.

O Governo brasileiro tem vindo a oferecer bolsas aos estudantes cabo-verdianos mas com a implementação da Universidade Pública de Cabo Verde quer alterar o programa de cooperação, oferecendo mestrados e doutoramentos. Este alargamento visa não só a oferta de bolsas para cursos de pós-graduação, como ainda pode abranger estudantes que não foram formados no Brasil. Assim abre-se a possibilidade para os alunos formados pela Uni-CV acrescentarem uma mais-valia à sua licenciatura ou bacharelato fazendo uma pós-graduação numa universidade brasileira.

A delegação brasileira, coordenada pela chefe da Divisão de Temas Educacionais do Ministério da Relações Exteriores (DCE/MRE), Almerinda Carvalho, é composta pelos professores Maria Luiza Carvalho, da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento e Ensino Superior (CAPES), Raquel Pérea, da Secretaria de Educação do Ministério da Educação brasileira (SESU/MEC), e Paulo Siqueira, do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq). Esta equipa vai encontrar autoridades educacionais cabo-verdianas, sobretudo, da UniCV e Universidade Jean Piaget.

O Programa Estudante Convênio (PEC) tem garantido a graduação e a pós-graduação de milhares de jovens em todo mundo. Ofereceu, só em 2006, mais de 330 vagas em cursos de diversas áreas em universidades públicas brasileiras a estudantes cabo-verdianos que terminaram o 12º ano e foram selecionados pela Direção-Geral de Formação e Qualificação de Quadros (DFQQ) do MEES.

---

<sup>51</sup> Cf. Disponível em: [http://www.asemana.cv/article.php3?id\\_article=23898](http://www.asemana.cv/article.php3?id_article=23898). Acessado em maio 2007.

## **ANEXO J: Brasil criticado por ter falta de estratégia para África<sup>52</sup>**

15-03-07

O director-executivo do Instituto das Nações Unidas para Formação e Pesquisa (Unitar), o guineense Carlos Lopes, criticou esta semana a falta de um posicionamento estratégico consistente no relacionamento do Brasil com África, apesar de a aproximação do Brasil aos países africanos ser um dos principais vectores da política externa do governo Lula.

Segundo a "newsletter" da revista "África 21", numa palestra na Universidade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro, segunda-feira, Lopes afirmou que o Brasil "tem de decidir se o relacionamento com a África vai se pautar pela 'dívida de solidariedade', na expressão feliz do presidente Lula, ou pelo vaivém das oportunidades".

---

<sup>52</sup> Cf. Documento eletrónico: [http://www.asemana.cv/article.php3?id\\_article=23111](http://www.asemana.cv/article.php3?id_article=23111). Acesso em março 2007.

## *ANEXO K: Primeira aula discute desafios da Universidade de Cabo Verde*<sup>53</sup>

22-11-06

**Os cabo-verdianos devem entender que “poucos projectos são hoje tão importantes para o futuro do país como a construção de uma universidade da qual se possam sentir genuinamente orgulhosos”, afirmou Alexandre Vera-Cruz, na aula inaugural da UniCV.**

A Aula Magna, que marcou hoje, 22 de Novembro, de forma simbólica o arranque da actividade da Universidade de Cabo Verde (UniCV), foi dada por Alexandre Vera-Cruz, especialista cabo-verdiano em Gestão de Tecnologia.

Seguindo o tema da aula, “Universidade de Cabo Verde: os desafios da estruturação de um Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento”, o professor da Universidade Autónoma Metropolitana do México falou sobre o papel que a instituição deve ter no desenvolvimento do país.

Para Vera-Cruz, a UniCV deve ser uma “universidade de desenvolvimento”, ou seja, que assuma “um compromisso integral com o desenvolvimento nacional” e que aposte na “investigação de alta qualidade” para resolver “necessidades sociais urgentes”.

De acordo com o investigador, a criação da universidade pública é importante para criar “conhecimento específico sobre a realidade nacional” e promover “a formação da opinião pública” de forma a influenciar e melhorar a política nacional.

Apesar de reconhecer o “benefício da experiência internacional” trazido pelos cabo-verdianos que estudam em universidades estrangeiras, Vera-Cruz defende que o aumento dos custos para as famílias da formação no estrangeiro “perpetuava a desigualdade social”. Além disso, os jovens perdiam “capacidade de interacção e inserção nos problemas do país” e o país “perdia o impulso vital de uma juventude irrequieta”, defende o docente.

Segundo Vera-Cruz, os principais desafios que se colocam à UniCV são a busca da excelência académica “sem se distanciar da sociedade e das preocupações das pessoas” e a investigação “orientada para problemas sociais”. A universidade pública deve ainda ter um ensino adaptado ao mercado de trabalho e “uma estrutura flexível, de acordo com as necessidades do país”, considera o especialista.

Apesar de reconhecer as dificuldades e o longo percurso que ainda espera a UniCV, Vera-Cruz mostrou-se optimista, ao afirmar que “construir do zero pode ser uma vantagem se soubermos aprender com os outros”.

---

<sup>53</sup> Cf. Disponível em: [http://www.asemana.cv/article.php3?id\\_article=21130](http://www.asemana.cv/article.php3?id_article=21130). Acesso novembro 2006.

## ANEXO L: Universidade de Cabo Verde empossa reitor<sup>54</sup>

22-11-06

**António Correia e Silva tomou ontem, 21 de Novembro, posse como primeiro reitor da Universidade de Cabo Verde, cuja abertura considera ser “uma libertação nacional, em dimensões anónimas e humildes”.**

A cerimónia serviu também para inaugurar o edifício da Reitoria da universidade, situado na Praça António Loreno, conhecida como a Pracinha da Escola Grande.

No seu primeiro discurso como Reitor da Universidade de Cabo Verde, Correia e Silva, defendeu a criação de “uma cultura amiga da investigação e do inconformismo” e a aposta em parceiras com universidades estrangeiras, sobretudo nas áreas do ensino pós-licenciatura e da investigação.

Para o historiador, o modelo em rede da universidade pública, que “exigiu um aturado esforço criativo”, vai “promover o desenvolvimento de todo o território de Cabo Verde”, através da exploração “de todas as virtualidades tecnológicas disponíveis”.

Correia e Silva prometeu “dar uma resposta concreta aos anseios dos cabo-verdianos” no que toca à democratização do ensino superior. O historiador apelou ainda ao estabelecimento de uma “competição virtuosa e cooperação profícua” com as instituições de ensino privado e cooperativo de Cabo Verde.

Reconheceu ainda a importância “marcante” que a sua acção como primeiro Reitor da universidade pública vai ter e mostrou-se emocionado com “a confiança depositada” nele pelo Governo. Para Correia e Silva, a Universidade de Cabo Verde está “na fronteira entre o projecto e a realidade, sempre guiados pelo sonho das gerações anteriores”.

A ministra da Educação e Ensino Superior defendeu a criação da universidade pública, afirmando que “ter futuro custa muito dinheiro mas é muito mais caro só ter passado”. Filomena Martins sublinhou a necessidade de “superar os atrasos existentes e acompanhar o ritmo exigido pela sociedade do conhecimento”, referindo a formação avançada de docentes e a avaliação externa das instituições de ensino superior existentes em Cabo Verde.

Durante a manhã de ontem, a ministra encontrou-se com vários reitores e presidentes de instituições de ensino superior estrangeiras, a quem pediu a “inultrapassável colaboração” no campo das parcerias, nomeadamente na investigação.

O grupo de dirigentes académicos presentes na cerimónia de tomada de posse de Correia e Silva inclui representantes das Canárias, Espanha, de Portugal (Instituto Politécnico de

---

<sup>54</sup> Cf. Disponível em: [http://www.asemana.cv/article.php3?id\\_article=21112](http://www.asemana.cv/article.php3?id_article=21112). Acessado em novembro 2006.

Tomar e Universidades Nova, do Algarve, Porto, Aveiro e Coimbra), de França (Bordéus), do Brasil (Ceará e Rio Grande do Sul) e da Bélgica (Louvain).

Durante a sessão de trabalho, que decorreu no Palácio das Comunidades, Filomena Martins afirmou a intenção de “criar massa crítica profundamente cabo-verdiana” e “promover a investigação de temas pertinentes” para o país, “em vez de apenas absorver a investigação realizada em outros países”.

## ANEXO M: Reitor da Uni-CV toma posse hoje<sup>55</sup>

21-11-06

**A posse do reitor da Universidade de Cabo Verde, António Correia e Silva, e da sua equipa realiza-se hoje às 16h30. A cerimónia acontece na praça em frente à Reitoria, no Plateau, devido ao grande número de convidados, que o auditório do edifício não comportaria.**

A seguir à posse é inaugurado o edifício, ocupado no passado por alguns departamentos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, e que foi restaurado para receber os serviços da Reitoria.

De manhã, pelas 11 horas, a ministra da Educação tem uma reunião de trabalho com o reitor e com os presidentes dos Institutos Politécnicos.

Várias actividades decorrem ao longo desta *Semana Inaugural da Uni-CV*. Na quarta-feira, é lançado mais um número da revista da universidade, são assinados protocolos de cooperação e há uma aula magna com o professor Alexandre Vera-Cruz.

---

<sup>55</sup> Cf. Disponível em: [http://www.asemana.cv/article.php3?id\\_article=21080](http://www.asemana.cv/article.php3?id_article=21080). Acesso em novembro 2006.

**ANEXO N: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS  
HUMANOS  
DIRECÇÃO GERAL DO ENSINO SUPERIOR E CIÊNCIA  
Fórum do Ensino Superior realizado, na Praia, de 12 a 14 Dezembro de 2005**

## **REGULAÇÃO**

### Enquadramento

A problemática da regulação do ensino superior cabo-verdiano está intrinsecamente relacionada com a ausência de algumas definições, metodologias, requisitos e critérios que lhe permitam desenvolver de forma “desinibida” e abrangente o seu papel no seio do Ensino Superior, independentemente do sistema de ensino superior a que pertence. Tendo em conta essa necessidade de regulação, o grupo identificou dois princípios: o princípio da equidade entre as várias instituições, públicas, privadas e cooperativas e confessionais, tendo como base os mesmos dispositivos reguladores e o princípio da universalidade ou seja da validação dos graus outorgados em todo o território nacional.

Os princípios referidos serviram de fio condutor às reflexões seguintes.

1 - Regular o quê e como?

2 - Regulado por quem?

No que respeita ao aspecto, “regular o quê e como?”, foram identificados 4 grandes objectos de regulação:

- a. As Instituições;
- b. Os cursos;
- c. O acesso;
- d. As vagas.

a. Mecanismos e critérios/parâmetros de regulação das Instituições:

- Acreditação de novas Instituições:

- Organização da Instituição (Estatutos e normativos da qualidade);
- Condições físicas do estabelecimento (edifício, condições mínimas de habitabilidade, condições técnicas de apoio laboratorial, laboratórios minimamente equipados, bibliotecas, acesso a Internet, mediateca, etc.);
- Corpo docente (cada área científica tem que ter um certo rácio de doutores, mestres e licenciados na instituição, no sentido, não da identificação pessoal de docente, mas sim do nível académico).

b. Mecanismos da creditação dos cursos: A proposta de abertura do curso tem que contar com os seguintes requisitos:

- Características ligadas à instituição (aspecto físico);

- Corpo docente devidamente qualificado;

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS  
HUMANOS**  
**DIRECÇÃO GERAL DO ENSINO SUPERIOR E CIÊNCIA**  
*Fórum do Ensino Superior realizado, na Praia, de 12 a 14 Dezembro de 2005*

- Plano curricular;
- Sinopse e objectivos das disciplinas (memória descritiva);
- Pertinência do curso (utilidade do curso para o país);
- Adequação (universalidade do curso e sua aplicação regional);
- Exequibilidade (a instituição tem de ter os requisitos técnicos e de instalação para a execução do curso).

c. Mecanismos para o exercício do direito de acesso ao Ensino Superior:

Identificamos a necessidade da uniformização da entrada ao ensino superior. Uma das formas para se conseguir essa uniformização será através de uma prova nacional de acesso regulada no Decreto-Lei nº 15/2000 de 13 de Março.

A aplicação da prova de acesso irá garantir o princípio de democraticidade e equidade passando a nota a ser um referencial único para todas as instituições de ensino superior.

d. Mecanismo para a determinação das vagas:

O numerus clausus deve ser limitado pelas condições físicas das instituições de forma a garantir-se o processo da qualidade de ensino e aprendizagem e não factores ligados à regulação do mercado.

Quanto ao ponto 2, “regulado por quem”, foram identificadas três seguintes Entidades Reguladoras, a saber:

- Direcção Geral do Ensino Superior (propõe as leis, tramitação dos programas, elaboração de planos e organização das provas nacionais de acesso ao ensino superior).
- Inspeção Geral da Educação (inspecção e avaliação do ensino superior)
- Entidade Reguladora
  - Autónoma com a tutela do responsável pelo Ministério da Educação
  - Constituída por um representante da Direcção Geral do Ensino Superior e Ciência, com competências científico-tecnológicas; um inspector de ensino superior; um representante das instituições de ensino superior públicas; privadas; e cooperativas; um representante da sociedade empresarial; e um da sociedade civil.

Tarefas da Entidade Reguladora:

- Apreciação do projecto educativo para abertura de uma nova instituição;
- Aprovação do referido projecto e autorização do início das actividades da instituição;

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS  
HUMANOS**  
**DIRECÇÃO GERAL DO ENSINO SUPERIOR E CIÊNCIA**  
*Fórum do Ensino Superior realizado, na Praia, de 12 a 14 Dezembro de 2005*

- Acreditação a meio percurso dos cursos e validação dos graus;
- Avaliação e inserção dos diplomados na sociedade.<sup>56</sup>

---

<sup>56</sup>Cf. Disponível em: [http://www.minedu.cv/pdf/declaracaoPraia\\_regulacao.pdf](http://www.minedu.cv/pdf/declaracaoPraia_regulacao.pdf). Acessado 21/09/2006.

**ANEXO O: REPÚBLICA DE CABO VERDE**

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS  
FÓRUM NACIONAL DO ENSINO SUPERIOR**

**PRAIA, 12 A 14 DE DEZEMBRO DE 2005**

**DECLARAÇÃO DA PRAIA SOBRE A QUALIDADE E REGULAÇÃO DO ENSINO  
SUPERIOR**

**DESAFIOS DE ENQUADRAMENTO E REGULAÇÃO DA NOVA REALIDADE  
DO ENSINO SUPERIOR.**

**“PARA UM ENSINO SUPERIOR DE QUALIDADE E COM  
RESPONSABILIDADE”**

A realidade do ensino superior em Cabo Verde é marcada hoje por uma forte pressão da procura, por um quadro plural e heterogéneo de instituições públicas e privadas, pela tendência ao estabelecimento no país de instituições estrangeiras e ainda pelo lançamento de condições para a instalação da Universidade Pública.

Esta forte vitalidade – que tem na base o sucesso das políticas públicas em matéria de educação básica e secundária levadas a cabo no pós independência – vem ultrapassando, no entanto, a capacidade do Estado em enquadrá-la, jurídica e institucionalmente, a ponto de hoje se poder declarar, sem riscos de injustiça, que existe um défice de enquadramento estratégico, jurídico e institucional da nova realidade do ensino superior em Cabo Verde.

Pela capacidade de agregar valor aos processos de desenvolvimento, o ensino superior é tido hoje como sendo a “nova riqueza das nações”, o que, por esta razão, deve ser objecto de preocupação por parte do Estado e da Sociedade.

Tendo em conta a opção política de Cabo Verde pela qualidade e o entendimento do ensino superior como instrumento de desenvolvimento duradouro do país, os participantes no Fórum propõem que o Estado de Cabo Verde implemente e efective, directa ou indirectamente, a função de regulador deste subsistema de ensino de modo a garantir à sociedade a satisfação das suas legítimas expectativas acerca da qualidade neste domínio, bem como assegurar ao país que a formação superior seja a um tempo motor de sua inserção competitiva no mercado mundial e de seu enriquecimento social, cultural, económico e científico.

Assim, em resultado das reflexões feitas neste fórum, propomos que:

1. Através de mecanismos jurídicos e institucionais apropriados, o Estado de Cabo Verde promova um ensino superior que se enquadre no projecto colectivo do desenvolvimento do país e realize as legítimas expectativas dos estudantes, empresários, poderes locais, organismos não governamentais e da sociedade em

geral, quanto à qualidade.

2. Levando em conta o ponto anterior, recomendamos que o credenciamento de instituições e cursos do ensino superior feito pelo Ministério da Educação ou por uma Agência Independente de Regulação seja submetido a um conjunto de critérios e parâmetros básicos e conhecidos, estabelecidos em lei, de modo a assegurar a qualidade da actuação dos mesmos. Ressalve-se que os referidos critérios e parâmetros são aplicáveis a todas as instituições de ensino superior e cursos, independentemente da sua natureza jurídica e estatutária, sejam eles públicos, privados, cooperativos e confessionais.

3. O funcionamento das instituições de ensino superior deve igualmente ser monitorado por um órgão regulador da qualidade, municiado e habilitado para realizar e promover, de forma periódica, a avaliação do desempenho institucional das mesmas.

4. A avaliação foi considerada no âmbito deste fórum como instrumento fundamental da concretização da opção política pela qualidade. Assim, o Estado, por intermédio dos seus órgãos competentes e em parceria com as universidades e outras instituições de ensino superior, deverá mobilizar recursos humanos e financeiros de modo a institucionalizá-la, tanto na sua vertente interna como externa, como procedimento normal de governação deste subsistema de ensino.

5. Por ser assim, a avaliação deve gerar consequências efectivas, proporcionando às instituições oportunidades de reforçar aspectos positivos, corrigir fragilidades e estabelecer ou restabelecer metas. Em extremo, e só em extremo, realça-se, a avaliação deve poder conduzir ao descredenciamento de uma instituição, caso esta se afaste dos padrões de qualidade aprovados e exigidos.

6. Neste sentido, o Governo deve estatuir, sempre em diálogo com a sociedade e a comunidade técnica, padrões e critérios da aferição da qualidade, tendo, no entanto, em conta os fins a atingir e as reais condições da sociedade caboverdiana. Tais padrões poderão trazer a vantagem de reduzir a subjectividade nos processos da avaliação, bem como nos de credenciamento e descredenciamento de instituições e cursos.

7. Os participantes do fórum aconselharam ainda as instituições de ensino superior existentes ou a existir em Cabo Verde a desenvolver entre si um espírito de competição virtuosa, leal e regulada, como também a criar laços de cooperação e de parceria em prol do desenvolvimento de Cabo Verde.

8. Os participantes advogaram a criação de um órgão (fórum, observatório, etc.) de reflexão, concertação e debate da problemática do desenvolvimento do ensino superior, que reúna a “comunidade de interessados” e tenha lugar periodicamente num ponto do território nacional.

9. Foi entendimento dos participantes que a investigação, enquanto processo de conhecimentos novos, seja tida como uma dimensão constitutiva do ensino superior. Nesta medida o fórum recomenda que o Governo acarinhe e estimule, por meios adequados a investigação e a divulgação dos seus resultados. Dois anexos sobre a Regulação e a Qualidade no Ensino Superior operacionalizam esta declaração.

Os participantes do fórum subscrevem e submetem à aprovação do Governo esta Declaração.

Praia, 15 de Dezembro de 2005<sup>57</sup>.

---

<sup>57</sup>Cf. Disponível em: <http://www.minedu.cv/pdf/declaracaoPraia.pdf>. Acessado em 21/09/2006.